

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Enzo Banti Bissoli

Uma interface entre a Psicologia Política e a Análise do Comportamento.

Doutorado em Psicologia Social

São Paulo

2018

Enzo Banti Bissoli

Uma interface entre a Psicologia Política e a Análise do Comportamento.

Doutorado em Psicologia Social

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de doutor em
Psicologia Social sob a orientação do Prof. Dr.
Salvador Antonio Meireles. Sandoval.

São Paulo

2018

Banca Examinadora

Projeto parcialmente financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - CAPES.

Agradecimentos.

Agradeço imensamente à minha família por todo o apoio e cuidado ao longo desse percurso. Sobretudo aos meus pais, Afonso Celso Bissoli e Vivian Banti, cuja dedicação e carinho durante toda a minha vida rederam experiências e oportunidades de crescimento as quais tenho muito a agradecer. Agradeço meus pais também, por todo o esforço e possíveis renúncias que tenham realizado ao me proporcionarem as oportunidades acadêmicas que escolhi, inclusive a renúncia das horas de sono, quando faziam companhia e me auxiliavam nos estudos. Agradeço à minha noiva, Daniela, por todo o apoio, carinho e compreensão.

Agradeço à Marlene, pois o seu apoio, auxílio e dedicação aos alunos do programa, possibilita a realização de todas as atividades importantes para realização dos trabalhos. Aos colegas de NUPMOS, cuja amizade e discussões também contribuíram muito para o trabalho.

Gostaria de agradecer aos professores. Ao professor Salvador Sandoval por ter me possibilitado essa oportunidade, por sua dedicação, suas contribuições sempre relevantes e seu otimismo diante da tarefa. À professora Nilza Micheletto, por sua generosidade e empenho em continuar a contribuir com minha formação, desde o mestrado. Ao professor Alex Moreira de Carvalho, por toda a dedicação e oportunidades que me proporcionou ao longo de toda a formação enquanto psicólogo. Sem dúvida, em minha trajetória como professor carrego o exemplo de vocês como meta e história a ser honrada por minhas ações. Agradeço também as professoras Maria do Carmo Guedes e Fátima Quintal, pelo entusiasmo e disponibilidade em contribuir com esse trabalho. Por fim, gostaria de agradecer aos demais professores do programa, aqui representados pelo nome da estimada professora Fúlvia Rosemberg, e aos amigos, aqui representados pelo nome da Vanessa Di Rienzo e do Henrique Ângelo.

Resumo

Enzo Banti Bissoli. Uma interface entre a Psicologia Política e a Análise do Comportamento.

Esta pesquisa procurou estabelecer uma interface entre a Psicologia Política e a Análise do Comportamento. Para isso, ao longo do estudo foram propostas: uma definição da Psicologia Política e uma apresentação de seu desenvolvimento com relação às áreas a partir das quais se origina. Considerando que, para que fosse possível o surgimento da Psicologia Política, seria necessário, além do estabelecimento da Psicologia e da Ciência Política enquanto disciplinas independentes, as discussões das dimensões e os impactos políticos dessas ciências. Discussões que levaram pesquisadores dessas áreas a se interessarem e proporem estudos voltados a fenômenos psicopolíticos em contextos mais amplos que não só no âmbito das atividades de suas disciplinas e seus impactos na sociedade. Em momento posterior são apresentadas as características principais da Análise do Comportamento, que implicariam na possibilidade de uma interface com a Psicologia Política, bem como as contribuições e diálogos teóricos do autor da Análise do Comportamento, James G. Holland (Holland 1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980, 2016), que contribuíram para as discussões das dimensões políticas da Análise do Comportamento e o desenvolvimento dos interesses e possibilidades de pesquisa para estudo de fenômenos sociopolíticos dessa área. Além disso, também são analisadas as produções de três revistas da Análise do Comportamento voltadas a questões sociais e políticas, que são: *Behaviorist for Social Action Journal*, *Behavior Analysis and Social Action* e *Behavior and Social Issues*. Por fim, buscou-se considerar as características da Análise do Comportamento e seu desenvolvimento histórico, que nos permite defendê-la como uma das possíveis abordagens para estudos em Psicologia Política.

Palavras-chave: Psicologia Política, Análise do Comportamento, Abordagens em Psicologia Política.

Abstract

Enzo Banti Bissoli. An interface between Political Psychology and Behavior Analysis.

This research sought to provide an interface between Political Psychology and Behavior Analysis. To do so, a definition of Political Psychology and a presentation of its development regarding the areas from which it originates is proposed throughout the study. Considering that, for the emergence of Political Psychology to be feasible, besides the establishment of Psychology and Political Science as independent disciplines, it would be required discussions on the dimensions and political impacts of these sciences. Discussions have taken researchers in these areas to become interested in and suggest studies focused on Psycho-Political phenomena in broader contexts, not only regarding the scope of their disciplinary activities and their impacts on society. In a later stage, the main features of the Behavior Analysis will be presented. They would imply the possibility of an interface with Political Psychology, as well as the contributions and theoretical dialogues of James G. Holland, author of the Behavior Analysis (Holland 1971; 1974/2016; 1975a; 1975b; 1976; 1977; 1978a; 1978b; 1980, 2016), which have contributed to the discussions of the political dimensions of Behavior Analysis, as well as to the development of research interests and possibilities for the study of socio-political phenomena in this area. This paper also analyzes the productions of three Behavior Analysis journals focused on social and political issues as follows: *Behaviorist for Social Action Journal*, *Behavior and Social Action* and *Behavior and Social Issues*. Finally, we sought to consider characteristics of Behavior Analysis and its historic development, which allow us to support it as one of the possible approaches for Political Psychology studies.

Keywords: Political Psychology, Behavior Analysis, Approaches in Political Psychology.

Lista de figuras

Gráfico-1: Distribuição por Objeto	116
Gráfico-2: Evolução da Publicação de Psicologia Política,	117
Gráfico-3: Publicação Anual dos Artigos por Objeto	118
Gráfico-4: Distribuição dos Artigos por Categoria	126
Gráfico-5: Distribuição dos Artigos por Revista e Categoria	127
Gráfico-6: Publicação Anual de Artigos por Categoria	129

Lista de Tabelas

Tabela 1. Definições da Psicologia Política	12
Tabela 2. Trechos que apresentam as características e objetivos das revistas Behaviorists for Social Action Journal; Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues	108
Tabela 3. Categorias Iniciais	112
Tabela 4. Critérios de Classificação das Categorias	121
Tabela 5. Exemplos de Pesquisas por Categoria	123

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1- A busca pela definição da Psicologia Política.....	3
1.1- Uma proposta de definição da Psicologia Política	11
1.2- Os desafios de uma Psicologia Política	16
1.3- A dimensão política da definição de comportamento político	18
1.4- Explicitando uma concepção de política	25
1.5- A subjetividade privada vai à política.....	28
1.6- A diversidade da subjetividade e as escolhas metodológicas	31
Capítulo 2- Behaviorismo Radical e Comportamento Político.....	34
2.1- Behaviorismo Radical: uma breve apresentação	36
2.1.1- O Behaviorismo Radical e sua visão de comportamento	37
2.1.2- O Behaviorismo Radical e o Modelo de Seleção por Consequências	41
2.1.3- O Behaviorismo Radical e sua visão de Ser Humano	48
2.2- Behaviorismo Radical: da politização ao estudo da Política.....	51
2.2.1- Sobre a Ciência e o Comportamento Humano em Skinner	52
Capítulo 3- A revolução de Holland: o Behaviorismo Radical aplicado à Política	63
3.1- Contextualização da obra de Holland	65
3.2- Holland e a politização da Análise do Comportamento	71
3.3- Holland e a defesa de princípios filosóficos do Behaviorismo Radical para uma transformação do <i>status quo</i>	77
3.4- Os diálogos de Holland e a contribuição da Análise do Comportamento com o campo dos estudos políticos.....	84
3.4.1- Diálogos teórico-conceituais	84
3.4.2- Pensando alternativas à prática científica na sociedade e o exercício de coerência de Holland em suas interfaces	94
Capítulo 4- Análise da produção de textos das revistas: <i>Behaviorists for Social Action Journal; Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues</i>	105
4.1- Levantamento dos textos que tratam do comportamento político	107
4.2- Categorias iniciais.....	111
4.3- Categorias temáticas	121
Capítulo 5- A Análise do Comportamento enquanto uma abordagem possível para a Psicologia Política: Considerações Finais	130
5.1- O desenvolvimento do interesse de analistas do comportamento pelo estudo de fenômenos políticos e o desenvolvimento da própria Psicologia Política.	131

5.2- A concepção de comportamento político da Análise do Comportamento para uma Psicologia Política	137
Referências Bibliográficas.....	142
Anexos	151

Introdução

Afirmar a relevância do tema política parece comum dentro da conjuntura em que se encontram as sociedades contemporâneas e, principalmente, a brasileira. As pretensões de pensar uma psicologia voltada às questões políticas não são novas (Sabucedo, 1996). Mesmo dentro da Análise do Comportamento, o reconhecimento da necessidade dos profissionais da Psicologia pensarem e estudarem questões políticas também não é recente (Lopes e Laurenti, 2016). Contudo, passados quase quarenta anos da institucionalização da Psicologia Política (Montero, 1991; Garzón, 1993; Montero e Dorna, 1993; Jiménez, 1996; Sabucedo, 1996; Dávila et al., 1998; Schildkraut, 2004; Espinosa et al., 2012; Mota Botello, 2012; Rosa e da Silva, 2012), parte dos autores ainda fala em desafios e juventude do campo (Jost e Sidanius, 2004), afirmações que, por vezes, podem implicar em uma sensação de grande distância entre o que temos de conhecimento produzido e a necessidade dos nossos contextos sociopolíticos de compreensão de seus fenômenos e possibilidades de mudança de cenários alarmantes que vivemos cotidianamente nos últimos anos.

Ciente desses cenários contemporâneos alarmantes e dos desafios que uma Psicologia Política precisa enfrentar (Martin-Baró, 1991), bem como de suas características interdisciplinares (Jost e Sidanius, 2004), esta pesquisa opta pelos caminhos do diálogo e da análise da história como forma de buscar, ou pelo menos não deixar serem esquecidas, as alternativas e possibilidades que o trabalho de pesquisadores da Psicologia tem tentado criar para enfrentar as questões tão urgentes e frequentes, que os eventos políticos de nossa época não nos permitem esquecer. Uma interface entre a Análise do Comportamento e a Psicologia Política também poderia auxiliar a reflexão de novas formas de abordar os temas e pensar conceitos importantes para uma Psicologia que almeja intervir na realidade por meio de um terreno tão complexo quanto a política e o comportamento político. Para propor e estabelecer essa interface, a tese foi organizada em cinco capítulos.

O primeiro se destina a construir uma definição da Psicologia Política que retrata tanto as características quanto os desafios que foram e ainda precisam ser enfrentados, para o avanço da área e sua efetiva contribuição na compreensão e intervenção nos fenômenos psicopolíticos. O definir a Psicologia Política também é importante, pois possibilita observar que, apesar de toda produção de conhecimento em Psicologia acarretar uma dimensão política, não são todas as pesquisas que se debruçam sobre o objeto, ou sobre a relação específica Ser Humano–Ambiente, que a Psicologia Política se propõe a estudar (Martin-Baró, 1991; Montero, 1991). Esclarecer essa distinção é importante para melhor compreensão

das escolhas metodológicas desta pesquisa, sobretudo por ela se voltar à contribuição do Behaviorismo Radical à Psicologia Política. Enquanto teoria Psicológica, o Behaviorismo Radical sempre esteve envolvido em discussões acerca das dimensões políticas de suas produções (Skinner, 1978; Holland, 1978a). Entretanto, não serão todas elas analisadas. A relação de textos analisados se dá justamente a partir do recorte que podemos definir como a área de estudo da Psicologia Política. Dessa forma, esclarecer os termos e selecionar os textos é afirmar os limites e escolhas metodológicas desta pesquisa, e não qualquer esgotamento epistemológico da teoria que será objeto de análise deste trabalho.

O segundo capítulo busca apresentar a Análise do Comportamento e suas características mais relevantes para um diálogo com as demais abordagens da Psicologia Política. O terceiro se destina a analisar a produção de um autor, James G. Holland, que consideramos importante no desenvolvimento das discussões sociopolíticas e nas formas de estudo dessas questões na Análise do Comportamento. Nesse capítulo, buscamos contextualizar a obra do autor, apresentar as discussões que promovia e que serviram de impulso para a politização da Análise do Comportamento, bem como suas defesas dos princípios do Behaviorismo Radical e diálogos em busca de alternativas aos problemas sociopolíticos que tratava em sua produção. O quarto capítulo se volta à análise da produção da Análise do Comportamento voltada às questões políticas em revistas que tradicionalmente na área estavam voltadas para as questões sociais e políticas, são elas: *Behaviorists for Social Action Journal*; *Behavior Analysis and Social Action* e *Behavior and Social Issues*. Essa análise ocorre através de categorias que buscamos organizar e descrever, apresentando os critérios das classificações. Por fim, o quinto e último capítulo visa argumentar a Análise do Comportamento como uma possível abordagem aos temas e objetos da Psicologia Política, tanto pelo seu percurso histórico, semelhante ao desenvolvimento da Psicologia Política na formação do interesse e consideração dos fenômenos políticos relacionados ao comportamento, como objeto relevante de pesquisa, apresentando a forma da Análise do Comportamento abordar o estudo do comportamento político.

Capítulo 1- A busca pela definição da Psicologia Política

A definição da Psicologia Política enquanto área de estudo possui características particulares a seu desenvolvimento histórico que influem em suas características, complexidades e desafios (Martin-Baró, 1991; Sabucedo, 1996; Montero, 2009). Devido ao volume e a complexidade de dados, uma parte dos autores que estuda essa subárea, ao delimitar o campo, divide a produção em fases ou etapas. São exemplos: Montero, (1991); Jiménez, (1996); Dávila et al., (1998) e Mcguire, (2004). Contudo, as divisões só são concordantes entre dois dos autores: Jiménez (1996) e Dávila et al., (1998). Nesse caso, por que o segundo assume o primeiro como uma das fontes para fazer suas análises históricas sobre o campo. Apesar das diferenças entre as propostas de organização dos autores, podemos estabelecer comparações e observar tendências nos resultados de seus esforços de pesquisa. Descrever essas organizações e dar destaque aos pontos levantados pelos autores, que podem ser comparados em suas divergências ou semelhanças, nos possibilita analisar dados importantes sobre as bases necessárias para construção da Psicologia Política.

Jiménez (1996) faz uma divisão do campo por períodos, que também é assumida por Dávila et al, (1998). A divisão se dá em três períodos. São eles: (a) *1900-1945*, marcada pela presença de teorias como o “Marxismo e a Psicanálise” (Jimenez, 1996, p. 222) e temas de estudo como: “O irracional na política, opinião pública e propaganda, personalidade e comportamento eleitoral” (Jimenez, 1996, p. 222); (b) *1946-1977*, caracterizado pela presença do “Marxismo, Psicanálise e Behaviorismo” (Jimenez, 1996, p. 222) e temas de estudo como: “Comportamentos eleitorais, propaganda de guerra, socialização política, psicobiografia, relações internacionais, personalidade e política” (Jimenez, 1996, p. 222); e por fim, o último período (c) *1978-1995*, em que estão presentes teorias como a “Psicanálise, Piaget, Cognitivismo, Escolha Racional e Sociobiologia” (Jimenez, 1996, p. 222) bem como os temas de estudo: “Atitudes políticas, comportamento eleitoral, personalidade e política, socialização política, prevenção da guerra nuclear, biopolítica, ideologia política, política internacional, cognição política, opinião pública” (Jimenez, 1996, p. 222). Os critérios para as escolhas dessa divisão em períodos não são claramente definidos nos textos. Sobre os períodos delimitados, Jiménez (1996) alerta:

Nos três períodos convencionalmente postulados se incluem alguns temas tratados por autores ‘reconhecidos’ de algumas ‘teorias’ mediante um aparato ‘técnico metodológico’. Além disso, um bom número de advertências deveria ser formulado sobre um esquema tão pedagógico, mas o bom senso do advertido leitor, sem dúvida,

os corrigirá: existem assuntos e autores recorrentes a vários períodos que, é claro, não estão todos [contemplados]; ainda que os que estejam, sejam [recorrentes], etc. Seja qual for o caso, trata-se agora de comentar, telegraficamente, alguns autores do nosso século [séc. XX], necessariamente pondo à margem ilustríssimos clássicos [os clássicos a que o autor se refere são autores anteriores a 1900, como Maquiavel (cf. Jiménez, 1996)] (Jiménez, 1996, p. 221).

Na divisão de Jiménez (1996), assumida também por Dávila et al. (1998), ainda são citados autores e metodologias nos períodos, além das teorias e temas estudados. Apesar de não descrever claramente os critérios de escolha, podemos observar que Jiménez (1996) se limita ao séc. XX, e provavelmente por isso, inicia a divisão em (a) *1900-1945*. Além disso, podemos inferir que o autor assume como marca para o fim do primeiro período – e início do segundo (b) *1946-1977*, a expansão do Behaviorismo nas décadas de 1940 e 1950 nos Estados Unidos. Podemos supor esse critério, pois o autor abre a descrição do segundo período afirmando: “Os anos quarenta e cinquenta nos Estados Unidos eram ‘ambientalistas’ na explicação do comportamento, mas a Psicologia praticamente ignorava as questões políticas” (Jiménez, 1996, p. 227). Por fim, a última transição de período que forma a terceira categoria parece ter sido estipulada em função da fundação da Sociedade Internacional de Psicologia Política. Novamente, o autor abre a categoria (c) *1978-1995* afirmando: “Em janeiro de 1978 se funda a ISPP [sigla em inglês para Sociedade Internacional de Psicologia Política]” (Jiménez, 1996, p. 230).

Montero (1991) e Mcguire (2004) têm posições diferentes entre si, e também da de Jiménez (1996). Mcguire (2004) divide a Psicologia Política em “eras” ou “épocas” (p. 26). O autor inicia sua divisão em 1940 e assume categorias sucessivas de 20 anos, assim estabelecendo três “épocas”: a primeira de 1940 ao fim da década de 1950; a segunda de 1960 ao fim da década de 1970; e, por fim, a terceira de 1980 ao fim da década de 1990. O autor descreve o que o levou a formular essa configuração: “Minha descrição é provocativamente simétrica, impondo contornos afiados a um corpo de pesquisa amorfo que, na atualidade, tem mais continuidade e menos direção do que aqui [nas categorias do autor] representado”. (Mcguire, 2004, p. 26).

Em sua divisão, Mcguire (2004) também estabelece os temas com maior tendência de estudo por período, teorias mais comumente utilizadas e métodos. Para efeito de comparação com as anteriormente observadas no trabalho de Jiménez (1996), são descritas as categorias apresentadas por Mcguire (2004) de acordo com os temas e teorias que o autor destaca por

período. Assim, no primeiro período de 1940 ao fim da década de 1950 observamos as seguintes teorias: “Determinação ambiental (Psicanálise, Marxismo e Behaviorismo S-R)” (Mcguire, 2004, p. 27), bem como os temas: “Personalidade política (em líderes e nas massas)” (Mcguire, 2004, p. 27). Na segunda época, de 1960 ao fim da década de 1970, o autor classifica como teorias presentes no período: “Pessoa Racional (subjatividade maximizando utilidade, cognição → afeto → ação)” (Mcguire, 2004, p. 27) e como temas de pesquisa: “Atitudes políticas e comportamento de voto” (Mcguire, 2004, p. 27). Por fim, na última época que estipula, da década de 1980 ao fim de 1990, descreve como teorias presentes no período: “Processamento de informação (Heurística cognitiva, teorias de tomada de decisão)” (Mcguire, 2004, p. 27).

Ao compararmos os dados de Jiménez (1996) com os de Mcguire (2004), podemos notar diferenças na forma de organizar os dados e discrepâncias em algumas afirmações. Por exemplo, as categorias Sociobiologia e Piaget não aparecem nas categorias de Mcguire (2004), mesmo que estejam apresentadas em anos que as duas divisões contemplam. Em contrapartida, existem semelhanças importantes e até complementares. Ambas atribuem ao mesmo período histórico o início e presença de teorias como a Psicanálise, o Marxismo e o Behaviorismo, sendo que na divisão de Mcguire (2004) há uma complementação. O Behaviorismo observado é o que ele caracteriza como S-R, estímulo resposta, comumente utilizado para descrever o Behaviorismo Metodológico, por exemplo, e não o Behaviorismo Radical, que como apresentaremos melhor à frente é a base filosófica da Análise do Comportamento, com a qual buscamos estabelecer uma interface nessa pesquisa. Além disso, Jiménez (1996) critica o texto de Mcguire (2004), originalmente publicado em 1993¹. De acordo com Jiménez (1996): “Mcguire traça uma breve história da Psicologia Política tão ‘textual’ como a presente. Segundo ele, a disciplina começa nos anos 1940 ignorando (...) todo o anterior” (p. 231).

De forma diferente de Jiménez (1996) e de Mcguire (2004), Montero (1991) também vai propor fases de desenvolvimento na Psicologia Política. A autora vai fazer sua divisão com um critério sobre o tipo de produção que é observado em determinados períodos (Montero, 1991). Assim, estipula três fases que marcam formas de produção distintas. A

¹Citado em Jiménez (1996): “Mcguire, W. J. (1993). The Poly-Psy relationship. Three phases of a long affaire. En S. Iyengar y W. J. Mcguire (Eds.), eji- supra, 9-35” (Jiménez, 1996, p. 251). É necessário um alerta. O texto que utilizamos nessa pesquisa é o de Mcguire (2004). Apesar do mesmo título, é uma reedição, e provavelmente o autor estendeu sua análise da década de 1990, além de prever a possibilidade de uma “quarta época” (Mcguire, 2004, p. 38). Contudo, os pontos criticados por Jiménez (1996), não foram alterados na nova edição.

primeira a autora define como “1.1 A política inconsciente ou implícita” (Montero, 1991, p. 28) que diz respeito às pesquisas da psicologia social que se relacionem com a política, seja pelas causas ou consequências ou porque afetem diretamente a política, mas o objeto de estudo na pesquisa, não é escolhido por isso. Ele se relaciona, mas não é determinante nem se busca estudá-lo porque tem alguma dimensão política. Nas palavras da autora:

Não existe uma consciência clara ou explícita de que estamos trabalhando em um campo específico, nem que os fenômenos políticos podem ter um nível de explicação psicológico. O relacionamento é eventual, fortuito e a descoberta fundamental é que o político e a política podem afetar os fenômenos psicossociais (Montero, 1991, p. 28).

Ainda sobre a primeira fase, de acordo com Montero (1991) os trabalhos que estariam mais relacionados com esse tipo de produção datam principalmente do período de “1956 a 1967” (Montero, 1991, p. 28). Em uma segunda fase da Psicologia Política, de “1968 a 1982”, (Montero, 1991, p. 30) a produção predominante se voltaria à “1.2 Política consciente ou explícita” (Montero, 1991, p. 30). Nessa segunda fase, a produção se caracterizaria por uma Psicologia comprometida com a política. De acordo com Montero (1991), nesse cenário ocorreria a produção de pesquisas que buscassem estar alinhadas com teorias políticas, mas que não necessariamente estabelecem um objeto de estudo próprio da Psicologia Política. Antes, se referem à politização da Psicologia, ou discussão das dimensões políticas do fazer em Psicologia, e não necessariamente às pesquisas com objetivos e objetos de estudo da Psicologia Política enquanto área de estudo:

Refere-se aos trabalhos que se voltam à crítica epistemológica da psicologia como sendo uma ciência a serviço de certos interesses e produtos de um sistema social particular. Definem-se neles o caráter político dos caminhos e formas de fazer psicologia e aplicar seu conhecimento, mas não se trata de psicologia política, estamos em frente à política da psicologia, e sua queixa em geral cobre toda a disciplina. E, embora essa produção não possa ser incluída no campo da psicologia política, ela tem o valor de ter revelado certos processos ideológicos e alienantes ligados à construção do social e, portanto, ao político como campo de estudo, algo que só começou a ser feito mais tarde (Montero, 1991, p. 30).

Por fim, a última fase, de acordo com Montero (1991) seria “1.3 A psicologia política de fatos políticos ou psicologia política propriamente dita” (Montero, 1991, p. 31). Nessa fase, que a autora localiza a partir de “1983” (Montero, 1991, p. 31), há a presença da

consciência de que o fazer psicologia é político, mas também a compreensão da especificidade do objeto e do campo da Psicologia Política enquanto área de estudo. De acordo com a autora:

(...) corresponde a uma etapa de consciência sobre o campo, seu objeto, da necessidade de elaboração teórica, da aplicação e construção de métodos e técnicas, de sua especificidade e seu compromisso social (...) Este modo de produção científica se caracteriza, porque a psicologia politicamente consciente se volta para as atividades políticas e para a dimensão política de certas atividades (Montero e Martin-Baró, op. cit., pp. X-XI), mas não como uma atitude partidária ou em função de interesses políticos de um grupo, mas como uma atividade explicitamente consciente da necessidade de esclarecer ideologicamente o sentido e efeito dos fenômenos estudados e de fazer manifesto o nível psicológico da atividade política como uma ação construtora de uma ordem social (Montero, 1991, p. 31).

Os trabalhos, apesar de distintos, nos permitem estabelecer algumas pré-condições para o estabelecimento do subcampo se tomarmos por base as organizações de dados e as conclusões dos autores. Em Jiménez (1996), Dávila et al. (1998) e McGuire (2004), o que podemos afirmar é que a Psicologia Política enquanto área de estudo só é possível após o estabelecimento de ambas, a Ciência Política e a Psicologia enquanto disciplinas científicas independentes. A afirmação parece óbvia, mas a organização histórica do dado que possibilita a afirmação é importante em um campo de estudo fruto da intersecção de duas ciências pré-estabelecidas e que, segundo Sabucedo (1996): “A semelhança de outras disciplinas das Ciências Sociais, (...) tem uma curta história, mas um longo passado” (p. 11).

O que podemos compreender da frase de Sabucedo (1996) e que o próprio Jiménez (1996) aponta é que, para falarmos da possibilidade de uma Psicologia Política, era preciso que tanto a Ciência Política quanto a Psicologia já tivessem se estabelecido enquanto ciências independentes. As classificações parecem se estabelecer pelo menos a partir do séc. XX, pois antes disso o desenvolvimento dos campos não possibilitava uma afirmação da Psicologia Política enquanto ramo científico. O que não significa que os autores, uma vez estabelecido o campo, não fossem buscar evidências de inquéritos filosóficos anteriores à consolidação das áreas prévias. É o período que Jiménez (1996) descreve como a “grande etapa de antecedentes da Psicologia Política” (p. 221) e o longo passado a que se refere Sabucedo (1996).

Ainda assim, a simples consolidação da Psicologia e da Ciência Política não pôde garantir por si a fundação ou desenvolvimento da Psicologia Política. Ao tomarmos contato

com a proposta e análise de Montero (1991) também observamos outra pré-condição que é, dentro das áreas, o reconhecimento, ou tomada de consciência, da especificidade do estudo e do objeto da Psicologia Política. A relevância da proposta de análise de Montero (1991) parece ser justamente a de evidenciar que, para que fosse estabelecida uma Psicologia Política, primeiro era necessário o reconhecimento das dimensões políticas da atuação dos cientistas políticos e psicólogos (descrito na primeira categoria da autora), o seu interesse e tentativa de organização dessas dimensões dentro das áreas (descrito na categoria 1.2 da autora) e, a partir dessas discussões, a compreensão da necessidade de estudo do comportamento político para além da atuação engajada. Assim, assumiria os aspectos políticos como um objeto científico para o qual a área deveria se debruçar se quisesse contribuir com a construção de sua realidade. Em suma, reconhecer que a atuação em Psicologia tem dimensões políticas possibilitou o interesse no estudo do comportamento político em contextos mais amplos, e não só no contexto da área.

Por enquanto, apesar de não se produzir uma definição clara do que venha a ser a Psicologia Política, passamos a reconhecer que ela é decorrente da interface da Ciência Política e da Psicologia. Precisando inicialmente que: (I) essas duas áreas se estabelecessem enquanto disciplinas científicas, e que (II) dentro das áreas fossem reconhecidas as especificidades dos estudos e objeto da Psicologia Política (Deutsch, 1984; Montero, 1991; Jiménez, 1996; Sabucedo, 1996; Dávila et al., 1998; e McGuire, 2004). Apesar de simples, essas afirmações são importantes. A primeira é importante, pois tanto a Psicologia quanto as Ciências Políticas tiveram percursos específicos de desenvolvimento enquanto disciplinas científicas, e os conflitos advindos dessas ciências-base da Psicologia Política influenciaram – e ainda influenciam – a forma de definir e enfrentar os desafios metodológico-conceituais do subcampo. A segunda é importante, pois marca a diferenciação e independência da subárea. Fazer Psicologia Política não é simplesmente ser um psicólogo engajado. É preciso mais que o reconhecimento das dimensões políticas da área. Faz-se necessária a busca do estudo de fenômenos políticos cujos conceitos e métodos da Psicologia podem ajudar a avançar. De acordo com Martin-Baró (1991):

Certamente, uma coisa é examinar a participação de uma população no processo eleitoral ou proporcionar atenção psicoterapêutica para pessoas torturadas por razões políticas, e outra, muito distinta, é analisar a função social que a psicologia está desempenhando no interior de um sistema social, por exemplo, avalizando com o selo de ‘ciência’ a discriminação social realizada pelo sistema escolar. (p. 577).

De acordo com Martin-Baró (1988 e 1991) e Montero (1991), a Psicologia Política se encontra no primeiro tipo de pesquisa do trecho acima. O que vale ressaltar é que não há pressuposto de neutralidade na Psicologia Política. Dizer que ela é uma subárea da Psicologia e das Ciências Políticas, que estuda para além das dimensões políticas da Psicologia, implica em reconhecer que as dimensões existem e que precisam ser consideradas. A produção da Psicologia Política parte desse reconhecimento e avança, assumindo que para ser transformadora há a necessidade de compreensão dos fenômenos sociopolíticos em seus aspectos psicológicos em geral, e não só na atuação do campo. Como o próprio Martin-Baró (1988) adverte:

(...) pode ser enganoso acreditar que uma psicologia da política pode ser desenvolvida fora da política da psicologia, como se a psicologia pudesse ser feita a partir de um presumível limbo científico que não seria afetado por conflitos sociais. Nesse sentido, o fato de que pretendemos nos concentrar na psicologia da política não nos permite ignorar a política da psicologia (Martin-Baró, 1988, p. 206-207).

Martin-Baró (1991) ainda alerta para outras dificuldades encontradas por aqueles que buscam definir a Psicologia Política. O autor inicialmente agrupa essas dificuldades em três categorias: “(1) Problemas teóricos” (Martin-Baró, 1988, p. 576) que decorrem da dificuldade e da ausência de teorias que atendessem às necessidades do subcampo, sobretudo porque as que existiam estavam ainda em fases iniciais; “(2) Problemas metodológicos” (Martin-Baró, 1988, p. 576) relacionados à falta de coesão da Psicologia Política sobre quais seriam os princípios norteadores e as ferramentas para pesquisas e intervenções; e, por fim, “(3) Problemas práticos” (Martin-Baró, 1988, p. 576) descritos como os obstáculos e barreiras advindos dos contextos sociais da época e, de modo geral, impostos aos conhecimentos que interferem diretamente no cenário político.

A terceira categoria é bastante relevante, pois descreve um cenário que pode ser enfrentado pelas produções de conhecimento em qualquer fase de seus desenvolvimentos, que sinalizem mudanças no *status quo* para setores conservadores e coercitivos da sociedade. Parece claro que a forma como o contexto social se relaciona com a disciplina irá influir nas formas de se fazer Psicologia Política, nos rumos da área e sua relevância. Essa categoria está coerente com a concepção de que a Psicologia Política não pode ser feita sem a compreensão e discussão das dimensões políticas da Psicologia e pode servir como uma advertência, pois deve ser levada em consideração em todo momento da produção de conhecimento.

Já as duas primeiras categorias levantadas por Martin-Baró (1991) parecem decorrer

de uma disciplina em construção, que está em uma fase específica de seu desenvolvimento. Fase essa em que há necessidade de compreensão das coesões e divergências nas produções, para assim, poder delimitar fronteiras, conceitos e a identidade do subcampo em si. O consenso de autores (Montero, 1991; Garzón, 1993; Montero e Dorna, 1993; Jiménez, 1996; Sabucedo, 1996; Dávila et al., 1998; Schildkraut, 2004; Espinosa et al., 2012; Mota Botello, 2012; Rosa e da Silva, 2012), estudiosos da construção da Psicologia Política, de que a área teve sua institucionalização ou formalização no final da década de 1970, sobretudo com o advento de manuais de Psicologia Política e formação da Sociedade Internacional de Psicologia Política, pode corroborar essa hipótese. Se a Psicologia Política se institucionaliza ao final da década de 1970, é justificável que passados por volta de um pouco mais de dez anos ainda estivesse buscando se solidificar enquanto novo subcampo e compreender seus limites e características singulares. Ainda no início da década de 1990, Montero e Dorna (1993) afirmavam que: “Apenas recentemente [1993] a Psicologia Política tem começado a alcançar um desenvolvimento autônomo” (Montero e Dorna, 1993, p. 8).

Não obstante, também é consenso entre diversos autores (Montero, 1991 e 2009; Garzón, 1993; Montero e Dorna, 1993; Jiménez, 1996; Sabucedo, 1996; Dávila et al., 1998; Schildkraut, 2004; Espinosa et al., 2012; Fernandes-Jesus et al., 2012; Mota Botello, 2012; Rosa e da Silva, 2012) que pesquisas que estão no escopo do que se denomina Psicologia Política podem ser identificadas pelo menos desde o final do séc. XIX e início do séc. XX. Por exemplo, um texto citado como um marco inicial por mais de um autor (Montero e Dorna, 1993; Jiménez, 1996; Rosa e da Silva, 2012) é o de “*Gustav Le Bon (...) Psicologia das massas (1895)*” (Jiménez, 1996, p. 223). Isso parece significar que se a Psicologia Política se institucionalizou no final da década de 1970 foi porque práticas de estudo já ocorriam pelo menos desde o final do século XIX. Contudo, essas práticas pareciam ocorrer de forma dispersa, e não necessariamente faziam parte dos mesmos arcabouços teóricos. Somente ao se institucionalizar, ao final da década de 1970, é que ocorre uma aglutinação dessas produções. Essa aglutinação, se por um lado alavanca a Psicologia Política como um subcampo específico com uma temática e objetos característicos por outro, força a área a lidar com uma imensa diversidade de teorias e métodos advindos das produções anteriormente alocadas em ramos inicialmente da Ciência Política, e em segundo momento, da Psicologia (Montero e Dorna, 1993; Montero, 2009). Montero e Dorna (1993) também observam, e são claros quanto a, esse processo e suas decorrências:

Apenas recentemente a Psicologia Política tem começado a alcançar um

desenvolvimento autônomo. E, de fato, ainda hoje muitos pesquisadores nesse campo produzem à sombra de outras disciplinas como a Ciência Política, o Direito, a Psiquiatria ou a Sociologia. Essa dependência criou uma dispersão e um isolamento bastante grandes, cujas consequências são a multiplicidade de enfoques, a fragmentação temática, a falta de paradigmas integradores e uma conceitualização ainda incerta. Só a partir dos anos 70 podem começar a ser identificadas as primeiras tentativas de criar uma autêntica disciplina acadêmica autônoma (Montero e Dorna, 1993, p. 8).

Resultam desse processo histórico de institucionalização da Psicologia Política as dificuldades descritas por Martin-Baró (1991) e Montero e Dorna (1993). Principalmente as de fragmentação temática, falta de paradigmas integradores, falta de coesão de princípios norteadores e métodos de estudo comuns no subcampo. Outro autor que identifica dificuldades relativas à multiplicidade e fragmentação da Psicologia Política é Sabucedo (1996). De acordo com o autor:

A amplitude de questões que se analisam nessa nova disciplina [Psicologia Política] impossibilita que um manual, de quaisquer características, possa dar conta de todas e cada uma delas. Por tal motivo, é preciso recorrer a algum critério para selecionar o material mais adequado para a audiência a que se dirige (Sabucedo, 1996, p. 12).

No trecho acima, Sabucedo (1996) afirma que a variedade de questões levantadas na Psicologia Política dificulta inclusive a organização e identificação de todos os temas que estão sendo – ou teriam sido – estudados. Além disso propõe, devido ao volume de temas, que aquele que realiza a organização leve em conta a sua audiência. Toda essa variabilidade de pressupostos e temas, além dos efeitos sobre os conflitos teóricos e metodológicos, parece ter afetado também a definição conceitual do que venha a ser a própria Psicologia Política (Deutsch, 1984; Sabucedo 1996; Dávila et al., 1998; Jost e Sidanius, 2004; Schildkraut, 2004; Montero, 2009; Rosa e da Silva, 2012).

1.1- Uma proposta de definição da Psicologia Política

Nesse subitem, para que seja possível a formulação de uma definição da Psicologia Política, analisaremos as definições já elaboradas por estudiosos da história da área. Abaixo será apresentada a **Tabela 1. Definições da Psicologia Política**. Nessa tabela se encontram as

definições de autores-referência do subcampo que discutem e procuram afirmar de forma mais direta o que se define como Psicologia Política, desde sua institucionalização até o contexto atual.

Antes de apresentar a tabela, vale ressaltar que a definição de Psicologia Política de Kaplan (1979) foi destacada, pois se dá no contexto de um discurso que ele realizou atendendo a um convite no primeiro encontro anual da ISSP (Sociedade Internacional de Psicologia Política), no ano de 1978. O discurso foi publicado no primeiro volume e número da revista *Political Psychology*, em 1979. Como já observado, tanto a fundação dessa sociedade quanto a publicação dessa revista são eventos que marcam a institucionalização da Psicologia Política (Jiménez, 1996). Assim, a definição de Kaplan (1979), ainda que menos elaborada, é uma das primeiras da Psicologia Política quando de sua formalização.

Tabela 1. Definições da Psicologia Política	
Autor	Trecho
Kaplan (1979)	A Psicologia Política estuda pessoas engajadas em ações políticas; ela não está ocupada com desenhar analogias entre a política e a Psicologia (Kaplan, 1979, p. 67).
Deutsch (1984)	A psicologia política tem por objeto o estudo da interação dos processos políticos e psicológicos, ou seja, que comportam uma interação bidirecional. Assim como as atitudes cognitivas limitam e afetam a natureza do processo de tomada de decisões políticas, também a estrutura do processo político e o processo de tomada de decisão política afetam as atitudes cognitivas (Deutsch, 1984, p. 240).
Sabucedo (1996)	Poderíamos afirmar que a Psicologia Política consiste no estudo das crenças, representações ou sentido comum que os cidadãos têm sobre a política, e os comportamentos desses, que já por ação ou omissão tratam de incidir ou contribuem à manutenção ou mudança de uma determinada ordem sociopolítica. Com essa aproximação à Psicologia Política não se trata de eliminar a referência ao comportamento político institucional (partidos, governos, comportamento de voto), mas de ampliar seu significado para dar espaço a outros fenômenos importantes da vida política (Sabucedo, 1996, p. 22).
Dávila et al. (1998)	[Psicologia Política] É um conjunto de conhecimentos científicos, desenvolvidos e transmitidos por uma comunidade que se autodenomina Psicólogas e Psicólogos políticos, que estão assim reconhecidos socialmente e que têm em comum o objetivo de descrever e explicar o comportamento político humano (...) (Dávila et al., 1998, p. 40).

Tabela 1. Definições da Psicologia Política	
Autor	Trecho
Jost e Sidanius (2004)	Psicologia Política explora a fronteira que há entre as nações intelectuais da Ciência Política e da Psicologia. É um subcampo dinâmico que aborda as formas em que instituições políticas afetam e são afetadas por comportamentos humanos. Nossa compreensão da relação de reciprocidade entre a Política e a Psicologia (especialmente a Psicologia Social, que também permeia a sociologia) tem evoluído de forma constante em anos recentes, formando uma área de estudo excitante e atraente (...). A Psicologia Política é pertencente a uma jovem comunidade interdisciplinar, que não só extrai teorias e métodos da Psicologia e da Ciência Política, mas também se alegra em emprestar de campos vizinhos como relações internacionais, antropologia, sociologia, comportamento organizacional, economia, história e filosofia (Jost e Sidanius, 2004, p. 2).
Schildkraut (2004)	Como muitos notaram, o subcampo da Psicologia Política é vasto. Essa vastidão está nas raízes de seu apelo. Ela também traz desafios quando professores precisam escolher quais tópicos e bibliografias incluir em seus programas de estudo, os quais às vezes dão a impressão que falta coerência ao campo. Já que quase todo aspecto da política é afetado por como as pessoas pensam e sentem, quase todo aspecto da Ciência Política pode, e é, objeto de análise dos psicólogos políticos (Schildkraut, 2004, p. 814).
Montero (2009)	Desde o início de sua sistematização como uma área acadêmica da Psicologia (meados do séc. XX), mas não desde sua origem nas Ciências Sociais (fim do séc. XIX), tem predominado a definição que vê a Psicologia Política como o estudo da interação entre fenômenos políticos e processos e fenômenos Psicológicos (cf. Brückner, 1971; Horkheimer, 1971; Grohs, 1971; Stone, 1974; Hermann, 1986; Gross Stein, 2002). Sua principal contribuição seria então dar explicações teóricas de fenômenos políticos, a partir de conceitos psicológicos. (Montero, 2009, p. 202).
Rosa e da Silva (2012)	A Psicologia Política é uma disciplina acadêmica, fruto da especial confluência entre a Psicologia e a Ciência Política, visto que outros estudos se associam na sua produção. Ela se constitui no interstício das fronteiras disciplinares e muitas vezes se vê refém de sua própria identidade, mas com possibilidades efetivas de dar respostas a questões que a tradição disciplinar não tem conseguido responder (Rosa e da Silva, 2012, p. 11).

As definições da **Tabela 1. Definições da Psicologia Política** decorrem dos esforços dos autores da área em defini-la. De acordo com Dávila et al. (1998), definir a área de pesquisa da Psicologia Política não só tem o objetivo de estipular um objeto e métodos de estudo que a diferenciem de outras disciplinas, mas também de traçar uma possibilidade de

programa de estudos que desenvolva o subcampo. Podemos considerar que os autores não estão apenas tentando afirmar as especificidades da Psicologia Política, mas também buscam, por meio de suas definições, estabelecer uma possibilidade de propor escopos que os pesquisadores e suas pesquisas possam percorrer. Essa concepção é importante se olharmos as características das definições apresentadas acima.

Inicialmente percebemos que entre elas existem semelhanças, e que ainda que os autores possam partir de escolas de pensamento diferentes, por exemplo, Jost e Sidanius (2004) – escola norte-americana – e Montero (2009) – escola latino-americana –, não são observados o uso de termos muito particulares a uma ou outra abordagem. Exceção feita apenas a um termo de Deutsch (1984): “atitudes cognitivas” (p. 240), que parece ser um conceito próprio de seu arcabouço teórico, todos os outros termos utilizados parecem ser de fácil compreensão para um leitor da Psicologia Política. Na realidade, as definições parecem se caracterizar por serem abrangentes. E, nesse sentido, parecem atender a proposta de Sabucedo (1996) de levar em conta a audiência ao organizar conceituações da área. No caso dos autores que tentam definir a área, parece que levam em conta a amplitude e multiplicidade da comunidade, produzindo uma definição de Psicologia Política que atenda e possibilite a coexistência dessa variabilidade de orientações teóricas e conceituais.

A maioria dos autores assume como uma característica da definição da Psicologia Política sua origem na interação entre a Ciência Política e a Psicologia (Dávila et al., 1998; Jost e Sidanius, 2004; Schildkraut, 2004; Montero, 2009; Rosa e da Silva, 2012), mas sem deixar estabelecido quais as abordagens, teorias ou conceitos que permitiriam essa interação. O que parece definir a possibilidade de interação é o objetivo de estudo da Psicologia Política, que quase todas as definições buscam delimitar, ainda que de maneira abrangente. Por exemplo, as definições de Jost e Sidanius, (2004): “Aborda as formas em que instituições políticas afetam e são afetadas por comportamentos humanos” (p. 2); Schildkraut, (2004): “Já que quase todo aspecto da política é afetado por como as pessoas pensam e sentem, quase todo aspecto da Ciência Política pode, e é, objeto de análise dos psicólogos políticos” (p. 814); ou ainda Montero (2009): “Sua principal contribuição seria então dar explicações teóricas de fenômenos políticos, a partir de conceitos psicológicos” (p. 202). A abrangência pode acarretar problemas, como a ambiguidade e dificuldade de definir termos comuns aos pesquisadores, mas por outra perspectiva talvez ela se faça necessária e seja saudável ao desenvolvimento de uma área que abriga tanta diversidade epistemológica e conceitual. Podemos avaliar essa hipótese, justamente porque é possível observar que em alguns trechos

os autores referenciados visam deliberadamente conservar ou promover a abrangência da área em pelo menos dois aspectos: (1) a delimitação do que é estudado, de forma a integrar diferentes perspectivas sobre o objeto da Psicologia Política; e (2) a pluralidade de metodologias de estudo, de forma a garantir a característica interdisciplinar da área. São exemplos do primeiro aspecto que queremos destacar: Sabucedo (1996): “Com essa aproximação à Psicologia Política, não se trata de eliminar a referência ao comportamento político institucional (...), mas de ampliar seu significado para dar espaço a outros fenômenos importantes da vida política” (p. 22); e Schildkraut, (2004): “Como muitos notaram, o subcampo da Psicologia Política é vasto. Essa vastidão está nas raízes de seu apelo” (p. 814).

Podemos observar que, enquanto Sabucedo (1996) objetiva que as definições de comportamento político possibilitem a ampliação de fenômenos a serem estudados, Schildkraut, (2004) defende que a vastidão do campo é parte de sua compreensão e identidade. Jost e Sidanius (2004) também visam conservar e ampliar a abrangência da área, mas no segundo aspecto destacado no final do parágrafo anterior, via sua interdisciplinaridade, inclusive apontando para a possibilidade de intercâmbios com outras áreas além da Ciência Política e da Psicologia:

A Psicologia Política é pertencente a uma jovem comunidade interdisciplinar, que não só extrai teorias e métodos da Psicologia e da Ciência Política, mas também se alegra em emprestar de campos vizinhos como relações internacionais, antropologia, sociologia, comportamento organizacional, economia, história e filosofia (Jost e Sidanius, 2004, p. 2).

Após analisarmos as definições dos autores (Kaplan, 1979; Deutsch, 1984; Sabucedo 1996; Dávila et al., 1998; Jost e Sidanius, 2004; Schildkraut, 2004; Montero, 2009; Rosa e da Silva, 2012) podemos assumir que uma definição da Psicologia Política precise ao menos: (1) considerar suas origens; (2) estabelecer uma delimitação para seus estudos que, ao mesmo tempo em que a diferencia de outras áreas, seja também integradora, servindo à alocação das diferentes abordagens teóricas e metodológicas do subcampo; e (3) legitimar sua interdisciplinaridade. Assim, para marcar também a delimitação metodológica dessa pesquisa, podemos assumir a Psicologia Política como: um campo ou subcampo, ainda em construção, oriundo da intersecção da Ciência Política e da Psicologia, que estuda a interação entre os fenômenos psicológicos e políticos, com ênfase no comportamento político. Sempre em uma perspectiva interdisciplinar que favoreça o diálogo e intercâmbio de disciplinas científicas (Deutsch, 1984; Sabucedo 1996; Dávila et al., 1998; Jost e Sidanius, 2004; Montero, 2009;

Schildkraut, 2004).

Vale ressaltar que é preciso estar ciente de que a Psicologia Política é uma área de estudo em construção e que, por mais que tenhamos nos apoiado nas semelhanças das definições de Psicologia Política de autores estudiosos da área, essas definições não são exatamente iguais entre eles. O que significa que nem todo psicólogo político possa vir a concordar com a definição aqui apresentada. Contudo, a definição aqui apresentada não pretende ser universal e definitiva à área; talvez tal definição nem seja possível, já que a ciência é um empreendimento dinâmico. Ainda assim, essa definição da Psicologia Política, busca estabelecer uma base para a metodologia desse trabalho. Assim, afirmar a Psicologia Política como aqui definida é esclarecer os caminhos e escolhas metodológicas dessa pesquisa, e não dar traços finais ao desenvolvimento da Psicologia Política.

1.2- Os desafios de uma Psicologia Política

Mesmo tendo assumido a Psicologia Política enquanto um campo ou subcampo ainda em construção, oriundo da intersecção da Ciência Política e da Psicologia, que estuda a interação entre os fenômenos psicológicos e políticos com ênfase no comportamento político, sempre em uma perspectiva interdisciplinar que favoreça o diálogo e intercâmbio de disciplinas científicas (Deutsch, 1984; Sabucedo 1996; Dávila et al, 1998; Jost e Sidanius, 2004; Montero, 2009; Schildkraut, 2004), algumas questões ainda precisam ser consideradas. Essa pesquisa, por ser uma interface, terá que lidar com concepções do Behaviorismo Radical e da Análise do Comportamento que precisarão ser contextualizadas nas discussões da Psicologia Política.

Martin-Baró (1991) afirma que um desafio ao optar pela Psicologia Política é precisar o que é afirmado como comportamento político. Essa questão é muito importante, visto que a Psicologia Política se diferencia de outras áreas justamente porque visa estudar as dimensões psicológicas dos fenômenos políticos e o comportamento político. O que nos salienta Martin-Baró (1991) é que as concepções sobre o que vem a ser tanto comportamento quanto o que é político podem ser diferentes dentro da Psicologia Política. De imediato, é possível reconhecer que essa dificuldade no uso dos termos seria esperada, uma vez que na história – e mais especificamente no período de formalização da área – são aglutinadas diversas perspectivas que estavam estudando isoladamente temas semelhantes. Schildkraut (2004), ao analisar o período de formalização da Psicologia Política, aponta dados relevantes para a

compreensão dessa dificuldade em precisar o “comportamento” e o “político”.

Sobre os efeitos e características da área em relação à sua formalização, Schildkraut (2004) afirma que o interesse dos pesquisadores sobre a Psicologia Política aumenta quando as produções do conhecimento científico sobre o comportamento de escolha e preferências políticas passam a indicar dados que divergiam do modelo de Escolha Racional. Esse modelo era sustentado por parte da Ciência Política, e tinha como principais pressupostos: (1) ser possível prever escolhas e preferências políticas a partir da mensuração de variáveis de constrangimento material pelas quais o agente da escolha passaria; e (2) as escolhas sempre visariam à maximização dos ganhos individuais (Ferejohn e Pasquino, 2001; Meireles, 2012; das Neves Bodart, 2014). Não pretendemos promover uma discussão sobre a Teoria da Escolha Racional (TER). Analisar e estabelecer uma profunda descrição da Teoria da Escolha Racional seria tema suficiente para outra pesquisa, visto que mesmo na área existem diferentes perspectivas² e nomenclaturas³ para essa abordagem. Aqui vamos usar o termo Teoria da Escolha Racional (TER) por parecer ser o mais difundido na área (Baert, 1997; Ferejohn e Pasquino, 2001; Meireles, 2012; das Neves Bodart, 2014). E estamos a nos referir a essa teoria, pois as dificuldades encontradas nos esforços de pesquisa dessa abordagem serviram de impulso ao campo da Psicologia Política (Schildkraut, 2004).

De acordo com Schildkraut (2004): “Essas críticas empíricas e modificações da teoria da escolha racional tornaram a Psicologia Política uma linha de inquérito atraente para acadêmicos de diversas metodologias e significativos arcahouços [teóricos]” (p. 807). A autora ainda argumenta que, de certa forma, a Psicologia Política se relaciona com questões antigas, como o que as pessoas pensam e sentem (Schildkraut, 2004); além de listar uma série de questões frequentemente estudadas na área, e que vão ao encontro do levantamento de outros autores como Jost e Sidanius (2004) e Sabucedo (1996). Dentre as questões listadas pela autora, uma de grande importância para o que buscamos argumentar é logo o primeiro tema que autora destaca:

“A psicologia Política, enquanto um subcampo formal, é relativamente nova

²Para acesso às discussões das diferentes perspectivas e complexidade da formação da Teoria da Escolha Racional, ler: Baert, P. (1997). Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(35). p. 1-13.

³Exemplos da diversidade de nomenclaturas: Mcguire (2004) se refere à “Pessoa Racional” (p. 27); já em outros autores ela é anunciada como “Teoria da escolha racional” (Baert, 1997, p. 1; Ferejohn e Pasquino, 2001, p. 5; Meireles, 2012, p. 53; das Neves Bodart, 2014, p. 52); Schildkraut (2004) usa o termo: “Modelo da escolha racional” (p. 807); outros como Reis, (2009) podem se referir como: “Abordagem da escolha racional” (p. 83).

para a Ciência Política. Mas as questões que psicólogos políticos exploram estão em pauta por séculos, se não milênios. [...] A agenda dominante de pesquisa [da Psicologia Política] inclui determinar quais fatores e condições (incluindo a mídia, mensagem de candidato, memória, fluxos de informação, percepção de riscos, emoções e personalidade) afetam a tomada de decisão por ambos, líderes e cidadãos” (Schildkraut, 2004, p. 807-808).

Não sem propósito, o trecho de Schildkraut (2004) se refere a ‘questões milenares’; tampouco parece apenas coincidente que as divergências em relação à Teoria de Escolha Racional tenham sido força motriz para a busca e desenvolvimento de novas abordagens para compreensão, previsão e controle do comportamento político. É importante ressaltar que a dificuldade e a necessidade do estudo do indivíduo privado, bem como das implicações da subjetividade privada no mundo ocidental, não são exclusivas e nem inauguradas na Psicologia Política. De outra forma, essas dificuldades e necessidades parecem ser compartilhadas, ou até mesmo “decorrentes”, das grandes áreas que serviram de base ao surgimento da Psicologia Política, como é o caso da própria Psicologia no que se refere à questão do indivíduo e da subjetividade (Figueiredo, 1991; Tourinho, 2009); e como também parece ser o caso da definição do que é política na Ciência Política (Sartori, 1997).

1.3- A dimensão política da definição de comportamento político

Nesse subitem buscaremos demonstrar que a dificuldade, precisamente apontada por Martin-Baró (1991) de definir formalmente o que venha a ser um comportamento político, está relacionada não simplesmente à multiplicidade de abordagens e definições que compõem a Psicologia Política, mas também às dificuldades da própria Ciência Política no manejo e definição de seu objeto, o que por sua vez pode inclusive favorecer a multiplicidade de abordagens. Primeiro, é preciso observar quais necessariamente são os conflitos e como aparecem na Psicologia Política, e então buscar traçar suas relações com a complexidade encontrada na Ciência Política. Para clarificar os conflitos da definição do comportamento político, recorreremos mais uma vez a Martin-Baró (1991):

Como não poderia deixar de ser, o primeiro problema metodológico está ligado aos problemas teóricos: (...) A primeira confusão surge da dúvida sobre se a psicologia política deve focar a psicologia do que fazer político ou se deve examinar o que pode ser chamado de política da psicologia, isto é, tudo aquilo que, na psicologia e no

trabalho dos psicólogos, está determinado por interesses sociopolíticos ou contribua para articular esses interesses na práxis social (...). No caso de se escolher por uma psicologia da política, fica ainda por precisar o que pode ser definido formalmente como comportamento político. Pode-se destacar pelo menos três possibilidades: (a) que o caráter político provém daquilo que se faz; (b) que sua especificidade surge mais claramente do como se faz; e (c) que o político está determinado pelo sentido do que se faz (Martín-Baró, 1988b). (Martin-Baró, 1991, p. 577).

No trecho acima Martin-Baró (1991) assume que existem problemas advindos das características da Psicologia Política enquanto subcampo de outras duas disciplinas, tendo que lidar com uma multiplicidade de métodos e teorias na área que ainda não estavam bem consolidadas. A primeira questão que o autor levanta é a da diferenciação, de fato, do que venha a ser uma Psicologia Política e do que seria uma análise das dimensões políticas da Psicologia, como já discutido nessa pesquisa anteriormente (**Capítulo 1- A busca da definição da Psicologia Política**). Além disso, e o que é muito relevante para esse estudo, o autor assume naquele momento de sua obra que, se optarmos por uma Psicologia Política, o objeto a ser investigado seria o comportamento político. Para uma interface com a Análise do Comportamento poderíamos nos contentar, equivocadamente, acreditando que os problemas relacionados com a interface entre as áreas estariam resolvidos. Contudo, no próprio trecho acima, Martin-Baró (1991) observa pelo menos três formas diferentes de se classificar o que seria o comportamento político enquanto objeto da Psicologia Política.

Inicialmente Martin-Baró (1991) apresenta uma forma de definir o que é comportamento político baseada nas relações com o Estado. A categoria “(a) que o caráter político provém daquilo que se faz” (p. 577), descreve comportamentos em que “aquilo que é feito” é se relacionar com o Estado. O autor indica vantagens e desvantagens dessa forma de classificação e argumenta que, se por um lado ela facilita a delimitação de comportamentos a serem estudados, por outro pode restringir demais o que seria considerado comportamento político.

(a) Uma visão considera políticos, todos os comportamentos realizados nos marcos do Estado, tomando como atores tanto os organismos e representantes estatais (por exemplo, governantes, legisladores ou partidos políticos) quanto os indivíduos e os grupos que ingressam nesses marcos (por exemplo, cidadãos que participam de um processo eleitoral ou de uma manifestação política). Essa definição tem a vantagem de delimitar de forma precisa os comportamentos e os processos que são considerados

políticos. Porém, como bem destacam Cot e Mounier (1985:19): “definir a política como Estado é cair no institucionalismo” e, com isso, deixar de lado um grande número de comportamentos que, sem dúvida alguma, têm um importante caráter político: por exemplo, uma greve ou uma paralisação sindical (Martin-Baró, 1991, p. 577).

No trecho acima é possível identificar uma crítica relevante e já destacar o que estamos apontando como dificuldades enfrentadas pela Psicologia Política, que são oriundas das questões epistemológicas das suas áreas-base. A crítica que Martin-Baró (1991) realiza sobre essa forma de definir o que é comportamento político advém não simplesmente da definição de uma nova categoria que a área está formulando para estudo, mas sim da própria concepção do que é a Política. A dificuldade permeia, antes dos conflitos da produção da Psicologia Política, questões epistemológicas da Ciência Política em si. Não existe uma forma única e universal de definir o que é a política na Ciência Política (Soares, 1978; Schmitter, 1982; Sartori, 1997). Na segunda possibilidade de definição “(b) que sua especificidade surge mais claramente do como se faz” (Martin-Baró, 1991, p. 577) também podemos observar a mesma situação; o conflito sobre a forma de definir o comportamento político está muito relacionado ao conceito de política em si.

Na possibilidade “(b) que sua especificidade surge mais claramente do como se faz” (Martin-Baró, 1991, p. 577), o autor afirma que poderiam ser considerados políticos todos os comportamentos que envolvessem poder, no sentido de possibilidade de alteração e influência no comportamento de outros seres humanos. Sobre essa forma de definir comportamento político, Martin-Baró (1991) critica o risco de demasiada amplitude, que poderia levar a uma desconfiguração do objeto da Psicologia Política. Isso ocorreria, pois nas relações, ainda que só entre duas pessoas, sempre que alguma forma de equilibrar recursos ocorresse teríamos uma relação de poder configurada. De acordo com Martin-Baró (1991):

(b) Outra visão toma como políticos todos os comportamentos em que se coloca em jogo alguma forma de poder. Em outras palavras, só é político aquele comportamento que se realiza com poder ou que desdobra alguma forma de poder. No entanto, todo comportamento humano, na medida em que coloca em relação duas ou mais pessoas, envolve o equilíbrio de recursos entre os atores, dando poder (ou não) para uns em detrimento de outros (Martín-Baró, 1989). Neste sentido, todo comportamento interpessoal ou intergrupar supõe, por menor que seja, algum grau de poder e, portanto, seria político. Mas, se todo comportamento é político, o objeto da

psicologia política se torna excessivamente amplo e vago e, na prática, pode ser identificado com o objeto da psicologia em geral. Mesmo aceitando que política e poder são áreas intimamente relacionadas, é necessário detalhar em que condições o exercício de poder nas relações humanas pode definir um ato como político (Martin-Baró, 1991, p. 577).

O fato de pensar relações políticas como relações de poder e o que decorre dessa perspectiva, que é considerar que grande parte do comportamento humano envolva ou é política, não parece em si um erro. Contudo, Martin-Baró (1991) tece uma crítica importante. Se esse for o caso, parece não só necessário, mas imprescindível, detalhar as condições e dimensões do exercício de poder que configurariam o comportamento como político. Podemos ilustrar a condição ao refletirmos sobre algumas situações. Se observássemos duas crianças brincando. Do fato que brincam juntas, e a brincadeira envolve uma influenciar o comportamento da outra – para citar alguns exemplos: decidindo quem vai assumir qual papel na brincadeira, ou ainda com que brinquedo irão brincar e como o brinquedo será dividido – podemos identificar que decisões, acordos e exercícios de influência de uma sobre a outra irão ocorrer. Outro exemplo, simples e bastante cotidiano, seriam as interações que temos em nossas casas para decidir que programas assistir na televisão da sala. Um terceiro exemplo ainda poderia ser um jantar entre um empresário e seu amigo que, por acaso, é político e ocupa um cargo público com possibilidade de aprovação de financiamentos. Nas três situações temos recursos envolvidos, escolhas e influência do comportamento de uns em relação aos outros, bem como estratégias de como influenciar esses comportamentos. Agora é preciso considerar que as características das três relações, a função, as consequências e magnitudes de impacto no ambiente social as tornam comportamentos muito distintos. Ainda que fossem os três assumidos como políticos, suas diferenças precisariam ser preservadas, e nesse sentido a crítica de Martin-Baró (1991) é muito pertinente. Há a necessidade, nesse caso, de se ter muito bem definido que dimensão – ou característica – torna possível atribuir aos três comportamentos exemplificados o status de político.

Na proposta “(b) que sua especificidade surge mais claramente do como se faz” (Martin-Baró, 1991, p. 577) descrita no trecho de Martin-Baró (1991), encontramos novamente a dificuldade da definição do comportamento político em precisar com exatidão sua dimensão política. O que corrobora a ideia de que as dificuldades encontradas na Psicologia Política têm origem não só em suas próprias propostas, mas nos desafios das áreas das quais deriva. Há ainda uma terceira possibilidade a considerar de acordo com Martin-Baró

(1991), a possibilidade “(c) que o político está determinado pelo sentido do que se faz” (p. 577) que o autor descreve da seguinte forma:

(c) Uma terceira visão considera um comportamento como político a partir do seu sentido, isto é, da relação que esse comportamento tem com a ordem social e do impacto que produz nela. É claro que todo ato pode remeter, de alguma forma, à ordem social em que ocorre, mas nem todo ato tem o mesmo impacto sobre ela; somente aqueles atos que têm algum efeito significativo no sistema social, seja para manter, seja para mudar, podem ser considerados como políticos. A criança que retira de seu irmão um brinquedo está exercendo poder, mas este ato não exerce o mesmo impacto sobre a ordem social que o ato do patrão que se apropria da mais-valia gerada pelo trabalho de seu operário ou do governo que estatiza parte das terras de um país com o fim de realizar reforma agrária. Nestes casos, o poder exercido tem efeito sobre o sistema social estabelecido: no primeiro se contribui para a manutenção e no segundo para a mudança. Definir o ponto em que o impacto de um comportamento na ordem social pode ser considerado significativo é algo difícil, mas parece a melhor maneira de especificar quando um ato é político ou em que âmbito e em que medida é político (Martin-Baró, 1991, p. 578).

No trecho acima, Martin-Baró (1991) afirma sua preferência pela possibilidade de abordar ou definir o comportamento político através de seu sentido. E, por sentido de um comportamento, ele está assumindo tanto a relação com a ordem social como o impacto sobre essa ordem. Martin-Baró (1991) alerta para o fato de que todo comportamento pode ter traçada, de alguma forma, sua relação com a ordem social, o que nos levaria a uma situação semelhante à ocorrida na possibilidade anterior (b). Contudo, aponta para uma diferença em relação às categorias, que seria levar em consideração o impacto do comportamento na ordem social. O autor pondera que definir uma medida para esse impacto não é simples, porém para ele, parecia a melhor opção. A referência que temos no trecho sobre a possibilidade de determinar o impacto é o termo “efeito significativo” (Martin-Baró, 1991, p. 578) e os exemplos que seguem o termo. Ainda assim, é importante chamar a atenção para a dificuldade de definição da dimensão política, mesmo para definir impacto. Através dos efeitos significativos para mudança ou manutenção de uma ordem social, a clareza da definição do que é Política parece uma etapa a ser cumprida visto que, sem ter claro o que delimita por político, é difícil estabelecer qual impacto gerou um efeito mais ou menos significativo sobre ele. O próprio Martin-Baró (1991) vai afirmar:

Nenhuma alternativa é totalmente convincente, porque nenhuma consegue resolver satisfatoriamente as dificuldades que surgem no momento de especificar a análise ou a intervenção da psicologia política. (p. 578).

Martin-Baró (1991) evidencia as dificuldades de definição do objeto sobre o qual a Psicologia Política se propõe a estudar, inclusive relacionando e descrevendo as relações que essa dificuldade de definição implica na discussão das metodologias a serem empregadas na área. O que queremos destacar é que, no que se refere ao estudo de Martin-Baró (1991), boa parte da dificuldade se encontra na definição do que é política. Definir o que é a política é uma discussão muito complexa na área da Ciência Política, equivalente à Psicologia, se pensarmos enquanto disciplina geral.

A definição do que é a política é de alta complexidade devido às características desse objeto. Primeiro, pois enquanto fenômeno ele ocorre em culturas humanas, e isso implica que ele é mutável entre agrupamentos humanos e ao longo da história desses agrupamentos (Bonavides, 1976; Schmitter, 1965; Sartori, 1997). Sartori (1997) descreve pontos em que as mudanças na civilização ocidental influíram sobre a política, transformando-a enquanto prática cultural. Essas mudanças vão operando tanto sobre o fenômeno quanto sobre a forma de defini-lo; quanto mais avança na história, mais formas de concebê-lo e defini-lo surgem. De acordo com Sartori (1997):

Quanto mais nos afastamos do formato da *polis*, da pequena comunidade-estado, mais aglomerados humanos adquirem uma estruturação vertical. Essa verticalidade é a tal ponto estranha à ideia helênica de “política”, que foi teorizada durante milênios com a ajuda de um vocabulário latino: *principatus*, *regnum*, *dominium* (...). O fato de que no séc. XIX esta terminologia reflui sobre o termo “política” constitui uma perturbadora inversão de perspectiva. Hoje, acolhemos a dimensão vertical da política em uma palavra que denotava ao contrário, sua dimensão horizontal. (...). Contudo, a mudança havida, que permitia espelhar bem a realidade política no séc. XIX, nesse século [XX] se torna muito estreita e limitada. Registramos agora um fato novo (...). A democratização ou massificação da política implica não só uma difusão, e diluição, mas também *ubiquidade*. À estrutura vertical se junta uma expansão horizontal, o que volta a influir na linguagem da política. Depois de milênios de relativa *stasis*, quantas modificações em pouco mais de cem anos! O Estado se amplia, mas os processos políticos não podem mais ser contidos no seu âmbito. (Sartori, 1997, p. 170-171).

No trecho de Sartori (1997) acima observamos que tamanhas são as mudanças nas formas de se fazer a política desde o surgimento do termo e prática na Grécia antiga, que ao final do séc. XIX o termo política era usado de forma inversa à proposta em sua origem grega. Se em seu surgimento marcava relações horizontais entre indivíduos de um grupo de seres humanos, no séc. XIX marcava uma relação vertical e identificada com o Estado. Entretanto, para o espanto de Sartori (1997), os agrupamentos humanos sofrem tamanhas transformações durante a virada e o decorrer do séc. XX que, enquanto prática das culturas, a política passa a ser de tal forma difundida e ter seus processos repartidos devido ao crescimento do Estado e a quantidade de pessoas que agora tomavam parte na prática política, que ela passa a assumir um caráter de existência quase onipresente de concomitância aos ambientes humanos. Essas características advindas da democratização e massificação da política (Sartori, 1997) produzem um cenário conceitual complexo na Ciência Política e, não por acaso, muito semelhante com as dificuldades e críticas apontas por Martin-Baró (1991) na definição do objeto da Psicologia Política. De acordo com Sartori (1997):

É um equívoco pois, acusar a Ciência Política contemporânea de fechar-se numa visão excessivamente estreita (estatal) do que seja a política. A quem observa que a noção de ‘sistema político’ não basta para receber toda a ubiquidade e a difusão da política, servirá de contrapeso a crítica de que quem afirma a noção de um sistema político omni-abrangente, observando que um sistema político que não consegue mais determinar seus próprios limites termina por não ser um sistema, dilui a ideia de ‘político’ ao ponto de fazê-la desaparecer (Sartori, 1997, p. 171).

Podemos identificar que Sartori (1997) descreve uma polarização na Ciência Política. De um lado, a concepção de que nos moldes contemporâneos a política, tão difundida e ubíqua, não pode ser afirmada por meio de um sistema político identificado, ou do Estado simplesmente. O que é muito semelhante à crítica de Martin-Baró (1991) sobre a concepção de comportamento político, que o define na relação com o Estado. Em contrapartida, o outro polo descrito por Sartori (1997) alerta para o risco da diluição da ideia de político, que pode acabar por desconstruir a especificidade do objeto. O que também é muito semelhante à crítica de Martin-Baró (1991) à possibilidade de definição do comportamento político via qualquer relação que implique em poder, sem detalhar as características que configurariam um ato político. Podemos ponderar então que a dificuldade de definição do que é comportamento político passa pela discussão da própria Ciência Política sobre seu objeto de estudo.

Ponderamos também que, mesmo sendo difícil defini-la, pelo menos explicitar o que se compreende por política parece ser uma parte importante de uma pesquisa em Psicologia Política por pelo menos três motivos. O primeiro motivo, pois sem ter explicitado o que se considera por política na pesquisa: é difícil estabelecer com clareza o que se propõe como comportamento político. Principalmente porque é essa dimensão política que tanto define o comportamento a ser estudado, quanto serve como base para delimitação da Psicologia Política enquanto campo de estudo. O segundo motivo está ligado à interdisciplinaridade desse subcampo de pesquisa. A explicitação poderia facilitar a localização de uma pesquisa nas correntes da Psicologia Política, com as quais teria mais facilidade de teórica de dialogar. Por fim, o terceiro, seria o fato da possibilidade de um debate amplo na área entre as diferentes perspectivas acerca da definição de política em si. Para Schmitter (1965), essa explicitação da definição é um dever daquele que estuda a política, como podemos observar em suas próprias palavras: “Acho que cada politista tem por dever considerar conscientemente essa pretensão e definir explicitamente o seu conceito de política” (p. 47).

1.4- Explicitando uma concepção de política

Seguindo a orientação de Schmitter (1965) e buscando facilitar a compreensão das escolhas metodológicas dessa pesquisa, buscamos explicitar uma compreensão de política que, partindo da Psicologia Política, possibilite a interface com a Análise do Comportamento. Schmitter (1965) também considera e aborda os fenômenos de transformação do objeto político observados por Sartori (1997) e procura identificar as diferentes formas de definição para o conceito de política. Em seu estudo, Schmitter (1965) passa a dividir as possibilidades inicialmente em quatro. De acordo com o autor, a política pode ser definida de acordo com:

I Suas instituições, pelo social concreto e estabelecido, dentro do qual participam os atores. II Seus recursos, pelos meios utilizados pelos atores. III Seu processo, pela atividade principal à qual se consagram os atores. IV Sua função, pelas consequências da sua atividade para a sociedade global de que faz parte. (Schmitter, 1965, p. 47).

Ao longo de seu texto o autor se aprofunda nas concepções e seus desdobramentos e, posteriormente, realiza um esforço em prol da delimitação do que se possa assumir como política para o estudo científico. Schmitter (1965), nesse esforço, recorre aos autores que foram objeto de seu estudo. De início, ele destaca a característica da política enquanto um

conflito entre seres humanos que se encontram em um contexto de integração e ajuda recíproca. Para Schmitter (1965), nesse momento: (...) a política é o conflito entre atores para a determinação de linhas de conduta (*policies*) coletivas dentro de um quadro de cooperação-integração reciprocamente reconhecido (p. 59). E, finalizando, oferece uma segunda definição que encontra em Furtado (1964), a qual utilizaremos como base nessa pesquisa. De acordo com Furtado (1964):

A partir do momento em que uma sociedade cresce o suficiente para que os seus membros necessitem pautar o comportamento por normas gerais, cuja aplicação deve ser imposta por uma autoridade que não deriva a sua legitimidade de vínculos de parentesco, estamos em face de um embrião de organização política, sendo irrelevante que a chamemos de sociedade civil ou de Estado. O que importa é reconhecer que qualquer estrutura social que haja alcançado um certo grau de diferenciação necessitará organizar-se politicamente a fim de que os seus conflitos internos não a tornem inviável. Um ponto importante a ter em conta é o caráter *sui generis* da organização política – instrumento que a própria sociedade utiliza para autodisciplinar-se – cabendo-lhe o monopólio de uso da força em nome da coletividade como um todo. A existência de forças armadas e de um quadro de funcionários constitui a exteriorização dessa organização política, em cuja cúpula estão aqueles elementos dirigentes que constituem o vínculo entre a *máquina* do Estado e a sociedade politicamente organizada (p. 40)

Apesar da definição de Furtado (1964) não poder ser considerada universal, vamos nos apoiar nela devido às características que ela traz. Uma característica importante, apesar do autor não usar o termo literalmente, é que ele parece atribuir à política o caráter de um conjunto de práticas socioculturais, e parece assumir uma posição específica diante do conflito que observamos Martin-Baró (1991) e Sartori (1997) descrever em relação à limitação que o conceito de política sofre quando restrito ao Estado, ou sua desorientação quando desvinculado do mesmo. A importância de assumir a política como um conjunto de práticas socioculturais se dá à medida que contempla as possibilidades de mudança que ela sofre em grupos diferentes e também ao longo do tempo dentro de um mesmo grupo. Além disso, Furtado (1964) parece descrever a função desse conjunto de práticas quando em sua perspectiva a afirma como “instrumento que a própria sociedade utiliza para autodisciplinar-se” (Furtado, 1964 p. 40), talvez mais importante, o autor destaca que é ela que possibilita a continuidade da existência daquele grupo, pois sua organização se relaciona aos conflitos

oriundos do grupo.

Outro fator importante a ser considerado na definição de Furtado (1964) é a relação da definição com o termo Estado. No início do trecho ele afirma não ter relevância o nome que se dá à organização política, contudo, no final do trecho, retoma o termo em “a *máquina* do Estado” (Furtado, 1964, p. 40). Não parece que o autor esteja a afirmar que o Estado não seja importante para a política ou sua definição, ainda que inicialmente assuma como irrelevante o nome que se use à organização política. O que podemos observar é a importância do Estado enquanto “expressão” (Furtado, 1964, p. 40), forma de se tornar tangível ou, ainda, aparelhagem para a ação que a organização política produz. Assim, não separaríamos política e Estado. Contudo, não limitaríamos a definição de política àquilo que de sua organização é tangível. Além disso, talvez seja preciso fazer um adendo à definição do autor quando afirma: “cabendo-lhe o monopólio de uso da força em nome da coletividade como um todo” (Furtado, 1964, p. 40). O adendo seria que cabe o uso da força, em circunstâncias específicas, também definidas nos exercícios políticos do grupo.

Por fim, Furtado (1964) avança em uma característica muito importante da política, na qual podemos observar a demanda para a Psicologia Política. A característica se dá na origem do poder político. De acordo com Furtado (1964):

O poder político se funda exatamente nessa vinculação: ele se legitima pelo fato de que a coletividade vê naqueles que o exercem os árbitros de seus interesses, e se efetiva porque aqueles que o detêm possuem o comando da máquina do Estado. (Furtado, 1964, p. 40).

Partindo desse trecho de Furtado (1964) podemos observar a relevância de responder às perguntas milenares que Schildkraut (2004) menciona. Se o poder político advém da relação entre os seres humanos que estão na cúpula e na base da organização política e essa relação se legitima pela percepção de uns como árbitros dos interesses de outros, questões como: Quais os interesses das pessoas? Como percebem e pensam? tornam-se questões muito relevantes para a compreensão da política. É nesse cenário que a Psicologia vai ser chamada a atuar, sobretudo diante dos conflitos pós-Primeira Guerra Mundial (Deutsch, 1984). Contudo, como anteriormente afirmado, a Psicologia também enfrenta desafios ao longo de seu desenvolvimento. No próximo item será possível analisar como se relacionam esses desafios enfrentados na Psicologia com as dificuldades encontradas na Psicologia Política.

1.5- A subjetividade privada vai à política

Para iniciar com as questões da Psicologia Política que podem ser traçadas em sua origem na Psicologia, observamos nas discussões sobre a definição do campo da Psicologia Política (Sabucedo, 1996; Jost e Sidanius, 2004; Montero, 2009; Schildkraut, 2004) um processo semelhante ao que observamos na construção da própria Psicologia enquanto ciência moderna. Figueiredo (1991), ao revisitar os aspectos sociais, econômicos e culturais que influenciaram e se configuraram como condições para a construção da Psicologia como ciência moderna, ressalta que:

“Reconstruindo-se as condições sociais, econômicas e culturais que jazem no subterrâneo do projeto de uma psicologia científica, que lhe criam o espaço e definem o significado, pode-se notar: A oposição estabelecida entre, de um lado, o caráter supostamente pré ou anticientífico do sujeito, somado ao caráter supostamente pré ou antissocial do indivíduo privado e, de outro lado a necessidade de submeter a vida interior do indivíduo a leis, descobrindo nela regularidades que possibilitem o controle e a coloquem a serviço do domínio técnico da natureza e da reprodução social”. (p. 23)

No trecho acima é exposto que as características que dificultam o estudo do indivíduo são justamente aquelas que imporiam maior relevância à sua compreensão no contexto científico. No argumento de Schildkraut (2004), quando a autora afirma que existem fatores empíricos que suscitam as críticas e revisões do modelo de escolha racional, ela se refere, para usar os termos da autora, aos “processos psicológicos” (p. 807) como contraponto ao argumento da Teoria da Escolha Racional.

“Pesquisas em Psicologia Política geralmente desafiam concepções da teoria da escolha racional e adicionam nuances aos conceitos da teoria da escolha racional. Elas [pesquisas em Psicologia Política] oferecem demonstrações empíricas rigorosas de como os processos psicológicos afetam –previsível e sistematicamente – premissas da racionalidade que se sustentam ou não e, inversamente, como as estruturas das instituições políticas afetam os processos psicológicos”⁴. (Schildkraut, 2004, p. 807)

⁴Segue citação original do inglês: “It offers rigorous empirical demonstrations of how systematic and predictable psychological processes affect whether traditional assumptions of rationality do or do not hold and, conversely, how the structure of political institutions affects psychological processes.” (Schildkraut, 2004, p. 807). Atentar à conjunção “se”, do inglês “whether”, devido às possibilidades de tradução. A despeito de divergências de tradução, o importante é ressaltar que no parágrafo fica clara a afirmativa da autora de que são os fenômenos psicológicos que apontam para insuficiências e alteram, ou implicam, em revisões da teoria racional.

Em Schildkraut (2004), é o sujeito psicológico que impossibilita a compreensão da escolha apenas por fatores considerados externos ao indivíduo. Assim, na medida em que os modelos científicos de estudo da política enfrentam o problema do comportamento do indivíduo enquanto produto e produtor da civilização ocidental, o campo passa a compartilhar e buscar apoio na produção de conhecimento da Psicologia. Isso não significa dizer que é a Psicologia a chave que desvendará todas as questões das teorias políticas, mas sim constatar e alertar um dado importante aos pesquisadores da área a respeito da profusão de abordagens da Psicologia Política. A multiplicidade de bases metodológicas, pressupostos, bem como interesses temáticos na Psicologia Política é resultado da construção histórica da ciência, sim, mas também do indivíduo no mundo ocidental; *Ser* que constrói a história.

Parafraseando Figueiredo (1991, p. 23): O caráter anticientífico do sujeito na política e a necessidade de submeter a vida interior do indivíduo a leis que possibilitem compreensão e controle deste em função do domínio técnico da natureza e da reprodução social faz com que as teorias psicológicas sejam recurso importante para interfaces e compreensão do fenômeno político. É possível observarmos esse argumento na Psicologia Política em afirmações como a de Deutsch (1984):

[A Psicologia Política] É filha da Ciência Política e da Psicologia, e foi concebida nessa ambivalente conjuntura de otimismo e desespero que tem caracterizado a era científica. A rápida expansão do conhecimento, a crescente confiança nos métodos científicos e os avanços tecnológicos que ocorriam em ritmo acelerado levaram à convicção de que os métodos científicos poderiam ser aplicados à compreensão do comportamento político. A agitação política crescente, a irracionalidade e o caráter destrutivo da Primeira Guerra Mundial, além do advento dos regimes totalitários modernos com suas atrocidades e o uso sistemático dos meios de comunicação de massa para fins de propaganda pareciam indicar a necessidade urgente de contar com um saber mais sistemático sobre a relação entre os processos políticos e os psicológicos. (Deutsch, 1984, p. 239)

O trecho de Deutsch (1984) nos possibilita a observação tanto das questões epistemológicas que temos ressaltado – ou seja, a necessidade da observância e interface das teorias políticas com as psicológicas a partir do enfrentamento da difícil tarefa de estudar um ser que é único em sua constituição –, quanto da conjuntura e demanda social à qual tanto a Psicologia, quanto a Psicologia Política parecem ter sido chamadas a responder. No caso da Psicologia, Figueiredo (1991), destaca a “emergência e ruína do indivíduo” (p. 20) como fator

motriz à disciplina científica voltada ao estudo da subjetividade privada. Isso, pois se a concepção de Ser Humano oriunda do Iluminismo havia chegado ao início do século XIX como figura central do Liberalismo da época, ela agora se encontraria no centro das reformas e discussões para controle e mudança dos problemas enfrentados pelas sociedades ocidentais do período (Figueiredo, 1991). Como observamos no trecho abaixo:

Mais tarde, porém, a sociedade entra em crise. As guerras, as lutas operárias, as recessões econômicas, a permanência e a proliferação dos bolsões de miséria urbana, a delinquência, etc. orientam a revisão da ideologia liberal. É o indivíduo privado, já agora visto como irracionalmente egoísta, insensatamente imediatista, incapaz de espontaneamente submeter-se ao autocontrole exigido para a prevenção das crises e conflitos, o grande bode expiatório. (...). Esta perspectiva instrumental da administração racionalizada aparece também no projeto de constituição de uma psicologia como ciência do (contra o) indivíduo [parênteses do texto original]. Julga-se necessário efetivamente, conhecer para fiscalizar, controlar, prever e corrigir (socializar) o egoísmo e a irracionalidade [parênteses do texto original] (Figueiredo, 1991, p. 21-22).

Se para a Psicologia datada em seu início formal em 1873-1874 (Schultz e Schultz, 2005), meados do século XIX, os empecilhos e desafios que o indivíduo psicológico trazia à ciência e à sociedade lhe serviam de demanda e objeto de estudo. O mesmo também, e não apenas coincidentemente, é observado na Psicologia Política. Como destacamos, parte dos desafios e divergências encontradas entre a teoria da racionalidade e os dados empíricos das pesquisas voltadas à subjetividade [caráter anticientífico] (Schildkraut, 2004) somados aos conflitos do final do séc. XIX e primeira metade do séc. XX [caráter antissocial] é o grande impulso para o desenvolvimento da área (Deutsch, 1984).⁵

A constatação de que a Psicologia Política enquanto campo de interface entre Psicologia e Ciência Política possui características de multiplicidade de interesses, métodos e

⁵Valendo ressaltar novamente que, apesar de obras, como por exemplo a de Le Bon (1895) *Psychologie des Foules*, por vezes serem identificadas como marcos na área e terem sido publicadas no mesmo período da formalização da própria Psicologia, segundo Rosa e Silva (2012) a consolidação e institucionalização da área se dá apenas nas décadas de 1960 e 1970: “A Psicologia Política, de fato, se institucionaliza com a publicação de importantes manuais da área na década de 1970 e com a criação da sociedade internacional de Psicologia Política, em 1978” (p. 14). É justamente essa característica, de interesses antigos e recém-formação institucional da disciplina, o que leva Sabucedo (1996) a afirmar: “Assim como outras disciplinas das ciências sociais, a Psicologia Política tem uma curta história, porém um longo passado” (p. 11).

abordagens que podem ter sua origem traçada na formação histórica e no espaço ocupado no conhecimento ocidental pelas áreas originais, não implica em reduzi-la a essas disciplinas. Na realidade, o que se busca é destacar que essas divergências no campo não são frutos apenas da simples soma dos pesquisadores interessados no mesmo objeto, porém oriundos de bases teóricas diferentes. Nem, tampouco, essa multiplicidade pode ser caracterizada como um acidente epistemológico, em que devido à complexidade do objeto, aqueles que o estudam o fazem por fragmentação, compondo um “quebra-cabeça”. De outra forma, o que queremos afirmar é que, assim como no caso da Psicologia, as divergências parecem se dar devido a construção desse objeto de estudo, somado aos desafios envolvidos no estudo desse objeto tão especificamente construído na história da civilização ocidental. Objeto ora tido como subjetividade, ora como comportamento individual (comportamento enquanto relação singular de um ser idiossincrático com um ambiente complexo). Sobre essa dificuldade e desafio na Psicologia, Figueiredo (1991) assume uma linha argumentativa que nos parece contribuir para o avanço da discussão, e que aqui também assumiremos para defender a necessidade de maior estudo das diversas áreas que contribuem à Psicologia Política.

1.6- A diversidade da subjetividade e as escolhas metodológicas

De acordo com Figueiredo (1991), o projeto de uma ciência como a Psicologia envolve uma contradição. De um lado, a disciplina precisa assumir um objeto de estudo próprio pois, do contrário, se mantém apenas como subárea de outras ciências; no entanto, um objeto como a subjetividade privada, por ser justamente privado e singular é um desafio enorme aos modelos científicos que precisam descrever leis gerais de predição e controle. Para Figueiredo (1991):

Em decorrência, a ciência psicológica tenta-se constituir, sendo obrigada a, simultaneamente, reconhecer e desconhecer seu objeto. Se não o reconhece não se legitima como *ciência independente*, podendo ser anexada à medicina, pedagogia (...). Se não o desconhece, não se legitima como *ciência*, já que não se submete aos requisitos da metodologia científica nem resulta na formulação de leis gerais com caráter preditivo. Abre-se então um campo de divergências e oposições que não tem nada de acidental, nem parece que possa vir a ser unificado através de um processo de eliminação de alternativas que não suportem o teste empírico ou de paradigmática em torno de uma alternativa particularmente bem-sucedida. As divergências parecem,

antes, refletir as contradições do próprio projeto que, por sua vez, enraízam-se na ambiguidade da posição do sujeito e do indivíduo na cultura ocidental (p. 23).

Longe de encerrar a questão das divergências no campo da Psicologia, Figueiredo (1991) afirma que não necessariamente a saída seja uma unificação por meio da concorrência, exclusão ou elevação de um único paradigma. Ao contrário, observa a necessidade de “superação e conservação da diversidade” (Figueiredo, 1991, p. 215) – ver Figueiredo (1991) – nesse caso, reconhecendo o cientista como um ser histórico inserido em uma cultura específica, e então, assumindo o conhecimento científico também como: “o conhecimento das formas históricas das relações práticas que a humanidade instaura com a matéria, criando e recriando as ordens naturais” (Figueiredo, 1991, p. 216-217). Ainda na linha argumentativa do autor, transpor para a Psicologia essa concepção de ciência – e daquele que a produz – seria compreender que as diferentes formas de se pensar e propor o estudo psicológico ocorrem devido às diferentes formas com que os indivíduos estabelecem relações com a sociedade e o mundo em que vivem (Figueiredo, 1991). Assim, cada nova teoria corresponderia a uma forma específica de desenvolvimento dos seres humanos, em seus contextos histórico-sociais, no mundo material em que vivem. Por isso, a multiplicidade de posições e divergências entre elas não se dá simplesmente pela complexidade do objeto ou pela soma simples de interesses, mas pela historicidade do próprio objeto de estudo.

A posição de defesa da diversidade em um projeto científico, tal como apresentada por Figueiredo (1991), também ocorre por parte dos autores da Psicologia Política, como Sabucedo (1996):

“A Psicologia Política, portanto, é mais uma coleção de diversas teorias e procedimentos de investigação, do que um corpo de formulações teóricas e estratégias metodológicas coerentes e sistematizadas. Esse é o resultado da variedade de âmbitos de conhecimento, temas de estudo, sensibilidades etc., que convivem em seu interior. Mais que um inconveniente, essa pluralidade é cientificamente necessária e enriquecedora” (p. 25).

Ainda que a afirmação de Sabucedo (1996) não contemple inteiramente o que estamos propondo em relação à multiplicidade de posições e divergências teóricas na Psicologia Política, ela é importante, pois reconhece a multiplicidade e a defende. Nesse sentido, a proposta desta pesquisa vem a complementar esse argumento. Sinalizando uma variável crítica ao processo de desenvolvimento da Psicologia Política e, mais uma vez, ressaltando que não se desdobra em diversas posições teóricas e metodológicas apenas por uma questão

de quantidade de interessados ou complexidade do tema, mas também pela característica do indivíduo que constrói e ocupa um lugar específico na história.

Além disso, Sabucedo (1996) aponta a contribuição que uma análise da história da área pode fornecer para o desenvolvimento da Psicologia Política e, aqui, se acrescenta a possível contribuição à superação e manutenção de sua diversidade.

“Toda atividade científica surge em um contexto determinado e controla implícita ou explicitamente uma série de pressupostos sobre seu objeto de estudo. A referência às dimensões histórico-conceituais da Psicologia Política nos permite evidenciar diversas linhas de pensamento e acontecimentos que culminaram com a institucionalização acadêmica dessa disciplina. Ao mesmo tempo, essa revisão histórica e conceitual mostra, de forma clara, as diversas orientações e perspectivas na construção da Psicologia Política” (Sabucedo, 1996, p. 12).

Observamos, então, que estudar a produção da própria área nos permite pensar não só o que foi feito, ou como foi realizada a contribuição de uma determinada orientação teórica nesse ou naquele tema, mas também o que se busca –ou se espera – daqui para frente com determinada forma de conhecimento, o que a proposta pode nos oferecer como olhar e tentativa de compreensão e intervenção da/na realidade.

A compreensão das dificuldades impostas à Psicologia Política enquanto área de estudo que se volta à interação dos fenômenos psicológicos e políticos e a possibilidade de superação dessas dificuldades através das interfaces que a caracterizam e, ao mesmo tempo, a tornam tão complexa enquanto disciplina, nos aponta a necessidade de melhor compreensão das contribuições das diferentes propostas que a esse estudo se dedicam. Não reduzindo, mas sim dando o devido tratamento a cada uma das proposições advindas dos diferentes núcleos teóricos.

Neste trabalho nos propomos a compreender e analisar a contribuição da produção de autores do Behaviorismo Radical para a área de estudo que definimos como Psicologia Política. Para isso, será necessário fazer um recorte das produções de acordo com o objeto que é estudado e sua relação com a Psicologia Política. Entretanto, antes de apresentar os trabalhos a serem analisados e os critérios de seleção é preciso esclarecer alguns pontos sobre a corrente Behaviorismo Radical, que será tomada como objeto para o estudo.

Capítulo 2- Behaviorismo Radical e Comportamento Político.

Em geral, todo Psicólogo está familiarizado com o termo Behaviorismo; no entanto, nem todos sabem as especificidades e divergências do campo. De início é preciso esclarecer que Behaviorismo é a filosofia que embasa a ciência do comportamento, e que não existe uma única perspectiva behaviorista, nem necessariamente uma única visão de Ser Humano ou definição de comportamento que constitua um corpo teórico comum aos que se definem como Behavioristas (Skinner, 1974). De acordo com Baum (2005), possivelmente a única coisa que une os behaviorismos seja a proposta de que é possível estudar o comportamento humano cientificamente, mas o próprio autor descreve que as discordâncias já partem das caracterizações do que é a ciência e do que é comportamento.

Nesta pesquisa nos ateremos às contribuições do Behaviorismo Radical, filosofia proposta por B. F. Skinner ao longo de sua obra, e por seus comentadores e colaboradores, como por exemplo (Holland, 1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980, 2016; Murphy, 1986; Jensen, 1986; Segal, 1987; Rakos, 1989; Ulman, 1989). Valendo ressaltar que Holland (1971; 1974/2016; 1975a; 1975b; 1976; 1977; 1978a; 1978b; 1980), durante o final da década de 1970, contribuiu para o avanço das discussões políticas na abordagem, possibilitando que se pensasse a Psicologia Política, como aqui apresentada, à luz da Análise do Comportamento, ciência cuja filosofia Behaviorista Radical embasa (Skinner 1974). Tourinho (2006, 2009) ainda ressalta que ao nos referirmos à Análise do Comportamento precisamos considerar sua multidimensionalidade. De acordo com Tourinho (2009), de um modo geral o termo Análise do Comportamento pode ser usado para a vertente filosófica, mas também se refere à Análise Experimental do Comportamento voltada aos processos comportamentais básicos; à Análise do Comportamento Aplicada e às práticas profissionais. Assim, assumimos como Analista do Comportamento os pesquisadores e profissionais que tem como embasamento filosófico o Behaviorismo Radical, desenvolvendo e praticando os princípios estudados na Análise do Comportamento por meio de suas vertentes básica e aplicada. Aqui, por uma questão didática e de precisão, como forma de facilitar a compreensão do leitor, quando os conceitos estiverem mais voltados ao escopo filosófico da Análise do Comportamento será utilizado o termo Behaviorismo Radical, e Análise do Comportamento para nos referirmos às demais atividades científicas.

Para esclarecer melhor as seleções de autores e textos da Análise do Comportamento a serem analisados, se faz necessária uma apresentação das características do Behaviorismo Radical que possibilitam a interface. Buscando também esclarecer alguns equívocos que

podem conduzir a uma interpretação errônea da contribuição que a área pode propiciar. Isso, pois no que se refere, por exemplo, à visão de Ser Humano, uma das críticas mais comuns e equivocadas ao Behaviorismo de Skinner é que ele desconsidera a subjetividade, e que seres humanos seriam passivos ao ambiente que os determina (Rodrigues, 2006), são exemplos dessas críticas: Audi, (1976) e Theophanous, (1975). Se essas visões corresponderem à realidade da proposta teórica, poder-se-ia argumentar que essa vertente do Behaviorismo estaria mais ligada às teorias da escolha racional, e pouca contribuição traria à Psicologia Política contemporânea, que reconhece e funda seu campo de estudo no “Sujeito Psicológico”. Não parece ser esse o caso; pelo contrário, como será apresentado mais à frente, o desenvolvimento dos estudos de analistas do comportamento sobre fenômenos sociopolíticos compartilham influências do contexto histórico que contribuiu com a institucionalização da Psicologia Política. E, sobretudo, ao apresentarmos a posição Behaviorista Radical é possível argumentar como a partir dos pressupostos defendidos e do próprio desenvolvimento da Análise do Comportamento, seus conceitos e estudos cada vez mais complexos conduziram autores – para citar um exemplo: Holland (1978) – a pensar o fenômeno do comportamento e a política, muitas vezes partindo das discussões sobre as dimensões políticas da área para a possibilidade da contribuição de estudos do comportamento político e todos os aspectos que o envolvem dentro da perspectiva da Análise do Comportamento.

Buscaremos apresentar que é justamente a partir das discussões das dimensões éticas e políticas da área, para assumir um termo, sua *politização*, que pesquisadores behavioristas radicais passaram a propor e realizar o estudo do comportamento político e tudo que o envolve como uma tarefa do Analista do Comportamento. Isso, dentro das características que tornam possível observarmos a possibilidade de interface entre Análise do Comportamento e Psicologia Política, e como essa pode contribuir com a compreensão da nossa realidade e com o avanço de ambas as áreas de estudo.

Um alerta que convém ser realizado antes da apresentação das características mais relevantes do Behaviorismo Radical para a interface é que, tanto essa filosofia quanto a Análise do Comportamento continuam em construção e, como ramos de trabalho e estudo humanos, elas estão em constante mudança, não são estanques. Isso significa que seus conceitos e leituras podem e mudam conforme os membros da área avançam em seus projetos e pesquisas. Assim sendo, a definição aqui apresentada não se propõe como definitiva, nem poderia; tampouco se propõe a esgotar as possibilidades epistemológicas do campo ou

representar a visão de todos os autores sobre a área. As concepções do Behaviorismo Radical aqui apresentadas visam aproximar o leitor da perspectiva filosófica em questão, possibilitando seu diálogo com esta pesquisa, bem como a compreensão do argumento e das escolhas metodológicas aqui realizadas.

2.1- Behaviorismo Radical: uma breve apresentação

Para compreender a visão de Ser Humano e de comportamento do Behaviorismo Radical é necessário ter claro que existe uma “interdependência” (Abib, 1999, p. 239) entre essa filosofia e a ciência Análise do Comportamento (Abib, 1999). Ou seja, as propostas e concepções de uma exercem influência sobre o desenvolvimento da outra, sendo o contrário também verdadeiro. Assim, observaremos que os pressupostos filosóficos de Skinner para o estudo do comportamento não estão separados de seus conceitos. As noções do conceito de comportamento implicam em uma visão específica de Ser Humano, sustentada pelos pressupostos filosóficos da produção de conhecimento e visão de mundo do Behaviorismo Radical.

Seguindo tanto o raciocínio de Skinner (1974) quanto o de Sérgio (2001), a proposta Behaviorista Radical parte de dois pressupostos básicos: a existência do mundo material e a determinação dos fenômenos, e aqui queremos ressaltar que assumir esses pressupostos implica em uma noção de comportamento enquanto fenômeno que pode ser estudado pela ciência, pois faz parte da nossa realidade e é por ela influenciado. Pode então ser caracterizado como um modelo que assume o comportamento como objeto de estudo, bem como uma causalidade que envolve esse fenômeno. Como nos esclarece Micheletto (1999), é preciso ter claro que o modelo de causalidade de Skinner muda de um início, em meados da década de 1938, mais voltado às transformações que as ciências físicas sofriam na época, para: “Em sua obra mais madura (...) operar com um modelo biológico, mais especificamente o fornecido pela teoria da evolução por seleção natural” (Micheletto, 1999, p. 31). Trabalharemos com o segundo momento por se tratar da proposta aceita, defendida e avançada pela Análise do Comportamento contemporânea.

De início é preciso, então, lidar com os possíveis desdobramentos dessa proposta do Behaviorismo Radical. O *primeiro* é o impacto para o conceito de comportamento, porque esse conceito desenvolvido a partir da obra de Skinner torna sua vertente tão específica a ponto de ser destacada como um Behaviorismo diferente dos outros. Em *segundo* momento se

torna importante esclarecer o modelo de causalidade tido como de Seleção por Consequência para que, além da compreensão da proposta, seja possível afastar quaisquer equívocos como o de associar o Behaviorismo Radical ao Darwinismo Social, por exemplo. O *terceiro* desdobramento é a visão de Ser Humano advinda dos pressupostos filosóficos e conceitos da Análise do Comportamento.

2.1.1- O Behaviorismo Radical e sua visão de comportamento

A definição de comportamento adotada por Skinner (1953) afirma que o estudo científico do comportamento é possível, mas não por ser esse, uma redução de um evento psicológico a um evento definido como observável. Para assumir o comportamento como objeto de estudo é preciso reconhecer as dificuldades dessa tarefa, de acordo com Skinner (1953):

O comportamento é uma matéria difícil, não porque seja inacessível, mas porque é extremamente complexo. Desde que é um processo e não uma coisa, não pode ser facilmente imobilizado para observação. É mutável, fluído e evanescente, e por essa razão, faz grandes exigências técnicas da engenhosidade e energia do cientista. Contudo, não há nada essencialmente insolúvel nos problemas que surgem deste fato (Skinner, 1953, p. 16).

O trecho contém característica importante para compreensão da proposta Behaviorista Radical para o estudo do comportamento. É clara a afirmação de ser o comportamento um processo. Isso implica, por exemplo, que o comportamento não é uma simples manifestação de um mundo interior com natureza distinta do material, no sentido de que funcionaria por leis próprias (Skinner, 1974). O combate do autor a essas propostas que ele denomina “mentalistas” (Skinner, 1974, p. 14) se dá aparentemente por duas razões explícitas no primeiro capítulo de seu livro *About Behaviorism*, (1974). A primeira é que, ao fazermos isso, em geral deixamos de investigar o papel do ambiente no comportamento (Skinner, 1974). A segunda é que, para o autor, apesar da tradição ocidental indicar diferente, ao considerar comportamentos como mera expressão de sentimentos, por exemplo, estamos muitas vezes assumindo um pressuposto de causalidade mecânica para explicá-lo:

“Nós tendemos a dizer, precipitadamente, que se uma coisa se segue a outra, essa [a que se seguiu] provavelmente foi causada por aquela [a que a antecedeu] (...) sentimentos ocorrem exatamente no momento certo para servirem de causas do

comportamento, e têm sido citados como tal por séculos. Nós assumimos que uma pessoa sente o que sente quando se comporta como nos comportamos” (Skinner, 1974 p. 11).

Contudo, as críticas por si não produzem um novo conceito de comportamento. Os pressupostos e implicações da proposta de estudo do comportamento e a definição adotada na Análise do Comportamento buscam solucionar questões da cultura ocidental de forma original na Psicologia. A definição de comportamento dessa abordagem afirma um pressuposto de interação entre o Ser Humano e seu ambiente, em que um influencia o outro, essa concepção é tão importante que nessa proposta o próprio comportamento é tido como a relação entre eles. Nesse sistema explicativo, o comportamento não é definido como simples ação do organismo; essa passa a ser chamada de resposta. Isso, pois, não há ação humana sem contexto ambiental, e tampouco o ambiente está alheio a essa interação. De acordo com Sérgio, Micheletto e Andery (2007):

“Afirmar que o objeto de estudo da psicologia é o comportamento é afirmar que o objeto de estudo da psicologia é a interação entre o sujeito (suas atividades, suas respostas) e o ambiente (os eventos ambientais, os estímulos). Tal relação só será adequadamente compreendida se a ela acrescentarmos quase que um aviso: nenhum limite metodológico deve ser imposto aos estímulos e às respostas que constituem um comportamento” (p. 5).

A noção de ambiente também precisa ser esclarecida. O que é tido como ambiente para a Análise do Comportamento não é necessariamente a noção do senso comum, como aquilo em que vivemos e que está à nossa volta. Como podemos observar no trecho anterior, ele é parte do fenômeno comportamental, e como tal passam a ser considerados como estímulos, tanto os eventos ambientais quanto quaisquer partes do universo que estejam em relação ou façam parte da interação com o organismo. De acordo com Tourinho (1997):

A diferença entre uma coisa (ambiente enquanto elemento constitutivo do fenômeno comportamental) e outra (mundo circundante) é sugerida em vários momentos por Skinner e será aqui adotada por uma razão simples: ela nos obriga a atentar para o fato de que quando falamos do comportamento como função de uma interação do organismo com o ambiente circundante, não estamos operando com uma concepção naturalista de ambiente, isto é, não estamos falando de ambiente como algo naturalmente existente, muito menos coincidente com o conjunto de tudo que está à

nossa volta. Por ambiente estarei designando não o universo que circunda a todos e a cada um, mas o conjunto de seus elementos ou eventos que vêm a adquirir função de estímulos, passando a constituir o fenômeno comportamental. (p. 221-222)

Assumir o comportamento como a relação entre as atividades do organismo e seu ambiente possibilita à Análise do Comportamento uma abordagem própria da subjetividade (Tourinho, 2006, 2009), tema importante em qualquer interface com a Psicologia Política. Para apresentarmos a posição Behaviorista Radical no mérito, precisamos mais uma vez observar em Sérió, Micheletto e Andery (2007) a defesa da não-imposição de limites metodológicos aos estímulos ou às respostas. Com isso, não se está propondo um ecletismo, de acordo com Sérió (2001), pelo contrário, o analista do comportamento precisa se comprometer com certos pressupostos e perseguir respostas a partir deles, mas isso não o deve tornar dogmático. A questão do limite metodológico diz respeito à dificuldade de estudo de aspectos descritos como privados do comportamento. Estímulos/Ambiente (partes do universo que se relacionam com o organismo) e respostas (atividades desse organismo) não podem ter sua definição limitada pela possibilidade de acesso público ou não (Sérió, Micheletto e Andery, 2007). Skinner (1974) defende que:

O Behaviorismo Radical restaura certo tipo de equilíbrio. Ele não insiste sobre uma verdade por concordância [entre observadores] e pode, portanto, considerar eventos que tomam lugar no mundo privado dentro da pele. Não chama esses eventos de não observáveis, e não os desconsidera como subjetivos [aos modos de outros behaviorismos como o proposto por Watson, segundo Skinner (1974)]. Ele simplesmente questiona a natureza do objeto observado e a fidedignidade das observações (p. 18).

Partindo desse trecho, podemos afirmar que o Behaviorista Radical não desconsidera a subjetividade, mas questiona se de fato temos sido precisos em analisar essa característica humana, sua origem e natureza. Podemos dizer que o Behaviorismo Radical parte de uma concepção monista⁶ de Ser Humano para defender que uma ciência do comportamento também considera pensamentos e sentimentos (Darwich e Tourinho, 2005). A abordagem lida com as questões-chave da Psicologia enquanto ciência moderna (Tourinho, 2006), sobretudo com as questões advindas do processo contínuo de individualização que passa o Ser Humano por meio das transformações que sofrem a organização do trabalho, a propriedade do corpo e

⁶Monista, em contraposição ao dualismo, comum divisão entre mente e corpo observada na cultura ocidental.

outras relações sociais na civilização ocidental, observadas e apoiadas, sobretudo, no renascimento (Figueiredo, 1991; Tourinho, 2009). Para Tourinho (2006) a posição pode ser defendida da seguinte forma:

Frente às dicotomias psicológicas clássicas, o público *versus* o privado, o interno *versus* o externo, o físico *versus* o mental, e o objetivo *versus* o subjetivo, dependentes antes de tudo de uma noção mais básica de afastamento entre indivíduo e sociedade, um analista do comportamento não tomará partido por nenhuma das referências. No lugar disso, lembrará que essas categorizações não se aplicam ao seu objeto: as relações organismo-ambiente, ou mais especificamente, as relações homem-ambiente (p. 2).

Não assume o subjetivo a partir de uma dicotomia público/privado, na qual o privado é um mundo que funciona por meio de regras metafísicas e relega ao ambiente apenas o lugar de um cenário em que as atividades humanas transcorrem. Nem impõe que o ambiente é por definição algo externo; para Skinner (1974) “uma pequena parte do universo está contida dentro da pele de cada um de nós (p. 24)”. Isso não significa que seja um universo diferente, nem tampouco menos ou mais importante. De outra forma, significa que não há atividade do organismo sem relação com o ambiente, e que a subjetividade também é relação com o mundo e não uma parte humana excluída ou inacessível a ele. O Ser Humano, na proposta do Behaviorismo Radical nunca estará separado de sua história no mundo em que vive. Tourinho (2009) vai apontar que o processo de individualização corrente na civilização ocidental por vezes mascara a interdependência do Ser Humano de sua sociedade, sendo a Análise do Comportamento uma área que contribui e avança na abordagem do problema:

Um grande mérito dos trabalhos mais recentes sobre eventos privados consiste, assim, na sua capacidade para conformar o exame do assunto à lógica relacional que sustenta mais fundamentalmente o sistema explicativo analítico-comportamental como um sistema psicológico; a ideia de que os fenômenos que constituem o objeto de estudos da Psicologia definem-se como relações dos homens e mulheres (ou dos organismos) com o mundo. No lugar, agora, de olhar para sentimentos, emoções e pensamentos como eventos discretos (sejam públicos ou privados), torna-se necessário examinar como relações complexas (operantes e respondentes – cf. Darwich & Tourinho, 2005) são estabelecidas e entrelaçadas, de tal modo que alguns eventos inacessíveis à observação pública direta delas tomam parte (p. 22-23).

Importante ressaltar como Tourinho (2009), no trecho acima, destaca o imperativo da

lógica relacional do comportamento para compreensão da subjetividade à luz da Análise do Comportamento e como a subjetividade pode ser estudada enquanto relações comportamentais definidas aos três níveis de seleção. Ressaltando o autor, em seu texto, que as relações comportamentais assumidas como subjetividade são definidas –ou passam por processos de definição – na cultura em que os indivíduos participam (Tourinho, 2009). Para além de suas histórias individuais, a subjetividade ocorre quando na presença de contingências culturais. Assim, é possível argumentar ser de alta relevância estudos dessas interações, como as análises históricas das culturas e, por que não, interações com os fenômenos políticos, para compreensão do fenômeno comportamental em questão.

A possibilidade de interface entre Psicologia Política e Análise do Comportamento parece fazer mais sentido diante desse panorama. Visto que por definição o campo da Psicologia Política: 1– lida com interações, possibilitando a aproximação de diálogos com abordagens, como a Behaviorista Radical, que considera o caráter relacional do comportamento político; e 2– localiza sua especificidade no estudo das interações com as dimensões psicológicas, oriundas das questões do impacto do processo de individualização na civilização ocidental, as quais a Análise do Comportamento também busca atender. Podemos, também, já defender que a Análise do Comportamento terá maior facilidade de diálogo com abordagens da Psicologia Política que também se afastem das dicotomias clássicas da Psicologia para dar conta do que assumam como subjetividade. Possivelmente terá mais proximidade de abordagens que assumam o fenômeno político como influenciador da subjetividade e os seres humanos como produtores do ambiente político. Assumindo que essa relação impõe mudanças a ambos.

2.1.2- O Behaviorismo Radical e o Modelo de Seleção por Consequências

Como exposto no item anterior, Skinner (1953, 1981) assume o comportamento como o objeto de estudo da Análise do Comportamento por meio de uma perspectiva interacionista. O comportamento, para o Behaviorista Radical, descreve relações e, justamente por isso, é considerado um processo mutável e não uma coisa, como o próprio Skinner (1953) aduz. Sobre as mudanças que caracterizam esse processo, Skinner (1987) explica que “o que chamamos como comportamento evoluiu com um conjunto de funções que promovem o intercâmbio entre organismo e ambiente” (Skinner, 1987, p. 501). A afirmação do autor, além de ratificar o caráter relacional do comportamento, expõe sua visão de modelo causal para o

objeto. Ao se referir à evolução, Skinner (1987) está considerando que os processos de variação e seleção interferem no comportamento. Skinner, ao propor um modelo causal mais próximo da biologia, se volta à teoria da seleção natural, sobretudo aos princípios de variação e seleção, principalmente pautados nas ideias de Darwin (cf. Sérgio, Micheletto e Andery, 2007). De acordo com Skinner (1975, 1981), o comportamento humano é resultado de três processos de seleção: (1) A evolução da espécie, (2) A história ambiental de cada organismo – condicionamento operante e (3) A evolução das culturas em que esses organismos existem:

O extraordinário processo de seleção, no qual novas formas são criadas pelo sucesso de mutações essencialmente randômicas, pode ser vista em: (1) A evolução das espécies, (2) Condicionamento operante e (3) A evolução de práticas culturais. É um processo contínuo, que não pressupõe qualquer plano de avanço, planejamento criativo ou propósito (Skinner, 1975, p. 229) [Trecho A].

O autor marca que o comportamento humano é multideterminado, uma vez que múltiplos processos intervêm sobre ele. Defende que os processos de variação e seleção interferem no comportamento e, como nos ressalta Tourinho (2009), ocorrem de forma contínua em conjunto, porém não funcionam da mesma maneira. Essas características do modelo descrito por Skinner (1975, 1981) podem ser analisadas ao confrontarmos o trecho acima, de 1975 (didaticamente assumido nesse item como trecho A), com outro do próprio autor (Trecho B), em texto de 1981, específico sobre o modelo:

Resumidamente, então, o comportamento humano é o produto conjunto de (i) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies e (ii) as contingências de reforçamento responsáveis pelo repertório adquirido por seus membros, incluindo (iii) as contingências especiais mantidas por um ambiente social evoluído (em última instância, é claro, é tudo uma questão da seleção natural, uma vez que o condicionamento operante é um processo evoluído, do qual práticas culturais são uma aplicação especial) (Skinner, 1981, p. 502) [Trecho B].

Podemos destacar que, de certa forma, os trechos se complementam; ambos destacam três níveis de seleção⁷. Contudo, há informações distintas que não conflitam entre si, e jogam luz à compreensão do modelo. As diferenças dos termos nos trechos podem ser atribuídas ao objetivo dos parágrafos em questão. No trecho A, o autor parece estar preocupado em definir teoricamente o que é o modelo de seleção por consequências, ou como podemos esquematizá-

⁷ Na área os três níveis também são referidos como: 1- Filogênese, 2- Ontogênese, 3- Cultura – ver Tourinho (2009).

lo, elucidando também algumas características inerentes ao processo; já no trecho B, seis anos depois, a linha de argumentação do autor parece se ocupar da defesa do que é o comportamento humano, ou seja, o processo de seleção é descrito em termos que visam elucidar como influem cada um dos níveis no comportamento humano.

O que o autor denomina *evolução da espécie* (em A) é explicitado como *contingências de sobrevivência* envolvidas na seleção natural (em B); da mesma forma: *condicionamento operante* (em A) é referido como *contingências de reforçamento* envolvidas no repertório individual dos organismos (em B), pois se refere aos membros da espécie; e, por fim: *a evolução de práticas culturais* (em A) também se encontra aludida às *contingências especiais mantidas por um ambiente social evoluído* (em B). Uma vez que ocorrem em conjunto e dentro de um *continuum*, as três categorias se justificam para estudo e marcam as particularidades que as diferenciam. No primeiro nível podemos considerar respostas inatas da espécie humana como, por exemplo, a sucção do recém-nascido. O modelo defende que esse tipo de resposta é selecionado na história da espécie. Podemos explicar da seguinte forma: ao longo da história da espécie, organismos que sugavam tiveram maior probabilidade de se alimentar e, em decorrência, as chances de sobreviverem por maior período de tempo aumentaram. Aplicado ao contexto total da espécie, organismos que respondiam dessa maneira, se sobrevivessem tempo suficiente transmitiriam seus genes, aumentando a probabilidade de novos organismos herdarem o padrão do responder. Observamos a transmissão hereditária do padrão. Essa forma de seleção é bem diferente do segundo nível apresentado pelo autor.

No condicionamento operante, de início, a mudança se configura ao âmbito individual; o que ocorre com um membro da espécie não necessariamente ocorrerá com outro, pois esse repertório não pode ser transmitido via cromossomos, mas sim construído ao longo das relações que produzem consequências na história de cada membro da espécie. Apesar de ser muito difícil descrever um comportamento que esteja relacionado a um nível de seleção isoladamente, poderíamos didaticamente nos referir, apenas a título de exemplo, a filhos que desenvolvem repertórios e interesses muito diferentes de seus pais na área do esporte. Partindo da premissa de que ninguém nasce sabendo manusear uma bola de basquete perfeitamente à exigência do jogo, seria uma ilustração para o processo um(a) filho(a) que convive em uma família pouco voltada ao esporte se interessar e jogar com muita frequência

basquete⁸. Suas atividades ou movimentos com a bola não terão sido aprendidos via herança genética, pois seus pais e antecessores familiares não praticaram o esporte e não realizaram os movimentos específicos do jogo. Possivelmente se lhes fosse requisitado, não conseguiriam reproduzir em nada os comportamentos do(a) filho(a)⁹. Se assumirmos o cenário contrário, também é possível observar o argumento. Vamos supor que um jogador(a) de basquete tenha tido um(a) filho(a); ainda que a criança ou jovem se interesse pelo esporte, terá que treinar e desenvolver seu próprio repertório de habilidades e movimentos no jogo. A experiência do pai ou mãe pode lhe promover treinos e estímulos, porém não o fará direta e mecanicamente arremessar uma bola ao cesto.

Skinner (1981) argumenta que esse nível pode fortalecer novas respostas, permitindo ao organismo lidar com aspectos do ambiente que mudaram. São diferentes do ambiente em que seu organismo, ou determinados padrões de resposta, tenham sido selecionados ao longo da história da espécie. Por um lado, o organismo detém menos repertório pronto ao nascer; por outro, estando mais sensível ao ambiente, a possibilidade de variabilidade comportamental aumenta. Um membro da espécie opera em contingências ambientais nas quais as consequências – eventos que seguem uma ação do organismo – podem aumentar a probabilidade da emissão da resposta, inclusive gerando novas respostas (Skinner, 1981).

Por fim, o terceiro nível destacado por Skinner (1975, 1981) descreve um efeito das contingências de reforçamento sobre um grupo, e não mais apenas a um único organismo. Skinner (1981) assume que uma variação de prática cultural pode ter início no segundo nível; contudo, o ambiente social se transforma à medida que a prática é mantida pelo grupo. Dizer que uma prática é mantida pelo grupo não implica somente no número de membros que a praticam, mas que o grupo forneça contingências para a manutenção e promoção da prática. Um exemplo poderia ser o uso racional da água. É claro que um indivíduo pode, sozinho, ao perceber a importância desse recurso em sua vida, economizar água e se engajar em outros comportamentos que promovam seu uso sustentável. Contudo, o uso racional da água em uma cidade grande só pode ser mantido, enquanto prática cultural, não porque as pessoas

⁸Ainda que se afirme que uma pessoa alta tenha vantagem no jogo de basquete, necessariamente terá que treinar e desenvolver a motricidade do arremesso. De certo, os níveis ocorrem em um contínuo, em a altura é uma variável envolvida no comportamento de jogar basquete de um organismo. Contudo, o que queremos salientar é que há uma parte do comportamento de jogar basquete restrita ao contexto descrito, que depende da história individual da pessoa, uma vez que as experiências dos genitores não podem ser transmitidas via cromossomos.

⁹Essa é uma característica que diferencia o primeiro nível de seleção dos demais de forma significativa, pois diz respeito à transmissão. Skinner (1971) aponta na filogênese as características sendo transmitidas via cromossomos dos genitores para a prole.

individualmente não possam se conscientizar, mas porque a prática em si envolve ação coletiva. No caso do uso racional da água, uma pessoa sozinha não conseguiria diariamente se deslocar até as represas, coletar os dados dos níveis do reservatório, retornar ao polo urbano, comunicar pessoa a pessoa o nível identificado, fiscalizar e incentivar o uso racional, reparar as falhas e vazamentos do sistema, entre outras tantas medidas necessárias. A economia e um possível uso racional da água na cidade demandam mais de uma pessoa realizando atividades em conjunto, que visem atingir um resultado final de aumento ou conservação dos reservatórios.

É possível o equívoco de associar o segundo e o terceiro nível descritos por Skinner (1975, 1981) com as propostas do Darwinismo Social¹⁰ devido ao emprego do termo *seleção* para descrever as transformações que fazem com que determinadas práticas sejam mantidas em uma cultura e outras deixem de ocorrer. Em geral, tendemos a assumir que se o termo foi utilizado nas duas categorias é porque elas possuem funcionamento semelhante e, sendo assim, Skinner (1981) estaria compartilhando de pressupostos reducionistas das leituras do Darwinismo Social, como a defesa de que os fenômenos sociais têm funcionamento semelhante aos processos de seleção natural. Na realidade, isso não acontece; além de observarmos nos trechos anteriores (Skinner 1975, 1981) que ele está considerando os níveis como diferentes em sua origem, o autor marca que os processos de transmissão são muito distintos:

O mais importante é que uma prática pode ser transmitida através de ‘difusão’ para outras culturas (...). Espécies são isoladas umas das outras pela não transmissibilidade de traços genéticos, mas não há isolamento comparável nas culturas. Uma cultura é um conjunto de práticas, mas não um conjunto que não possa se misturar com outros conjuntos (Skinner, 1971, p. 131).

Não há reducionismo biológico; o modelo de seleção por consequência marca três

¹⁰Muitas são as leituras e direções dadas por outros autores à teoria de Darwin, sobretudo em suas extrapolações à sociedade (Bizzo, 1991). Aqui denominamos Darwinismo Social como a corrente teórica liderada pelos pensamentos de Herbert Spencer e observada, sobretudo, no século XIX. Corrente que defendia a evolução como a sobrevivência do mais apto, se pautando em concepções de transmissão de caracteres adquiridos, atraentes ao reducionismo biológico e corroborando uma naturalização da história. Concepções convenientes e difundidas pelas ideologias das elites do séc. XIX, essas ideias arbitrárias sobre a teoria da seleção – destacando que a literatura da área as considera como mau uso dos conceitos de Darwin (Strauss e Waizbort, 2008) – argumentavam que o funcionamento da sociedade era igual ao de seleção das espécies, bem como defendia que essa seleção deveria operar livremente nas sociedades, levando inevitavelmente ao progresso e aperfeiçoamento dos seres humanos e suas instituições (González, 1986; Schultz e Schultz, 2005; Strauss e Waizbort, 2008).

histórias de seleção que se relacionam, sim, mas que ocorrem de acordo com seus próprios processos. A associação do modelo de Skinner ao Darwinismo Social é descrita como um erro de compreensão da proposta em textos da área que discutem o modelo (Abib, 2001; Bogo e Laurenti, 2012). O próprio Skinner (1975, 1978) a combate ao propor e defender o modelo de causalidade já no trecho A, de 1975. Nele observamos que, para o autor, nenhum dos níveis “(...) pressupõe qualquer plano de avanço, planejamento criativo, ou propósito” (Skinner, 1975, p. 229). De acordo com Skinner (1975), as variações e seleções de nenhum dos níveis implicam em progresso; a evolução descreve os processos de transformação e não uma garantia de sucesso ou sobrevivência. Isso também o afasta de abordagens relacionadas à visão de Darwinismo Social, visões que estabelecem uma equiparação entre os conceitos de evolução e progresso, como se um levasse seguramente ao outro. Além dessas divergências, em outro texto Skinner (1978) faz oposição direta ao Darwinismo Social como prática científica devido às consequências que as concepções dessa teoria trariam para a cultura:

Ademais, nós estamos propensos a rejeitar a sobrevivência como um valor, pois ela sugere competição com outras culturas, como no Darwinismo social, no qual o comportamento agressivo é enaltecido. Mas outras contingências de sobrevivência são importantes, e o valor da cooperação, do comportamento de apoio, podem ser facilmente demonstrados (Skinner, 1978, p. 197).

Elucida-nos Abib (2001) que o autor se afasta do Darwinismo Social, pois, ao propor o processo de seleção no terceiro nível, não o assume como uma competição entre membros ou culturas; na verdade, se posiciona contra esse tipo de prática. Contudo, no trecho acima e em outros textos, Skinner (1971, 1978) faz menção à importância de práticas que levem à sobrevivência da cultura em consideração, pois a existência dela depende da sobrevivência dos membros que a praticam. De acordo com Abib (2001), a defesa de práticas que envolvam a sobrevivência de seus integrantes não configura um “compromisso com o Darwinismo Social” (cf. Abib, 2001, p. 111), pois nesse caso o autor está defendendo a necessidade de promoção das práticas que não conduzam a cultura ao colapso. O processo de seleção no terceiro nível não se define por competição entre membros da cultura, ou até entre culturas diferentes, mas por consequências que práticas diferentes produzem. A depender de suas consequências, certas práticas vão sendo modificadas –ou mantidas – pelo grupo, e outras deixam de ser praticadas. O termo “competição” precisa ser usado com ressalvas, pois pode sugerir combate direto, o que não é necessariamente o caso. Para melhor compreensão Abib (2001) discorre:

Por exemplo, se a violência assume proporções letais para uma cultura, então práticas com condições de competir e controlar a violência, reduzindo-a a níveis toleráveis, contribuirão para promover a sobrevivência das culturas. Práticas de sobrevivência cultural referem-se então a práticas que contribuem para construir uma cultura mais pacífica, e os que se engajam nessas práticas visam o pacifismo. E se uma violência intolerável aflige várias culturas, engajar-se na sobrevivência de todas elas por um pacifismo universal significa, por um lado, promover cooperação, solidariedade e apoio; e por outro, desestimular a competição (Abib, 2001, p. 111).

Tendo em vista que em nenhum dos níveis de seleção há garantia de progresso, Skinner (1971, 1978) se refere à sobrevivência como sendo um valor, e tal como descrita no trecho acima de Abib (2001), um valor que ele defende. O sistema de seleção por consequências marca não só a possibilidade, mas necessidade da Análise do Comportamento discutir fenômenos sociais, pois o comportamento não é visto como um fenômeno isolado. Ele implica em dimensões biológicas e sociais. O modelo caracteriza uma ciência que possui dimensões éticas, portanto sociais e políticas também. Ele próprio impõe ao Analista do Comportamento a necessidade de reflexão e estudo de fenômenos sociais, mas não de maneira isolada das outras áreas. Skinner (1981) aponta que áreas específicas estudam os níveis a partir de suas questões e enfoques. Por exemplo, a biologia estuda a história da espécie, e a antropologia a cultura. Propor que a Análise do Comportamento se disponha à contribuição e diálogo com outras áreas parece ser apenas decorrência da ação científica em si. No entanto, é preciso avaliar como e em que bases são os diálogos; do contrário, corremos o risco de um ecletismo conciliador em que pouco se avance e inove em soluções para questões difíceis ou ainda não pensadas.

No próximo item desse capítulo será descrita a visão sustentada de Ser Humano pela Análise do Comportamento e o Behaviorismo Radical. Muito dela já pôde ser observado nos dois itens anteriores, como na questão da subjetividade. Contudo, descrições mais circunscritas aos pressupostos em questão, além de facilitar a compreensão podem promover maior reflexão e elucidar possíveis interfaces. A seguir serão retomadas as características já apresentadas, mas não mencionadas diretamente, e elucidadas aquelas que ainda não foram abordadas.

2.1.3- O Behaviorismo Radical e sua visão de Ser Humano

As noções de comportamento enquanto relações entre organismo e ambiente, pautadas nas histórias descritas nos três níveis de seleção, caracterizam uma visão específica de Ser Humano. Por hora, já observamos se tratar de uma visão monista, assumindo o organismo como um todo, integral, não dividindo esse “Ser” em duas partes, uma mental e outra física. Em sendo monista, procura não excluir o que denominamos subjetividade, buscando alternativas à sua compreensão tradicional na cultura ocidental, pautada em dicotomias clássicas. Em geral, busca estudar o tema através da compreensão dessas relações específicas com o ambiente, sobretudo na presença de ambientes sociais peculiares chamados culturas (Tourinho, 2009). Trata-se de uma perspectiva materialista e histórica, pois considera o comportamento humano um produto da interação de três processos históricos contínuos e conjuntos, a história da espécie, do indivíduo e da cultura em que está inserido.

A noção de comportamento, como uma relação, marca o Ser Humano e o mundo no Behaviorismo Radical. “Não se absolutiza nem o homem [Ser Humano], nem o mundo; nenhum dos elementos da relação tem autonomia” (Micheletto e Sérgio, 1993, p. 14). Entretanto, essa causalidade não é mecânica, na qual o Ser Humano não é capaz de interferir no processo, passando a ser visto como passivo ao mundo ou ao ambiente. De acordo com Micheletto e Sérgio (1993):

“A primeira e mais básica proposição skinneriana que pode ser diretamente relacionada à concepção de homem [Ser Humano] é do conceito de operante. (...). Desde o início, Skinner caracteriza o comportamento que compõe a relação operante como aquele que produz consequências (...). A importância dessa caracterização está no termo *produzir* [itálico do original], ele indica que o comportamento é indispensável porque ele é que produzirá aquilo que fará parte de seus determinantes. Dito de outra maneira, a consequência depende do comportamento que o determina” (p. 13).

A compreensão de que na visão de Ser Humano do Behaviorismo Radical esse Ser não é mero produto de seu ambiente é compartilhada por outros(as) autores(as) da Psicologia Social, como Silvia Lane (1984). Ainda que essa expresse também divergências¹¹ sobre a

¹¹É necessário ressaltar que Silvia Lane (1984) faz críticas aos limites das análises realizadas no contexto social humano, sobretudo ao efeito que esse tem sobre as noções de reforços e punições – ver Ângelo e Bissoli, (2016) – mas o fato da autora, além de acentuar avanços, tecer críticas, não diminui o que queremos ressaltar. Justamente por ser esperado em um contexto de interface, que pontos de

abordagem, a autora reconhece que:

“Quando Skinner, por meio da análise experimental do comportamento, detecta os controles sutis que, por meio das instituições, os homens [Seres Humanos] exercem uns sobre os outros, e define leis de aprendizagem – e não podemos negar que reforços e punições *de fato* [itálico do original] controlam comportamentos – temos uma descrição perfeita de um organismo que se transforma em função das consequências de sua ação (...)” (Lane, 1984, p. 14).

O que Lane (1984) observa é que, a partir de Skinner e seu conceito de comportamento –que envolve reforços e punições e é denominado operante –, o Ser Humano age produzindo consequências que o transformarão. Nesse sentido, não é mero produto do ambiente. Justamente como exposto por Micheletto e Sérgio (1993), podemos observar em Lane (1984) que a visão de Ser Humano e a definição de comportamento do Behaviorismo Radical não podem ser analisadas separadamente. A relação comportamental operante caracteriza um Ser Humano que interage com o seu ambiente; não é passivo, pelo contrário, ele se constrói em sua relação com o ambiente. Seu ambiente o determina, mas também, em grande parte, é construído por ele. Essa relação é característica da defesa que Skinner realiza de uma concepção *interacionista* de Ser Humano, e não *externalista*¹², na qual as causas do comportamento humano o constrangeriam a agir, estando ele passivo a elas.

Além da perspectiva interacionista, o conceito de comportamento operante da proposta de Skinner possibilita uma visão de Ser Humano idiossincrático e histórico. De acordo com Micheletto e Sérgio (1993):

“Supera-se, com isto [a definição de comportamento operante], a concepção de que fenômenos tenham uma existência por si mesmo, e a noção de uma natureza humana ou não, estática, já dada. A própria relação não é estática não supõe meras adições ou subtrações, não supõe causalidade mecânica. A cada relação obtém-se, como produto, um ambiente e um homem [Ser Humano] diferentes” (p. 14).

A cada ação ele produz um mundo diferente e, por sua vez, o ambiente também

convergência e divergência pudessem ser observados, e que sejam eles expostos e debatidos. Do contrário, corremos o risco de cair em uma espécie de ecletismo “harmonizador”, afastando a interface de um diálogo coerente que nos possibilite avanços e auxilie a ponderar limites.

¹²Nesse aspecto, já é possível observar o afastamento do Behaviorismo radical das teorias da escolha racional pois essas, apesar das divergências entre autores, em geral se apoiavam em concepções “externalistas” (Ferejohn e Pasquino, 2001).

produz efeito nesse Ser; o determina, tornando-o um ser diferente. É a partir do termo relação que podemos defender a concepção de Ser Humano idiossincrático do Behaviorismo Radical. De início, um membro é um e não outro da espécie, e por isso estabelecerá relações singulares com seu ambiente. A posição fica ainda mais clara em um trecho do próprio Skinner (1972) em que o autor, além de afirmar diretamente a concepção de Ser Humano enquanto indivíduo em sua abordagem, ainda deixa claro que sua concepção desse Ser é de que ele é um ser histórico:

(...) o corpo que cada homem [Ser Humano] obtém a partir de sua história genética é um vasto sistema de estruturas únicas, das quais espirais no polegar são exemplos ridiculamente triviais. Igualmente idiossincráticas são todas as características que ele obtém de seu ambiente. É verdade que certas práticas científicas são simplificadas quando essas fontes de individualidade são minimizadas, mas não há nada na prática ou teoria científica que ameace a individualidade ou questione a possibilidade de que algumas colocações de variáveis que surjam dessas fontes terão os resultados notáveis que atribuímos ao talento ou à genialidade (Skinner, 1972, p. 56).

No trecho de Skinner (1972) são referidas: a história genética, que se dá por meio do processo de seleção natural; e as características que o organismo desenvolve em contato com seu ambiente que, como já referido, não é simplesmente aquilo que o cerca, como se assume em contexto de senso comum. Somam-se à história genética a história do indivíduo e das contingências arranjadas na sua cultura. Para Sérgio (1999), o modelo de seleção por consequência também acentua essa concepção de Ser Humano idiossincrático.

O homem é simultaneamente um organismo, uma pessoa e um **self** [negrito do original]. Estas três dimensões são separadas enquanto recurso de análise para identificarmos as diferentes fontes de determinação de cada comportamento de um homem [Ser Humano] singular. Os determinantes que se originam na história da espécie, na história do indivíduo e na história da cultura atuam conjuntamente na constituição desse homem [Ser Humano]. Talvez se possa dizer que a singularidade é acentuada no inter cruzamento dessas três histórias (Sérgio, 1999, p. 211).

Pautados nas concepções apresentadas, que compõe a visão de Ser Humano do Behaviorismo Radical, podemos inicialmente afirmar que enquanto abordagem da Psicologia a Análise do Comportamento possui semelhanças filosóficas com abordagens que partam de pressupostos materialistas, históricos e que não excluam a interdependência das dimensões

biológicas, histórias individuais e culturais dos Seres Humanos. Podendo contribuir e se beneficiar de estudos realizados por abordagens que compartilhem tanto esses pressupostos quanto a concepção de Ser Humano, produto e produtor em sua relação com o ambiente. Considerando essas premissas, provavelmente a Análise do Comportamento também enfrentará maior limite e talvez afastamento nas contribuições com abordagens que estabeleçam dicotomias entre aspectos biológicos, subjetivos e sociais, como sistemas explicativos para seus fenômenos. Contudo, apesar de já descritos os pressupostos que podem iniciar diálogos para uma interface, para que essa seja possível na subárea Psicologia Política, é necessário ainda compreender como o Behaviorismo Radical se volta aos fenômenos sociais. Principalmente devido à definição do que se têm defendido como Psicologia Política baseada, sobretudo, na interação entre fenômenos políticos e psicológicos. Sem compreender se a Análise do Comportamento realiza pesquisas sobre essas interações nos fenômenos políticos e como são propostos os estudos na área, não é possível dimensionar contribuições, alternativas de estudo e possibilidades de avanço na interface com a Psicologia Política.

2.2- Behaviorismo Radical: da politização ao estudo da Política

De acordo com Lopes e Laurenti (2016), o início do movimento behaviorista não é marcado pelo interesse em fenômenos políticos ou sociais. Contudo, é a partir de Skinner e do Behaviorismo Radical que há uma significativa mudança e esforços para a construção de uma ciência do comportamento voltada às questões sociais. Os autores reconhecem que é a partir do trabalho de Skinner que o movimento behaviorista se lança aos estudos dos fenômenos sociais, porém a área só consolida essa temática em sua produção nas décadas de 1960 e 1970 e, possivelmente, tenha sido realizada nesse período a maior defesa de que os pressupostos do Behaviorismo Radical e os conceitos da Análise do Comportamento poderiam ser capazes de contribuir para a análise crítica de nossos sistemas políticos e sociais (Lopes e Laurenti, 2016).

Nesse subitem do capítulo buscaremos defender que o Behaviorismo Radical se volta ao estudo de fenômenos políticos, bem como suas interações com os seres humanos, seus comportamentos nesses contextos. Contudo, essa posição da Análise do Comportamento parece ocorrer em momento posterior ao inicial de sua história de produção de conhecimento. É possível argumentar que, quando ocorre a consolidação do alinhamento filosófico às concepções mais próximas dos modelos biológicos –e essa é somada às discussões das

dimensões políticas da abordagem – o contexto social (marcado, sobretudo, na década de 1970), com forte demanda para temas de estudos políticos, passa a estimular a produção de métodos e pesquisas, bem como as interfaces que deem conta de fenômenos estudados na Psicologia Política. Assim, é nesse período da produção que observamos um amplo interesse da comunidade dos Analistas do Comportamento pelos estudos voltados aos fenômenos políticos. Não obstante também é nesse período que a própria Psicologia Política se institucionaliza.

2.2.1- Sobre a Ciência e o Comportamento Humano em Skinner

A obra de Skinner é bastante extensa e seus textos fomentam muita reflexão. Contudo, buscaremos esclarecer pressupostos relevantes para discussão da interface entre Behaviorismo Radical e Psicologia Política. Pontos da teoria que, apesar de complexos e dinâmicos ao longo da produção de Skinner, quando bem compreendidos possibilitam tanto a defesa da interface aqui proposta, quanto nos indicam as condições que levaram autores da Análise do Comportamento a partir de determinado período a conduzirem seus estudos aos objetos que a Psicologia Política¹³ propõe.

Possivelmente, o principal ponto para essa discussão é própria concepção de ciência do Behaviorismo Radical de Skinner. Em seu livro *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1953), o autor descreve uma série de concepções sobre a ciência que nos auxiliam a compreender a posição filosófica do Behaviorismo Radical e promove discussões importantes acerca dessas concepções para a possibilidade de interface com a Psicologia Política. Andery, Micheletto e Sérgio (2009) constataam a necessidade de discussões profundas sobre os temas propostos por Skinner nesse livro de 1953, pois o autor escreve uma série de passagens que podem proporcionar diferentes interpretações, mesmo tendo sido categórico em muitas de suas afirmações. Essa é uma característica importante não só para compreensão das concepções de ciência e da obra, mas do desenvolvimento da Análise do Comportamento que possibilitou o estudo de fenômenos sociais e a interface com outras áreas. Andery, Micheletto e Sérgio (2009) apontam:

Há trechos em *Ciência e Comportamento Humano* que sugerem uma dicotomia entre a produção do conhecimento e sua aplicação, que levam a supor, inclusive, que o

¹³Psicologia Política aqui assumida como definida no início do texto e proposta por autores como Deutsch, 1984; Sabucedo 1996 Jost e Sidanius, 2004; Montero, 2009; Schildkraut, 2004.

conhecimento científico é neutro e que apenas podemos discutir a direção de sua aplicação (...). O conflito entre as duas diferentes posições aparentemente defendidas por Skinner só se acentua quando lemos seu livro até o último capítulo. Lá, de forma absolutamente clara e contundente, Skinner afirma a não neutralidade da ciência e sua necessária historicidade (p. 5-6).

Além da importância do livro como uma obra a ser cuidadosamente lida e estudada, respeitando a estrutura do texto e sem descontextualizar frases, o que em geral acaba por gerar ou induzir interpretações equivocadas, podemos identificar no parágrafo outro requisito para a leitura da obra. A afirmação das autoras (Andery, Micheletto e Sérgio, 2009) ressalta a necessidade de levarmos em consideração o processo de desenvolvimento dos conceitos e sistema explicativo de Skinner ao longo de sua produção.

Outros autores também reconhecem que, ao longo de sua obra, Skinner, ao desenvolver seu sistema explicativo, por vezes muda e produz novas concepções ao Behaviorismo Radical (Abib, 1999; Micheletto, 1999; Moxley, 1999, 2001, 2006 e Laurenti, 2012). Uma parte desses autores (Abib, 1999; Moxley, 1999 e Laurenti, 2012) analisa essas mudanças ao longo da obra de Skinner como forma de estudar correntes modernas e pós-modernas em ciência. O nosso objetivo aqui é outro. No caso desta pesquisa, os trabalhos desses autores nos ajudam a pensar quais pressupostos se desenvolveram no corpo da Análise do Comportamento que possibilitaram interfaces e estudos de fenômenos como os sociopolíticos. Sobretudo, nos permitem observar duas mudanças importantes que parecerem ter ocorrido de forma crescente na obra de Skinner e que vamos defender como pontos que contribuíram para o impulso aos estudos de fenômenos sociopolíticos. As mudanças são o afastamento de modelos de causalidade mecanicista concomitante ao maior alinhamento com modelos biológicos e probabilísticos e, como decorrência, o desenvolvimento da concepção de que a ciência, enquanto construção humana, não pode ser neutra.

De acordo com Moxley (1999), as concepções de Skinner, não sendo estáticas ao longo de sua obra, gradualmente percorrem de uma posição mais próxima ao modelo mecânico para uma cada vez mais próxima ao modelo probabilístico de seleção por consequências. Essas mudanças, de acordo com o autor, são observadas por meio das influências de autores com quem Skinner dialogava ao longo de sua obra e conforme Skinner desenvolve seu modelo explicativo, construindo conceitos e assumindo premissas coerentes com as visões selecionistas (Moxley, 1999, 2001, 2006). Segundo o autor:

Em seus trabalhos publicados, um lado de Skinner defendeu posições

consistentes com a necessidade mecanicista, e outro lado de Skinner defendeu posições consistentes com a seleção probabilística por consequências. A mistura dessas respostas mudou, ao longo do tempo, de respostas proporcionalmente mais frequentes e fortes da necessidade mecanicista para respostas proporcionalmente mais frequentes e fortes de seleção probabilística por consequências. Os contrastes e mudanças ao longo do tempo nesses dois lados de Skinner têm um paralelo em mudanças mais extensivas da cultura ocidental como um todo (...). As mudanças em um autor como Skinner são menos facilmente notadas, pois elas não são tão acentuadamente separadas em dois períodos distintos (Moxley, 1999, p. 98-121).

Micheletto (1999) também observa que Skinner, ao avançar em sua obra, passa a se valer de modelos ligados às ciências biológicas, e mesmo em um período mais próximo aos modelos decorrentes das discussões na física ele assumia uma posição que já criticava elementos do mecanicismo (cf. Micheletto, 1999). Destacar esse afastamento de Skinner de modelos mecanicistas e sua aproximação aos modelos da biologia é importante, pois é dentro desses contextos de mudanças nas visões científicas que podemos observar que se desenvolve a crítica à neutralidade da ciência. De acordo com Laurenti (2012), as mudanças que ocorrem ao longo das concepções científicas, sobretudo no que diz respeito à busca pela objetividade, conduzem os cientistas a compreensão da historicidade da ciência e sua não neutralidade.

Laurenti (2012) argumenta que partes dos modelos de ciência assumiam a concepção de um universo ordenado, que poderia ser conhecido conforme pesquisadores depurassem fatos sistematicamente e livrassem esses fatos de suas impressões subjetivas ou influências sociais, assim passando a descrever relações de causa entre eventos. Essas relações seriam tidas como mecânicas, ou de necessidade mecânica (Moxley, 1999), isso no sentido de que, para esses modelos de ciência, um evento tido como uma causa necessariamente deveria levar a um segundo evento determinado. Ambos (Moxley, 1999; Laurenti, 2012) também aduzem que, devido a esses pressupostos, afirmações probabilísticas eram consideradas equivocadas, assumidas apenas como decorrências da incapacidade do pesquisador – ou de seus métodos e instrumentos – em alcançar o dado correto. Para além dessa noção de probabilidade como uma falha, a implicação desses modelos de ciência quanto à objetividade do conhecimento é importante para nossa análise, segundo Laurenti (2012):

Assim, a objetividade do conhecimento científico seria garantida pela possibilidade de uma observação isenta de compromissos com os interesses de qualquer perspectiva de valor particular (neutralidade científica).

A ciência moderna [termo que autora atribui aos modelos que possuíam as características descritas] subscreve, então, a dicotomia entre fatos e valores, na qual os fatos são independentes de qualquer juízo valorativo. Os fatos encerram descrições causais entre eventos observáveis, cujo caráter inexoravelmente ordenado pode fundamentar o conhecimento legítimo (p. 368).

Dessa forma, uma ciência que se pautava em uma concepção de universo pronto, já acabado, assumiria o conhecimento científico, produto de seu método como um conhecimento neutro, pois estaria apenas a desvelar um dado ordenado e já estabelecido no universo. Em contrapartida, conforme novos inquéritos e práticas de pesquisa se desenvolvem a partir do séc. XIX e ao longo do séc. XX, novas concepções na ciência vão sendo formadas. Dentre elas, uma concepção em que o universo não é algo acabado; ele pode mudar e desdobrar-se em diversas possibilidades; a ação do cientista não ocorre mais no apenas revelar, mas no de intervir e transformar (Laurenti, 2012). Decorrem desses novos modelos algumas implicações. A primeira implicação que vamos observar dessas novas concepções é sobre a noção probabilística, não mais vista como equivocada, e que agora se opõe à necessidade mecânica (Moxley, 1999). Uma segunda implicação se dá sobre as metodologias, que segundo Laurenti (2012) passam a aumentar o diálogo com outras áreas e expandem suas fronteiras para que seja possível a compreensão dessas muitas relações que mudam por natureza. E, por fim, a terceira implicação que destacaremos, e de grande relevância para nossa análise, é o fato da produção de conhecimento não ser vista como neutra, pois “a realidade é inacabada e seus contornos delimitados pelo toque das mãos humanas. Por conseguinte, o paradigma emergente não pode ser apenas um paradigma científico; ele deve ser também um paradigma social” (Laurenti, 2012, p. 370).

A última implicação levantada é considerada importante, pois o que propomos aqui é que essa aproximação das concepções de não-neutralidade da ciência, também observadas na obra de Skinner, vão impulsionar cada vez mais discussões das dimensões políticas da Análise do Comportamento. A concepção de que o conhecimento científico altera as possibilidades de construção da realidade e se presta aos objetivos humanos, ou de determinados grupos humanos, está presente no contexto do Behaviorismo de Skinner. Assim, passa a estar considerada a dimensão social do pesquisar no comportamento do pesquisador; ele não pode mais ser assumido como neutro o que, por sua vez, torna a discussão da neutralidade da área – de sua dimensão social e da necessidade de diálogo com outras áreas – condição crítica para alguns analistas do comportamento (por exemplo para Holland, 1978).

Essas discussões, que viriam a ser essenciais aos autores, impulsionariam as pesquisas sobre questões sociais como objeto de estudo na Análise do Comportamento. Já no livro *Ciência e Comportamento Humano*, apesar das questões levantadas por Andery, Micheletto e Sérgio (2009), a visão de ciência de Skinner (1953) implica em um sistema explicativo, em que mudanças de concepções e noções ocorrem como decorrência da produção de conhecimento:

[A ciência] Conduz a uma nova concepção do assunto, um novo modo de pensar sobre aquela parte do mundo a que se dedicou. Se quisermos desfrutar das vantagens da ciência no campo dos assuntos humanos, devemos estar preparados para adotar um modelo de comportamento de trabalho para o qual a ciência conduz inevitavelmente (Skinner, 1953, p. 6).

No trecho acima podemos argumentar que o autor já compartilhava de uma visão de ciência que não pode ser neutra. Uma vez que é dado à ciência o *status* de conduzir e direcionar a ação humana, além de mudar a própria forma de se pensar o mundo. Ainda que alguém possa dizer que na frase nada implique na produção de um mundo novo, no sentido de que ela altera o comportamento humano – e é esse o objeto de estudo da ciência do comportamento –, ela poderia mudar a realidade e, assim, pode estar condizente com o pensamento de que o conhecimento científico não é neutro.

Skinner (1953), mesmo reconhecendo dificuldades oriundas do desenvolvimento científico e do avanço tecnológico, que segundo ele proporcionaram problemas muito complexos e de alta magnitude no séc. XX, defende que a ciência pode contribuir com soluções para problemas humanos. Afirma, inclusive, que é a ciência, aplicada ao comportamento humano, a possibilidade de resposta a muitos problemas decorrentes do próprio desenvolvimento científico. Já nesse texto o autor apresenta uma visão de que uma ciência do comportamento tem necessariamente dimensões políticas, pela natureza do objeto com que trabalha: “Totalitarismo ou democracia, estado ou indivíduo, sociedade planificada ou *laissez-faire*, (...) propaganda, educação, guerra ideológica – tudo isso diz respeito à natureza fundamental do comportamento humano” (p. 10). Assim, mais uma vez, apontando para a não-neutralidade da ciência que propôs e a necessidade da área discutir esses possíveis impactos. Nos últimos capítulos, Skinner (1953) inclusive inicia discussões sobre a problematização do controle, da cultura e ética, por exemplo. (Skinner 1953). Todorov (2003), um dos tradutores da versão em português do livro, afirma que, por essas discussões propostas no livro “CCH [Ciência e Comportamento Humano] continuará a ser um livro seminal para aqueles interessados em todos os aspectos do comportamento social humano” (p.

342).

Além de observarmos esses pressupostos no texto de Skinner (1953), também podemos identificar passagens que revelam críticas de Skinner (1953) à forma como se estabeleciam estudos sobre o Ser Humano, sobretudo a fragmentação desse em diversas disciplinas, o que podemos entender como uma inclinação por parte do autor à promoção de uma interface maior entre as áreas. Contudo, Skinner (1953) parecia ter uma posição clara, naquele momento, de como a Análise do Comportamento, que estava defendendo, poderia contribuir com a integração entre áreas, e que papel poderia ocupar em relação às outras ciências que estavam envolvidas no estudo dessas dimensões. A posição parece estar muito ligada à necessidade, que ele mesmo observava, de avanço na compreensão do comportamento humano, requerido no período. O autor parece ressaltar a importância de que, primeiramente, se desenvolva um programa eficiente para o estudo do comportamento humano, e que os resultados dessa teoria, se bem alcançados, já possibilitariam contribuições às outras áreas que estudam dimensões sociais dos seres humanos. O trecho é exposto a seguir:

Afortunadamente, para nossos propósitos atuais não necessitamos de um relato exaustivo dos fatos históricos e comparativos a respeito de religiões, governos, sistemas econômicos, e assim por diante. Preocupam-nos apenas com as concepções encontradas sobre o indivíduo que se comporta nesses campos (...). Cada concepção se baseia em um conjunto de fatos particulares e desenvolve-se e é usada principalmente para explicar esses fatos em separado. A concepção desenvolvida em um campo raramente se aplica, e nunca eficientemente, a outro. O que o cientista político tem a dizer a respeito do homem mostra-se de pouco valor para o psicoterapeuta, enquanto o indivíduo que emerge da psicologia educacional não traz consigo qualquer semelhança ao homem econômico. Não é provável que o organismo humano seja assim repartido em compartimentos estanques. Poderíamos chegar a uma formulação do comportamento que poderia ser aplicada a qualquer campo considerando todos os fatos históricos e comparativos de uma vez. Há, entretanto, um modo mais simples. Nossa concepção do comportamento humano não precisa ser *deduzida* dos fatos complexos que finalmente deve explicar. Nada nos obriga, por exemplo, a descobrir as características do animal político através do estudo dos fatos do governo. Se o animal político é o próprio homem [Ser Humano], podemos estudá-lo alhures e muitas vezes em melhores condições. Uma análise funcional do comportamento provê uma

concepção básica com a qual podemos abordar por seu turno cada um desses campos (Skinner, 1953, p. 363-364).

Não podemos deixar de observar que a posição do autor é polêmica. Possivelmente haverá quem argumente que a afirmação do final do trecho, de que a compreensão do Ser Humano político pode ser avançada por meio de um estudo do comportamento humano que inicialmente se afaste das tradicionais discussões de governo e política, tenha sido contrária ao reconhecimento de uma necessidade de interface. Entretanto, é preciso retomar que o sentido aqui aparente, e que conduz o raciocínio do autor, parece ser muito mais a necessidade de um modelo de estudo que possa servir as áreas, mas que não parece estar pronto. Assim, o ponto central parece ser o de argumentar a necessidade de um modelo de estudo do comportamento que, no período, ainda estava em construção, mas que pudesse ser desenvolvido de forma segura, com vistas à autonomia dessa área e à relevância de suas conquistas para as demais áreas em questão. Fica mais clara a necessidade do avanço de fronteiras e da discussão das dimensões políticas de uma ciência do comportamento em um trecho próximo ao anteriormente exposto. Nele, Skinner (1953) afirma:

Ao discutir as agências controladoras, preocupamo-nos especificamente com certas espécies de poder, sobre variáveis que afetam o comportamento humano e com as práticas controladoras que podem ser empregadas por causa desse poder (...). Dever-se-á identificar os indivíduos que compõem a agência e explicar porque têm o poder de manipular as variáveis que a agência emprega. E também analisar o efeito geral no controlado, e mostrar como isso leva à retroação reforçadora que explica a continuação da existência da agência (...). A classificação das variáveis controladoras, o estudo dos processos básicos, e a análise dos complexos arranjos de variáveis e da interação de dois ou mais indivíduos em um sistema social são todos indispensáveis (p. 365).

A passagem é bastante densa do ponto de vista conceitual. Na primeira frase, o autor deixa claro o foco de análise quando sua proposta de produção de conhecimento se ocupar do estudo de agências controladoras¹⁴. Já na segunda parte, parece estabelecer um objeto de

¹⁴Segue trecho de Skinner (1953) que elucida o que são agências controladoras: “O grupo exerce um controle ético sobre cada um de seus membros através, principalmente, de seu poder de reforçar ou punir. O poder deriva do número e da importância de outras pessoas na vida de cada membro (...). Dentro do grupo, entretanto, certas *agências controladoras* [itálico do original] manipulam conjuntos particulares de variáveis” (p. 363). Skinner (1953) explana sobre cinco: “*governo, religião, psicoterapia, economia e educação*” [itálico do original] (p. 363).

estudo próprio de uma pesquisa na Psicologia Política, argumentando a necessidade de compreender o poder de um indivíduo de influenciar outros por meio de sua posição em uma agência controladora como, por exemplo, em um governo ou uma escola, e o efeito desse controle no indivíduo e como os resultados desse processo fazem com que essa instância de controle do comportamento humano se mantenha no grupo. Por fim, volta a ressaltar que a compreensão de todos os processos que envolvem o comportamento humano é necessária à compreensão do fenômeno, desde o conhecimento de processos básicos do comportamento individual até as interações no sistema social. Com a afirmação, fica clara que a proposta Behaviorista Radical que Skinner (1953) apresenta não só possibilita, como também implica, em uma ciência que precise discutir as dimensões políticas e sociais de suas produções, e que assim promove e atende ao interesse de pesquisadores por inquéritos sobre a interação entre os fenômenos psicológicos e políticos.

Mesmo diante do cenário descrito, ainda é preciso responder, então, por que os pesquisadores da Análise do Comportamento, ou o próprio Skinner, não produziram um grande volume de pesquisas voltadas às interações entre o comportamento dos indivíduos e os fenômenos políticos. A essa questão podemos responder com três pontos centrais. O primeiro seria o ponto de desenvolvimento do sistema explicativo na época. Já pôde ser observado aqui que Skinner (1953) estava defendendo a necessidade primária da promoção de um modelo de estudo do comportamento humano voltado aos pressupostos do Behaviorismo Radical. Modelo que parece ter atingido um desenvolvimento importante na chegada da década de 1970; desenvolvimento que permitia o avanço dos estudos para campos como o social. Rutherford (2006) afirma:

“No começo dos anos 1970, o Behaviorismo de Skinner parecia ter atingido a maioria; excitante desenvolvimento técnico científico, a presença profissional florescendo, e notáveis aplicações socialmente relevantes, todos impulsionando o entusiasmo e a confiança dos seguidores e praticantes da teoria de Skinner” (p. 204).

Esse ponto, da maturidade da produção de conhecimento por volta da década de 1970 ter possibilitado e estimulado pesquisas voltadas ao âmbito social, é corroborado não só por Rutherford (2006). Afirmações do próprio autor, como a no prefácio da republicação de 1969 da edição americana do seu livro *Walden II*, originalmente publicado em “1948” (Andery, Micheletto e Sérgio, 2004, p. 104), também indicam que, para Skinner (1969), o conhecimento da área havia atingido um ponto que gerava novas possibilidades. Segue trecho do prefácio escrito por Skinner (1969):

Na época em que escrevi o livro, alguns avanços dramáticos no método experimental possibilitavam prever e controlar comportamentos bastante complexos com uma precisão considerável. Mas tratava-se apenas de comportamentos de ratos e pombos. Embora suspeitasse de que os mesmos métodos eram aplicáveis aos homens, não estava certo disso. E nem tinha, naturalmente, visto qualquer aplicação prática às questões humanas. (...) Está agora bem desenvolvida a tecnologia do controle comportamental, particularmente na educação e na psicoterapia. (...) Naturalmente, o livro seria diferente se eu o escrevesse hoje (Skinner, 1972, p. 2).

Claramente, em 1953, Skinner já havia estudado e entrado em contato com pesquisas de seus conceitos que se relacionassem diretamente com o comportamento humano, diferente da época em que escreveu *Walden II*, no ano 1945, segundo o próprio autor (Skinner 1978a). Uma rápida passagem no capítulo cinco do livro *Ciência e Comportamento Humano* (Skinner, 1953) exemplifica isso; sobre o comportamento operante, Skinner (1953) afirma: “este comportamento origina a maioria dos problemas práticos nos assuntos humanos e é também de um interesse teórico especial por suas características singulares” (p. 65). É notável, relacionando essas duas passagens, que Skinner modifica sua forma de pensar conforme vai desenvolvendo seu sistema explicativo. Além disso, o prefácio de 1969 permite observarmos que o autor marca o período como aquele em que o sistema explicativo, se não totalmente, já se encontra suficientemente desenvolvido para lidar com questões sociais, inclusive descrevendo que isso o faria produzir um livro diferente do publicado em 1948.

Um segundo ponto para atender à compreensão do não imediato enfoque da Análise do Comportamento em pesquisas sobre a interação dos indivíduos e os fenômenos sociais e políticos também já foi mencionado. Se seguirmos a lógica de Moxley (1999, 2001), quanto mais desenvolve seu modelo explicativo, maior o afastamento de concepções mecanicistas de ciência e maior a aproximação de Skinner de uma concepção de ciência não neutra, que reconhecia as possibilidades de interferência e impacto de suas ações e técnicas na sociedade e realidade humana. Não obstante já considerar o desenvolvimento do modelo suficiente para o próximo passo, observamos em textos como *Beyond Freedom and Dignity* (Skinner, 1971) e *Selection by Consequences* (Skinner 1981) afirmações cada vez mais alinhadas com a concepção de um fazer ciência que se ocupa de pensar dimensões sociais e valores. No primeiro livro em questão, o autor discute a questão de valores na Análise do Comportamento. Apesar de muito complexa e muito debatida na área (Abib, 2001; Ditrich, 2004, 2008; Ditrich e Abib, 2004 e Gianfaldoni, 2005), a discussão do autor no livro é sempre

recorrida para lidar com temas como ética, política e educação. De fato, Skinner (1971) realiza afirmações contundentes como:

“As coisas em si são estudadas pela física e a biologia, geralmente sem referência a seus valores, mas o efeito reforçador das coisas são província da ciência comportamental que, à medida que está preocupada com o reforçamento operante, é uma ciência de valores” (Skinner, 1971, p. 104).

Em *Selection by Consequences* (Skinner, 1981), já no resumo do artigo o autor marca que seu sistema explicativo se afasta de correntes filosóficas voltadas ao modelo de ciência mecanicista. Nesse artigo, Skinner (1981) descreve o modelo de seleção em que o comportamento humano envolve três níveis: 1- as contingências responsáveis pela seleção da espécie; 2- as contingências responsáveis pelos repertórios dos indivíduos; e 3- “as contingências especiais mantidas por um ambiente social evoluído” (Skinner, 1981, p. 502), argumentando como a ciência tem lidado com eles, o papel que a Análise do Comportamento tem ocupado e defendendo que noções que rompem com o mecanicismo favoreceriam o avanço dos diálogos com outras áreas, bem como a compreensão de questões relevantes. Logo no resumo do artigo Skinner (1981) sobre o modelo de seleção por consequências, afirma:

“Ele substitui explicações baseadas no modelo de causalidade mecanicista clássico. (...) A seleção natural agora fez seu argumento, mas atrasos similares em reconhecer o papel da seleção em outros campos poderia nos privar de valiosa ajuda na solução de problemas que nos confrontam” (Skinner, 1981, p. 501).

O segundo ponto, assim como o primeiro, é importante no intercruzamento com o terceiro, que será apresentado. Eles se referem ao modelo disponível para estudo, sem o desenvolvimento dos conceitos a serem testados, debatidos e utilizados e sem a concepção da implicação do sistema explicativo na realidade social do pesquisador e sua comunidade, não seria possível a sensibilidade da área às demandas sociais. Inclusive, talvez, ela nem se reconhecesse capaz de intervir no âmbito social, ou seja, se mantendo neutra a essas questões.

O terceiro ponto a ser destacado é a demanda do contexto histórico-social americano no momento de desenvolvimento da teoria. O cenário pós-Segunda Guerra Mundial nos Estado Unidos da América (EUA) seria inicialmente estável e passaria a sofrer um aumento gradual de tensões, conforme eram fomentados os riscos de crise econômica e a ameaça ao modelo e ideologia capitalistas e liberais defendidos pela maioria de seus cidadãos (Hobsbawm, 1995). O início do pós-guerra menos turbulento, mas voltado aos riscos do fim

da sociedade nos EUA, como conhecido e apoiado internamente, se relaciona com uma proposta de ciência de 1953 de Skinner, que leve em consideração suas dimensões sociais. Frases do livro de 1953 como: “Duas exaustivas guerras mundiais em apenas meio século não trouxeram a segurança de uma paz final” (Skinner, 1953, p. 4) corroboram que ele estava sensível a essas questões¹⁵. Já haviam passado duas guerras mundiais e eram conhecidas as consequências do uso das ciências em ambas (Skinner, 1953; Rutherford, 2000). Diante do cenário se tornava necessário pensar como a sociedade, no contexto norte-americano, poderia superar as dificuldades do pós-guerra (Hobsbawm, 1995). Faz sentido que Skinner (1953) tenha proposto uma teoria do comportamento ajustada e capaz de contribuir com as dificuldades da época, que pensasse suas dimensões e impactos científicos e que propusesse um conhecimento capaz de auxiliar outras áreas e avançar a produção de conhecimento. Contudo, como observamos em Laurenti (2016), o aumento significativo das produções da Análise do Comportamento voltadas aos fenômenos sociais não se dá imediatamente ao lançamento do livro de Skinner, em 1953, mas sim nas décadas seguintes, sobretudo na de 1970.

Parece ser o momento histórico, segundo Hobsbawm (1995), em que as tensões e crises atingem seu maior nível no período pós-guerra, já assumido como Guerra Fria¹⁶, o contexto que produz a principal demanda fomentadora dos estudos de fenômenos sociais, não só na área da Análise do Comportamento como em outras visto que, segundo Sabucedo (1996), Schildkraut, (2004) e Rosa e Silva (2012) é também um período relevante quanto ao volume de produções e a institucionalização da Psicologia Política.

De fato a situação mundial se tornou razoavelmente estável pouco depois da guerra, e permaneceu assim até meados da década de 1970, quando o sistema

¹⁵De fato, Skinner (1953) parece ter clara a importância de reconhecer os eventos ocorridos e criticar o papel a que se prestaram muitos esforços científicos ao contribuírem para o cenário de horror das guerras. Logo nas primeiras páginas do texto ele dedica um capítulo inteiro para discutir se a ciência pode ajudar os seres humanos a resolverem problemas da magnitude dessas consequências. No primeiro item do parágrafo, intitulado *O Mau Uso da Ciência*, Skinner (1953) afirma: “A ciência fez as guerras mais terríveis e mais destrutivas. A maior parte disto não se fez deliberadamente, mas se fez” (p. 5). Apesar disso, o autor defende, ao longo de sua obra, que a ciência ainda poderia contribuir para a reparação e solução de problemas humanos e propõe uma ciência que se comprometa com essa possibilidade (Skinner, 1953, 1971, 1978).

¹⁶Guerra Fria aqui entendida como o período que vai do uso da bomba atômica em Hiroshima à queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O período é marcado pelo confronto entre EUA e URSS, em determinado momento sem eminência de conflito mundial, mas marcado por intervenções paralelas em territórios estrangeiros e discursos ideológicos e alarmantes de ambas as partes, ainda que ambos evitassem e confiassem na moderação para não explicitar embate direto devido ao risco nuclear (Hobsbawm, 1995).

internacional e as unidades que o compunham entraram em outro período de extensa crise política e econômica. Até então, as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra e, ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo (Hobsbawm, 1995, p. 225).

Não se trata de afirmar que não havia interesse em temas sociais nas décadas anteriores a de 1970, mas de que assim como a tensão e crises políticas e econômicas vão paulatinamente aumentando no período que segue o fim da Segunda Guerra Mundial, também o aumento da produção da Análise do Comportamento se dá à medida desse aumento. Nenhum dos três pontos levantados se propõe a uma explicação única, mas o fato de ocorrerem próximos favorece sua relação, e desses intercruzamentos podemos defender as condições históricas que possibilitaram a significativa produção voltada aos temas sociais no período da década de 1970.

Capítulo 3- A revolução de Holland: o Behaviorismo Radical aplicado à Política

Nesse período, década de 1970, se destaca Holland; seus textos e postura de engajamento influenciaram parte do movimento Behaviorista Radical na época e impactaram uma parte da produção da Análise do Comportamento sobre fenômenos sociais e políticos (Carrara, 2016; Lopes e Laurenti, 2016; Abib, 2016; Fernandes e Rezende, 2016; Pereira de Sá, 2016; Guerin, 2016). Viajando a outros países, descrevendo contingências de controle social, analisando e criticando as práticas de parte dos Behavioristas, Holland (1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980), além de propor e articular junto a estudantes e colegas acadêmicos movimentos para uma atuação socialmente comprometida (Behaviorists for Social Action, 1978), oferece princípios e uma forma estruturada para o Behaviorismo Radical produzir conhecimento sobre a interação do comportamento dos indivíduos e os fenômenos políticos.

O impacto da obra de Holland, apesar de não majoritário sobre os autores da área, é significativo para aqueles que o reconhecem, visto que em 2016, mesmo passados por volta de 30 anos do momento histórico de maior volume de sua produção, a Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTCC), ao reconhecer os desafios de formação do

analista do comportamento no momento político atravessado pelo Brasil em 2015, produziu um volume especial em torno de um texto de Holland: *Os princípios comportamentalistas servem para os Revolucionários?* (Holland, 2016)¹⁷. Nesse mesmo volume, Carrara (2016) publica um artigo cujo título, além de inspirar esse subtítulo da tese, exemplifica a importância da obra do autor para área: *Ecos da “Revolução de Holland” na Contemporaneidade: Práticas Culturais, Éticas e Compromisso Social*.

Em todos os textos (Carrara, 2016; Lopes e Laurenti, 2016; Abib, 2016; Fernandes e Rezende, 2016; Pereira de Sá, 2016; Guerin, 2016; Pessotti, 2016) ficam marcadas as propostas de Holland (1971, 1974/2016, 1975^a, 1975^b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980), que defendia a necessidade do analista do comportamento romper com uma postura dita de neutralidade científica, ratificando que, por si só, essa já era uma escolha política; defendendo que a visão de Ser Humano do Behaviorismo Radical se contrapõe as visões das classes dominantes e que poderia contribuir com o pensamento revolucionário; estabelece um conceito de revolução e não só defende a realização de diálogo com outras áreas como, a partir de seus conceitos e argumentos, possibilita maior interface de analistas do comportamento com outras áreas e autores da Psicologia.

Nesse capítulo retomaremos essas propostas de Holland (1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980) por meio de seus textos e dos comentadores de sua obra. Inicialmente será realizada uma contextualização histórica dessa produção do autor, uma vez que ela parece se concentrar principalmente ao longo de uma década. No segundo subitem será apresentada a crítica que o autor realiza à prática de modificação do comportamento de sua época e a defesa da necessidade de romper com a suposta neutralidade científica. No terceiro subitem será apresentada a defesa que o autor realiza sobre os princípios do Behaviorismo Radical, que podem contribuir com a transformação do *status quo* da sociedade. E, por fim, em um quarto subitem trataremos das aplicações de conceitos e diálogos que Holland estabelece para que seja possível a contribuição da Análise do Comportamento com o campo dos estudos políticos. Todos os subitens serão também permeados das afirmações de comentadores da obra de Holland, garantindo a possibilidade de reflexão sobre a obra e como forma de descrever os impactos das propostas do autor em questão.

¹⁷O texto original em inglês é de 1972. Foi apresentado em um simpósio no México e publicado em espanhol. em 1973, e posteriormente publicado em inglês, em 1974 – ver Holland 2016a. Contudo, só foi traduzido para o português na ocasião da publicação do número especial da RBTCC, em 2016.

3.1- Contextualização da obra de Holland

A maior parte dos textos que possibilitam a análise de eixos para o estudo dos fenômenos políticos, como realizados por Holland (1972, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980), datam da década de 1970. É importante reconhecer que esse período é marcado por uma produção da Análise do Comportamento socialmente comprometida e voltada às questões sociais. São exemplos, livros do próprio Skinner: *Para Além da Liberdade e da Dignidade* (1971) e *Reflexões sobre o Behaviorismo e a Sociedade* (1978), bem como a organização da revista *Behaviorists for Social Action Journal* (1978) que, de acordo com Lopes e Laurenti (2016): “um periódico exclusivamente voltado para questões sociopolíticas, cujos textos apresentam o behaviorismo em um *background* claramente de esquerda” (p. 7).

O momento histórico influencia a produção da área, assim como o próprio Holland, e é relevante retomarmos esses eventos que auxiliam a compreensão da produção e posicionamento desse autor. Segundo Carrara (2016), Holland acompanhava movimentos sociais da época, como a Brigada Venceremos sendo que, além de participar de movimentos sociais, Holland registrava e analisava suas experiências. O contexto sociopolítico que abrange a década de 1970, e que pode ter favorecido a institucionalização da Psicologia Política (Sabucedo 1996; Rosa e Silva. 2012), gerou a demanda de inquérito científico que Holland buscou atender. Isso fica claro quando observamos artigos do autor, como o publicado na própria *Behaviorists for Social Action Journal: To Cuba with the Venceremos Brigade* (Holland, 1978a), em que ele descreve e analisa suas experiências no movimento social pelo qual havia atuado inclusive em Cuba.

Para compreensão desse contexto sociopolítico, recorreremos novamente a Hobsbawm (1995). Esse autor nos aponta que o início da década de 1970 marca o acirramento e a grande evidência da rivalidade entre EUA e a extinta URSS. Principalmente após 1973, ocorreu um período de mudanças significativas na economia com uma desaceleração no crescimento dos países desenvolvidos. A economia norte americana, que já não acompanhava o ritmo das décadas anteriores, sofre um aumento de pessimismo devido à alta nos preços dos barris de petróleo promovida pela O.P.E.P. (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) (Hobsbawm, 1995). Além da condição econômica desfavorável, o cenário político também estava em um momento difícil:

A Guerra do Vietnã desmoralizou e dividiu a nação, em meio a cenas televisadas de motins e manifestações contra a guerra; destruiu um presidente americano; levou a uma derrota e retirada universalmente previstas após dez anos (1965-75); e, o que interessa mais, demonstrou o isolamento dos EUA. Pois nenhum de seus aliados europeus mandou sequer contingentes nominais de tropas para lutar junto à suas forças (...). Contudo, entre 1974 e 1979, uma nova onda de revoluções surgiu numa grande parte do globo (ver capítulo 15) [destaque de Hobsbawm]. Esta, a terceira rodada dessas revoltas no breve século XX, na verdade parecia que vários regimes na África, Ásia e mesmo no solo das Américas eram atraídos para o lado soviético (Hobsbawm, 1995, p. 241-242).

Os eventos descritos por Hobsbawm (1995) facilitam a compreensão da posição crítica adotada por Holland (1975a; 1975b; 1976; 1978a; 1978b), bem como a de outros autores do Behaviorismo Radical, que se dedicaram ao estudo de fenômenos sociopolíticos na época (Stevens, 1978; Burgess, 1978; Kolbe, 1978; Jenssen, 1978, 1986; Nicolaus, 1979; Calvert, 1979 e Kessler, McKenna e Graham, 1979). Entretanto, mesmo seguindo uma tendência da época, apesar de não majoritária, a postura de Holland pode ser considerada ousada também, pois parte dos movimentos sociais que criticavam a postura do governo americano não parecia simpatizar com teorias como a Análise do Comportamento, decorrentes do Behaviorismo Radical, ainda que compartilhassem de suas críticas ao cenário político social. Isso ocorria devido ao clima antitecnológico fortalecido pelas guerras. Nesse contexto havia o receio de que tecnologias do comportamento fossem utilizadas para cercear a liberdade dos indivíduos (Rutherford, 2003; Holland, 1976). De certa forma, Holland (1975a, 1975b, 1976, 1978a, 1978b) se encontrava em situação peculiar; defendia preceitos da Análise do Comportamento, mas criticava uma série de suas aplicações e posicionamentos, o que parecia ter um impacto imediato nessa comunidade científica visto que, em 1978, seu texto *Behaviorismo: Parte do Problema ou da Solução?* rendeu uma nota do editor que antecede o texto:

Esse manuscrito de Holland é claramente um controverso. Ainda assim, o manuscrito levanta assuntos interessantes que merecem atenção. De acordo com a Política do JABA para artigos de discussão o manuscrito é, em grande parte, não editado, assim como os comentários dos revisores. Cada manuscrito ou crítica representa a opinião do autor e não deve ser interpretado como representante da política do JABA ou da opinião dos editores ou do conselho editorial (Holland, 1978, p. 163).

A nota do editor busca, além de afastar o periódico de uma possível complicação com a opinião pública, ressaltar que as questões levantadas por Holland (1978) são de interesse da comunidade científica. De início, o impacto das propostas do autor parece produzir reflexão na comunidade, mas em certo ponto propicia uma crítica sobre a severidade com que Holland (1978) descreve as críticas ao uso do conhecimento produzido na área. Artigos de comentário sobre o texto exemplificam esse impacto. A seguir são expostos trechos dos três comentários que o artigo de Holland (1978), em questão, recebeu. São eles sucessivamente: Azrin (1978); Birnbrauer (1978) e Goldiamond (1978):

Nós reconhecemos que nossas soluções deixam algumas iniquidades intactas e que as soluções podem ter alguns elementos coercitivos. (...) Eu agradeço¹⁸ o interessado reexame dessas questões. Eu agradeceria ainda mais um exame de quanto progresso as terapias da aprendizagem [modificação de comportamento] tem feito em reduzir problemas (Azrin, 1978, p. 175).

Eu concordo essencialmente com a análise de Holland e estou contente de ver esse artigo no JABA. Na quantidade de espaço que o JABA atribuiu eu irei delinear, porque penso que possamos concluir uma nota mais otimista do que o artigo que Holland traz (Birnbrauer, 1978, p. 176).

A análise de Jim Holland é útil em trazer a possibilidade de atenção àqueles praticantes que não tem sido atentos à questão [o uso do conhecimento produzido pela Análise do Comportamento a favor das elites econômicas]. É um infortúnio que ele seja trazido em um contexto que, por vezes, deprecia as contribuições comportamentais quando as ocasiões-resultados são coerentes– ou incoerentes – de certas formas. Parece que antes de alguém acusar um campo de ser parte do problema, esse alguém deveria coletar evidências para indicar quão prevalente e sério ele [o problema] é (Goldiamond, 1975) [referência do autor] (Goldiamond, 1978).

Ao comentar o artigo, Azrin (1978) pondera: “A mensagem de Holland é pesada, daquelas que podemos sentir não merecer, mas ele é cuidadoso em não nos culpar” (p. 177)

As críticas dos trechos acima denotam a posição em que se encontrava Holland (1978), produzindo conhecimento socialmente engajado, reconhecidamente relevante por seus pares, contudo incômodo à comunidade científica. Em um cenário turbulento, sem apoio

¹⁸No original, o autor usa o termo *welcome*, que implica em receber a argumentação com agradecimento. Está “grato” pelos temas terem sido levantados (cf. Azrin, 1978).

maciço de movimentos sociais que olhavam com desconfiança para as ciências do comportamento e assumindo postura crítica diante da comunidade, Holland recebe críticas que vão da excessiva severidade (Birnbrauer, 1978; Goldiamond, 1978) ao termo “romântico”, e sofre consequências coercitivas das opções que escolheu (Fernandes, 2015). Em resposta à entrevista realizada por e-mail, em 2015, o próprio autor afirma:

Continuo lisonjeado com toda a atenção que meu trabalho de muitas décadas atrás vem recebendo recentemente. Eu não estou certo de que as principais consequências de meu ativismo serão particularmente interessantes, mas estou certo de que foram ao menos três efeitos principais: 1) minha análise comportamental aplicada a situações políticas me rendeu marginalização pelo departamento de minha universidade e uma redução em ganhos por tempo de vida (meu salário foi congelado em certo momento por conta de minhas atividades anti-guerra). Muitas vezes foi uma busca solitária; 2) um revolucionário, em alguns contextos, é uma figura romântica. Eu acredito que minha esposa, Pamela, inicialmente se sentiu atraída por mim por causa de minha visibilidade como ativista. Como tivemos o melhor do casamento por 40 anos, penso que essa consequência foi poderosamente positiva; 3) acredito que, mesmo que minha carreira tenha minguado (estou bastante velho e não mais conectado com o campo como costumava estar), não obstante muito na minha universidade e em minha comunidade da análise do comportamento respeitam minha contribuição aos valores consistentes que demonstrei. Ao todo, as consequências do meu ativismo (e o uso da análise do comportamento para dar sentido a ele) fizeram uma grande vida. (Fernandes, 2015)¹⁹

Descreve o autor que esteve isolado em seu departamento à época de suas publicações, sofrendo inclusive cortes financeiros. Contudo, assumindo que passados os anos, do ponto de vista pessoal, suas escolhas e produção o satisfizeram. Observa-se o caráter pioneiro da produção de Holland (1972, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980) e, como devido ao contexto histórico que o cercava, teve dificuldades de reconhecimento de suas propostas perante a comunidade científica a que pertencia e aos grupos sociais em larga escala. Contudo, a importância de suas contribuições parece ter perdurado por meio da lembrança e trabalho de alguns analistas do comportamento, assim como também parecem estar sendo melhor compreendidas hoje em dia dentro da comunidade. No Brasil, seu impacto

¹⁹Disponível em: <http://www.comportese.com/2015/06/breve-conversa-com-james-holland>. Acesso em: 17 jul. 2017.

ainda parece estar iniciando. De acordo com Santos, Garbelotti e Lopes (2016):

Evidentemente, a baixa frequência com que Holland é citado nas revistas nacionais especializadas em análise do comportamento não quer dizer que os analistas do comportamento não têm se interessado ou debatido questões políticas. No entanto, parece que, em relação à base de dados analisada, as discussões políticas de Holland não tiveram repercussão expressiva. No entanto, ainda seria possível argumentar que, embora Holland não seja explicitamente citado, suas ideias estão irremediavelmente incorporadas nas discussões políticas da análise do comportamento (Santos, Garbelotti e Lopes, 2016, p. 67).

Santos, Garbelotti e Lopes (2016) realizaram extensa pesquisa bibliográfica em revistas ativas de Análise do Comportamento no país. Coletaram textos do período de 1999 a 2014 e constataram que, de fato, Holland é pouco citado nacionalmente no período. É preciso considerar que, apesar dos autores coletarem artigos em revistas relevantes para a Análise do Comportamento no país, nenhuma delas se assume voltada diretamente ao estudo da política. As duas primeiras: *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (RBTCC) e *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* (REBAC) se localizam em um escopo generalista, e a terceira: *Perspectivas em Análise do Comportamento* (PAC), na qual a maior quantidade de artigos que citavam Holland foi encontrada, apesar de em seu escopo fazer referências mais específicas a termos como filosofia e história, também não discriminam o termo política²⁰. Contudo, como visto no trecho acima, as propostas de Holland envolvem as

²⁰Seguem, em citação direta dos sites oficiais das revistas, os escopos apresentados pelas três revistas que serviram de fonte para a pesquisa de Santos, Garbelotti e Lopes (2016):

“A Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva é publicação quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC). Publicar artigos com abordagem comportamental, principalmente, mas não somente baseados na Análise do Comportamento. São aceitos artigos com conteúdo experimental, conceitual e aplicado em quaisquer áreas do conhecimento ou da atividade humana” (ISSN 1517-5545). Disponível em: <http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em: 20 jan. 2018.

discussões políticas da área. Uma segunda consideração a ser feita é que o período de produção de Holland data de pelo menos 20 anos antes do levantado na pesquisa. O impacto de Holland na época, sobretudo ao público geral no Brasil, pode ter sido comprometido pelas dificuldades que a própria área enfrentou no contexto nacional. De acordo com Todorov (2003), um dos livros mais marcantes do ponto de vista de análise da sociedade de Skinner (1971) teve seu título completamente alterado do significado original. De originalmente *Beyond Freedom and Dignity* (Skinner, 1971), que seria melhor traduzido como Para Além da Liberdade e da Dignidade, chegou ao Brasil em 1973 sob o título *O Mito da Liberdade*. Sugerindo um teor antidemocrático, afastou intelectuais de outras áreas e possivelmente confundiu o público em geral acerca das proposições da teoria (Todorov, 2003).

Ainda que tenha encontrado um cenário desfavorável em seu período de publicação, destacadamente voltada às questões do comportamento e o fenômeno político, mesmo no Brasil os esforços de produção de Holland (1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980) nos estudos e discussões políticas parecem ter sido importantes para uma parte da Análise do Comportamento. Visto que é a essa produção que a comunidade recorre quando o Brasil passa por intensas crises políticas, como já destacamos, em 2016 a própria revista RBTCC, de escopo generalista na área de estudo, dedica uma edição inteira para discutir sua contribuição. Ressaltando que mesmo seus pares, por vezes o criticando à época de suas publicações, não deixaram de reconhecer a relevância de seus questionamentos e proposições (Azrin, 1978; Birnbrauer, 1978; Goldiamond, 1978 e Holland, 1978); e tendo em vista a originalidade de sua produção, se torna relevante para uma pesquisa que se proponha a estabelecer uma possibilidade de interface entre a Psicologia Política e as contribuições da Análise do Comportamento, a análise das possibilidades de contribuição da proposta que Holland (1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980) realizou.

“A Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC) é uma publicação semestral que visa divulgar a Análise do Comportamento no Brasil e no exterior, publicando trabalhos originais em português ou inglês nas categorias artigo teórico, análise conceitual, relato de pesquisa pleno e breve. A revista publica, ainda, artigos que contribuem para a preservação da história da Análise do Comportamento e também, tradução de artigos clássicos” (ISSN 1807-8338). Disponível em: <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em: 20 jan. 2018

“Perspectivas em Análise do Comportamento (PAC) é uma revista semestral online, editada e financiada pelo Paradigma - Centro de Ciências do Comportamento. Seu objetivo é publicar artigos originais, relacionados ao behaviorismo radical e à análise do comportamento, com destaque para análises sobre o desenvolvimento histórico, filosófico, conceitual, metodológico e tecnológico da área” (ISSN 2177-3548). Disponível em: <https://www.revistaperspectivas.org/sobre>. Acesso em: 20 jan. 2018.

3.2- Holland e a politização da Análise do Comportamento

O autor argumenta sua preocupação com as críticas endereçadas à Análise do Comportamento na década de 1970, sobretudo as que partiam dos movimentos sociais (Holland, 1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978b). Ele atribui parte das críticas à má compreensão, ou desconhecimento, da teoria, mas também alerta para práticas realizadas sob a alcunha de modificação do comportamento²¹ que precisariam ser combatidas pela comunidade de pesquisadores do Behaviorismo Radical (Holland, 1975b, 1976, 1978). Para além de esclarecer equívocos conceituais ou difundir a teoria, o esforço que o autor propõe à comunidade é o de impedir o mau uso dos avanços e conceitos dessa produção de conhecimento, bem como a defesa de uma atuação politicamente engajada e compromissada com as mudanças necessárias, visando uma sociedade mais igualitária. É partindo dessas defesas e contribuições para a politização da comunidade de Analistas do Comportamento que podemos observar seus esforços em apresentar e possibilitar uma forma de produção de conhecimento do Behaviorismo Radical que seja capaz de dar conta de fenômenos políticos, esclarecendo os equívocos em torno da teoria e contribuindo para as transformações sociais imprescindíveis para o autor na busca de uma sociedade menos estratificada. Abaixo, segue um trecho que explicita a preocupação de Holland (1978) com as críticas voltadas ao Behaviorismo:

‘O Behaviorismo é parte do problema ou da solução?’ [Aspas do texto original]
Existem muitas pessoas prontas para responder essa pergunta; muitos que se opõem ao que eles veem como um sistema político opressivo e que veem o controle estratificado pelos líderes de corporação. Para essas pessoas, o Behaviorismo é visto geralmente como o problema, e o behaviorista como um instrumento da manipulação e exploração deles. Mas o ataque se origina de uma visão muito limitada do Behaviorismo. Eu irei sugerir para vocês que a Análise do Comportamento proporciona os meios de analisar as estruturas, o sistema, as formas de controle social contra os quais esses mesmos críticos estão se rebelando. Eu vou sugerir que a visão de humanidade mantida pelo reformador social é sustentada, e não refutada, pela Análise do Comportamento

²¹ O termo modificação do comportamento se referia na época às aplicações dos conceitos do Behaviorismo nos diversos campos de atuação (Holland, 1976). Valendo ressaltar que as técnicas não eram aplicadas somente por psicólogos, como resalta Holland (1976, 1978b) e também não eram técnicas desenvolvidas apenas pelos Behavioristas Radicais.

(Holland, 1978, p. 163).

É possível observar no trecho acima que o autor usa dois termos distintos, um para a pergunta que pretende responder, e outro quando responde sobre a possibilidade da contribuição com a solução dos problemas sociais que estavam sendo enfrentados e que motivavam a pergunta. Quando realiza a pergunta que inicia o parágrafo, o autor utiliza o termo “Behaviorismo”²², movimento filosófico do qual o Behaviorismo Radical faz parte. Contudo, ao responder e afirmar sua posição sobre se o Behaviorismo é parte do problema ou da solução, ele muda o termo e usa por duas vezes: “Análise do Comportamento”, como aquela que pode contribuir para os princípios que buscam mudar sistemas opressivos e apoiar aqueles engajados nas reformas necessárias. A mudança de termo não parece despropositada, visto que ele se refere à possibilidade dos críticos terem uma visão limitada, ou seja, não integral do movimento behaviorista. O uso do termo Análise do Comportamento também parece ser proposital, pois logo em seguida o autor afirma que alguns profissionais da área eram contratados para atividades que favoreciam aqueles que estavam no poder. Mas ele adverte que, se os princípios científicos da comunidade fossem levados com rigor às aplicações, o uso dessa ciência para a manutenção e promoção das desigualdades não ocorreria. De acordo com Holland (1978b): “*Behavior-ismo*, permanece pronto para ser parte da solução; o *behavior-ista* aplicado tem sido muito frequentemente parte do problema” (p. 163).

A característica de não negar que existiam práticas preocupantes nas ciências do comportamento, mas de defender a fidelidade aos princípios do Behaviorismo Radical é a marca do pensamento de Holland (1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978b). Como autor engajado, buscava não só defender seus princípios, mas também avançar a prática científica, abandonando e combatendo intervenções que favoreciam a opressão e a manutenção de desigualdades sociais. No texto de 1975a, Holland explicita com maior clareza sua compreensão de que ocorriam divergências entre setores da sociedade que buscam mudanças sociais e a produção da Análise do Comportamento, que se originavam em pressupostos sobre o comportamento humano que precisariam ser superados por meio de maior difusão e esclarecimento de aspectos da teoria e diálogo. Contudo, também faziam parte do cenário de resistência à produção da área certos usos da ciência do comportamento

²²É possível que Holland (1978) tenha usado no trecho o termo *behaviorismo* se referindo ao *Behaviorismo Radical*. Visto que apenas em 1974 Skinner (1974) publica o livro: *Sobre o Behaviorismo* e, apesar de anteriormente serem estabelecidas diferenças, propõe uma explicação dessas para o público geral.

que fomentavam, e eram bases plausíveis para as críticas da época.

No texto de 1974 *Os Princípios Comportamentais Servem para os Revolucionários?* Holland (1974/2016), defende a importância do debate e avanço nas discussões das possibilidades, e prováveis consequências, do uso das técnicas da Análise do Comportamento na sociedade. O autor observa um impasse entre pesquisadores da área e seus críticos, discorrendo sobre o perigo dos setores não dialogarem sobre essas divergências e acabarem por não discutir o papel e os usos das técnicas comportamentais. O motivo de apreensão do autor se dá à medida que as técnicas do comportamento de fato produzem resultados; e que o planejamento da cultura é defendido como uma alternativa – defendida pela comunidade Behaviorista Radical – ao risco de assuntos humanos estarem se desdobrando acidentalmente; ou das técnicas desenvolvidas nessa área serem utilizadas inadvertidamente, a favor apenas das elites que podem financiá-las (Holland, 1974/2016).

(...) Creio que por detrás de suas preocupações existem problemas que justificam todo o temor que elas [as críticas] manifestam. No entanto, é uma pena, e até mesmo um perigo, que apresentem o problema de maneira incorreta. Defendem a questão do livre-arbítrio e opõem-se à proposição de que todo comportamento obedece a certas leis fundamentais que permitem manipulá-lo. Ou, pelo menos, argumentam que se o comportamento não sofresse interferência por parte dos manipuladores, existiria uma liberdade pessoal básica. Por outro lado, contra-atacamos com nossa evidência da regularidade [*lawfulness*] do comportamento e com nosso sucesso na clínica, na escola e na reabilitação de detentos; dada essa regularidade, defendemos o planejamento deliberado no controle dos assuntos humanos em vez de deixá-los à mercê de contingências acidentais.

As duas partes deste diálogo – os autores da literatura da liberdade e da dignidade de um lado e os planejadores dos sistemas de modificação do comportamento de outro – devem definir cuidadosamente as questões em debate. No planejamento da cultura e no manejo do comportamento na sociedade atual, quais são as possibilidades e as probabilidades do uso final de nosso trabalho?

(...) Vou sugerir que: (1) existe uma base real e decisiva para a resistência dos críticos que se opõem aos analistas do comportamento no que diz respeito ao planejamento de sistemas de controle social. O perigo é ainda maior porque as técnicas de modificação do comportamento funcionam, a despeito das afirmações dos críticos, de que elas não funcionam ou de que funcionam somente para finalidades limitadas.

(2) Em uma sociedade radicalmente diferente, não apenas há um grande papel reservado ao planejamento da mudança deliberada do comportamento, mas de fato a transição bem-sucedida da sociedade atual para uma sociedade revolucionária exige o planejamento de tal mudança. (3) A forma que a modificação do comportamento assume nas sociedades revolucionárias, enquanto refletir as mesmas leis subjacentes do comportamento, será muito diferente no que diz respeito à natureza dos reforçadores e no modo como as contingências serão estabelecidas e avaliadas (Holland, 1974/2016 p. 104-105.)

Podemos compreender, a partir do trecho acima, que Holland (1974/2016) identifica a concepção de determinação do comportamento e seu impacto para visão de Ser Humano – observado no trecho de Holland (1974/2016) como “*a questão do livre arbítrio*” (p. 104) – como um ponto importante de divergência entre os críticos, que ele denomina como *autores da literatura da liberdade e da dignidade*²³, e a produção da Análise do Comportamento. Contudo, no início do trecho, o autor deixa claro que acredita existirem bases reais para as críticas, porém não de ordem filosófica, visto que se refere a “problemas”, e que em seguida afirma ser um risco apresentar esses “problemas” relacionando-os aos pressupostos filosóficos frente aos dados observados e produzidos pela Análise do Comportamento. De fato, como já apresentado anteriormente (Audi, 1976 e Theophanous, 1975), havia críticos que se equivocavam quanto à concepção de Ser Humano do Behaviorismo Radical, e Holland (1974/2016, 1975b, 1977, 1978b) reconhecia e procurava esclarecer esses comentadores. Nessa tese também já foi apresentada a posição Behaviorista Radical nesse mérito, visando esclarecer essas questões (ver subitem **2.1.1- O Behaviorismo Radical e sua visão de Ser Humano**) para além do já apresentado; no próximo subitem (**3.3 Holland e a defesa de princípios filosóficos do Behaviorismo Radical para uma transformação do *status quo***) será melhor descrita a defesa de Holland da visão de Ser Humano do Behaviorismo Radical. Apresentando a forma como ele buscava apresentar a posição do Behaviorista Radical de maneira mais compreensível e favorável às interfaces, sempre defendendo a importância da visão de Ser Humano e seus impactos para uma produção voltada aos fenômenos políticos. Nesse momento, o mais importante é ressaltar que Holland (1974/2016, 1975a) considera de extrema relevância o diálogo da área com os críticos e a busca por respostas às questões que fariam o analista do comportamento se enveredar pelos fenômenos sociais e políticos, e que o autor reconhecia existirem pelo menos duas origens de divergências entre críticos e a

²³O autor se vale do termo a partir de Skinner, 1971; talvez não seja o melhor termo.

comunidade da Análise do Comportamento. Holland (1975a) esclarece melhor sua concepção de que as críticas destinadas à Análise do Comportamento eram oriundas de questões diferentes.

Alguns críticos argumentam contra o pressuposto determinista do Behaviorismo e sustentam que o comportamento dos Seres Humanos não é controlado. (...) Mas a maioria das objeções levantadas pelos ‘autores da liberdade e da dignidade’ são de outro tipo – objeções que estão completamente dentro do arcabouço teórico da visão de Ser Humano do Behaviorismo (Holland, 1975a, p. 82).

Holland (1975a) lista quatro categorias de críticas comuns daquele momento histórico, que eram direcionadas à Análise do Comportamento e que, para ele, precisavam ser discutidas, pois se relacionavam com aspectos considerados dentro do escopo da área. Ou seja, poderiam ser respondidas satisfatoriamente e não eram necessariamente oriundas de má compreensão dos conceitos da área. Seguindo a ordenação de Holland (1975a): (1) A primeira categoria que o autor identifica é a de que geralmente se atribuía ao uso das teorias comportamentais a possibilidade de violação e desrespeito aos direitos humanos; (2) A segunda categoria de críticas ele descreve como sendo críticas ao controle do comportamento como forma de exploração ressaltando que, em geral, o público se perguntava “quem controlaria os controladores?” (Holland, 1975a, p. 82); (3) A terceira categoria dizia respeito à preocupação do público em geral de que o controle comportamental poderia ter como efeito a limitação da individualidade. O controle levaria à limitação de comportamentos e ideias individuais que fossem temidas ou dissonantes dos controladores. Além disso, como a sociedade precisaria de diferentes habilidades para resolver problemas, poderia ocorrer uma predeterminação da estratificação dos membros em grupos de atividades específicas. (4) A quarta é de críticas ao limite da Análise do Comportamento. Segundo Holland (1975a), uma parcela dos críticos, apesar de concordar que as técnicas de controle do comportamento eram efetivas, defendiam que elas não seriam capazes de promover mudanças de âmbito social. Para Holland (1975a), essas críticas eram mais do que más leituras das obras da Análise do Comportamento; por vezes denunciavam práticas de controle comportamental em vigência no período e, por isso, era necessário o devido tratamento e esclarecimento da comunidade de Analistas do Comportamento: “Essas não são questões abstratas, e suas considerações não são exercícios em futurologia. Hoje já existem pequenas sociedades em instituições totais e em outros lugares que operam com contingências planejadas por Behavioristas” (Holland, 1975a, p. 83).

Ao buscar responder aos críticos, Holland (1975a, 1975b, 1976, 1977 e 1978b) avaliou que as intervenções que sofriam críticas não eram todas necessariamente conduzidas por meio de técnicas da Análise do Comportamento; algumas se valiam dessas técnicas, mas não eram manejadas por profissionais da Análise do Comportamento (cf. Holland 1974/2016); e outras, de fato, eram conduzidas por meio das técnicas e manejadas por profissionais da área, contudo não implicavam em concordância com os demais analistas do comportamento e, de acordo com Holland (1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978b), não eram coerentes com princípios filosóficos e conceitos da Análise do Comportamento, que se estivessem tendo a devida observância não seriam usados daquela forma. Com isso, Holland (1975a, 1975b, 1976, 1977 e 1978b) assume que existiam casos em que o uso das técnicas por alguns psicólogos – e mesmo por outros profissionais –, alimentava e servia de base para as preocupações dos críticos, e que o combate a esses usos passava por uma compreensão e o engajamento do psicólogo, analista do comportamento em questões políticas e sociais.

É natural que um psicólogo tradicional, treinado em laboratório, sinta-se desconfortável ao visitar, mesmo que brevemente, a Ciência Política mas, no final das contas, o uso potencial das técnicas de modificação do comportamento para o planejamento cultural faz com que essa visita seja inevitável (Holland, 1974/2016 p. 105).

De acordo com Holland (1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977 e 1978b), algumas intervenções em instituições totais como, por exemplo, presídios e clínicas de internação para tratamento de alcoolismo, corroboravam a ideia de que intervenções comportamentais violavam direitos humanos e serviam aos interesses de uma elite. Ao tratar das duas primeiras categorias de críticas, inicialmente ele identifica que parte das pesquisas em presídios – tanto as que consideravam que se valiam de técnicas comportamentais quanto outras (cf. Holland, 1975a, 1978b) eram realizadas sem o consentimento dos prisioneiros participantes ou, quando esses aceitavam, faziam mediante a diminuição da pena. Holland (1975a) também aponta que os métodos de registro para a mensuração e a produção de conhecimento das intervenções também invadiam a privacidade dos participantes. Tendo em consideração que muitos deles não consentiam a intervenção ou se submetiam a ela mediante a diminuição do encarceramento, o autor (cf. Holland, 1975a) avalia que, de fato, violavam direitos humanos. O autor critica intervenções que se valem de reforços arbitrários, ou seja, reforçamento que não é produzido natural e diretamente pela ação do organismo, mas é disponibilizado por um

terceiro, arbitrariamente²⁴.

Tendo em perspectiva que havia aplicações da Análise do Comportamento que suscitavam críticas e que essas, em geral, não se atentavam e se mostravam incoerentes com os pressupostos do Behaviorismo Radical, Holland (1974/2016, 1976) ataca o que acredita ser uma das contingências que possibilitavam esses maus usos, que era o discurso de neutralidade científica da época. Holland (1974/2016, 1976) afirma ser inevitável que uma ciência como a Análise do Comportamento precise se voltar às questões políticas, principalmente, pois suas produções possibilitam intervenção e influência no comportamento de grupos da sociedade. O autor critica a defesa da “neutralidade científica” que parte dos autores adotava na época e era vista como incoerente por ele, quando observamos sua proposta filosófica e os conceitos sobre o comportamento desenvolvidos na Análise do Comportamento. A seguir, serão melhor discutidas essas posições filosóficas do autor.

3.3- Holland e a defesa de princípios filosóficos do Behaviorismo Radical para uma transformação do *status quo*

Ao defender a necessidade “inevitável” (Holland, 1974/2016, p. 105) do analista do comportamento se voltar aos fenômenos políticos, ele identifica uma postura filosófica ainda sustentada na época – ou não discutida em algumas aplicações científicas – que considera incoerente com os pressupostos e conceitos do Behaviorismo Radical por ele defendido, e como propostos por Skinner. Holland (1978b) explicita que comportamentos humanos também são mantidos por contingências de reforçamento na interação entre organismos e ambientes e, portanto, o comportamento do cientista não pode ser caracterizado como diferente. Produzir conhecimento não é um comportamento considerado alheio aos processos descritos pela Análise do Comportamento, e assim também está em relação com os ambientes, não podendo ser neutro.

Para Holland (1976, 1977, 1978b), a postura de neutralidade científica era incoerente com os pressupostos filosóficos do Behaviorismo Radical e com os conceitos que confirmavam as relações que as ações humanas possuem com os ambientes que elas modificam e onde são selecionadas. Ao longo de seus textos (cf. Holland, 1976, 1977, 1978b)

²⁴Um exemplo de reforçamento natural é quando o comportamento de uma criança arrumar o próprio quarto se mantém a partir das consequências de estar em um ambiente organizado, ter fácil acesso aos seus objetos pessoais, etc. Em contrapartida, reforçamento arbitrário pode ser observado caso essa criança apenas arrume seu quarto, pois após essa atividade recebe dinheiro dos seus pais.

o autor critica pesquisas que avalia como antidemocráticas e nas quais reconhece que os autores não discutiram, ou assumiram uma postura de neutralidade científica²⁵. Apesar de identificar e exemplificar as pesquisas que considerava estarem em desacordo com a proposta de ciência do behaviorismo radical, ainda seria necessário esclarecer o motivo que levaria autores embasados nos conceitos da área a assumirem essas posturas afirmadas por Holland (1976, 1977, 1978b) como equivocadas ou contraditórias.

Inicialmente Holland (1977) afirmava que essa concepção de ciência “neutra” não é nova, e que práticas científicas apoiadas nesses pressupostos já favoreciam elites no início do séc. XX. Não sendo essa postura da comunidade científica inaugurada e, tampouco, exclusiva de parte dos analistas do comportamento. Holland (1977) deixa isso claro citando os eventos históricos do início da Administração Científica e afirmando que os Behavioristas precisariam analisar essas práticas para compreender as consequências da estratificação e alienação do trabalho, não recorrendo no erro. “Esse processo de ‘Taylorização’ teve lugar antes da psicologia behaviorista, e certamente continua sem a liderança dos behavioristas, apesar da visão de muitos grupos ativistas que veem behavioristas como os vilões principais” (Holland, 1977, p. 312). Ressaltando que são comuns as críticas à forma de aplicação da Psicologia na Administração Científica, momento em que ainda não se contava com qualquer presença do Behaviorismo Radical (Schultz e Schultz, 2005; Ribeiro, 2009).

Em sua análise sobre cooptação e o uso dos recursos e avanços científicos para manutenção do *status quo*, Holland (1976, 1978b) também afirma que a ciência a favor da manutenção da desigualdade não é exclusividade de uma parcela de behavioristas, mas um contexto da comunidade científica que precisa ser combatido. “A comunidade científica, que coloca seus talentos a serviço do sistema a despeito de posições filosóficas e políticas pessoais, é ela mesma manipulada por sistemas de manejo de contingências” (Holland, 1976,

²⁵Para citar exemplos de pesquisas que Holland criticava nesse sentido: “COHEN, Harold L.; FILIPCZAK, James. A new learning environment: A case for learning. Authors Cooperative, 1971” (Holland, 1975a, p. 94);

Holland, 1976, analisa: Phillips, E. L., Wolf, M. M., & Bailey, J. S. Achievement Place: A token economy in a home-style rehabilitation program for juvenile offenders. Paper presented at the annual meeting of the American Psychological Association, Washington, D. C., September 1969. Posteriormente foi publicado o artigo: PHILLIPS, Elery L. ACHIEVEMENT PLACE: TOKEN REINFORCEMENT PROCEDURES IN A HOME-STYLE REHABILITATION SETTING FOR “PREDELINQUENT” BOYS. *Journal of Applied Behavior Analysis*, v. 1, n. 3, p. 213-223, 1968.;

Em Holland 1978b se destaca a crítica ao seguinte texto: “Gallant, D. M. Evaluation of compulsory treatment of the alcoholic municipal court offender. In N. K. Mello and J. H. Mendelson (Eds), *Recent advances in studies of alcoholism*. Rockville, Maryland: National Institute of Mental Health, 1970. Pp. 730-744”(Holland, 1978b, p. 174).

p. 73). Visto que o comportamento do cientista também é influenciado, ele descreve as contingências que avaliam manter as ações da comunidade científica direcionadas a uma produção que não rompa com as desigualdades, e que observava em seu contexto histórico social.

Uma vez dentro do sistema, nós temos um alto grau de segurança e podemos passar sem dor por períodos em que os jornais relatam 10% de desemprego. (...) Aprisionados em nossa segurança e benefícios – baixos juros de hipoteca, taxas reduzidas de seguro coletivo, benefícios educacionais para familiares, fundos de aposentadoria – nós levamos uma vida livre da preocupação, enquanto podemos evitar perdê-la. Tecnicamente, você irá reconhecer essa contingência como um esquema de fuga e esquiva, mas diferente dos programas de terapia aversiva, essa fuga e esquiva é da perda de reforçadores positivos (Holland, 1978b, p. 169).

Para Holland (1978b), o lugar que um acadêmico ocupa na sociedade demanda exame das formas de controle de seus comportamentos. Diferente de camadas sociais menos privilegiadas, um acadêmico no contexto por ele descrito se encontrava em uma situação em que os controles aversivos não eram usados de maneira tão aberta ou evidente como no uso da força, ou em uma internação compulsória. O autor faz menção às terapias aversivas que puniam os participantes quando na ocorrência de comportamento indesejado, como no caso de criminosos e alcoólatras da época – ver Holland (1978b). Contudo, outra forma de controle comportamental era aplicada à comunidade científica, segundo o autor. Aos acadêmicos eram oferecidos privilégios se conseguissem atingir um determinado cargo, o que mantinha suas produções e conforto. Assim, conquanto não fizessem nada para perder esses privilégios, tinham uma vida considerada tranquila pelo autor. Vale lembrar que, mediante suas propostas de pesquisa, o próprio Holland sofreu perdas desses privilégios (Fernandes, 2015).

Considerando que, assim como o resto da comunidade científica, behavioristas também não eram imunes às contingências de reforçamento que estavam em vigor na década de 1970, podemos complementar o argumento do autor a respeito das contingências que favoreciam a não observação dos analistas do comportamento de seus próprios pressupostos filosóficos e conceitos. Essa não observação, que para Holland (1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977 e 1978b) propiciava bases reais para algumas das críticas sofridas pela área, visto que, apesar de não majoritárias, de fato ocorriam práticas pouco refletidas e promoção de intervenções que reproduziam o sistema mantenedor e produtor de desigualdades sociais. Especificamente sobre a aplicação dos conceitos comportamentais, Holland (1974/2016)

define pelo menos três pontos que levariam a essa incoerência: o primeiro é que realmente os conceitos e técnicas comportamentais podem intervir no comportamento de grupos e pessoas na sociedade, e que uma vez implantadas ou compreendidas podem ser administradas por pessoas que não são da área e não possuem os mesmos compromissos sociais. O segundo se pauta na dependência da ciência de financiamento e recursos para desenvolver os estudos. Nesse aspecto, a Análise do Comportamento não é diferente, o que aumenta o risco de uma produção voltada aos interesses apenas de quem as financia; e, por fim, o autor denuncia uma especificidade na relação do profissional que aplica as técnicas e seus clientes, pois muitas vezes a pessoa que custeia o trabalho não é a que vai passar pelas técnicas e intervenções (Holland, 1974/2016, 1976). A posição pode ser mais claramente observada em:

O trabalho do psicólogo, assim como o de qualquer cientista, é desafiado por um sistema de manejo de contingências a serviço dos objetivos da nossa presente organização política e sociedade orientada por corporações. Nossa ciência não é neutra; ela é usada para os fins egoístas da nossa sociedade; manipulação egoísta não é intrínseca à ciência do comportamento (...). Mas manipulação egoísta é intrínseca ao presente sistema político social no qual os cientistas se encontram. Portanto, o uso da crescente tecnologia de manejo de contingências está provavelmente para os interesses de poucos em detrimento de muitos. (...) O psicólogo behaviorista está preparando procedimentos que fatos passados e presentes indicam serão utilizados por aqueles em posição de poder para seus fins em vez dos objetivos daqueles indivíduos cujo comportamento está sendo manipulado. Em um esforço a cortar esse uso, os psicólogos devem fazer pesquisas que irão permitir o contracontrole pelos indivíduos ou grupos sem recursos (Holland, 1976, p. 76-77).

Nós temos um alto grau de prestígio e podemos facilmente acreditar que nós o merecemos devido a nossa inteligência superior, mérito, motivação e aos direitos de passagem adquiridos com sofrimento durante as provas de graduação, provas orais e defesas. É tentador até para o behaviorista ignorar sua ciência e aceitar causas internas elogiando as vítimas (Holland, 1978b, p. 169)

Parece relevante o termo vítima, do qual Holland (1978b) se vale. Podemos defender que, para ele, além de proporcionar uma prática pouco reflexiva sobre os impactos do conhecimento científico na sociedade, as contingências que mantinham pesquisadores não coerentes com a concepção de que a ciência não pode ser considerada “neutra” também possibilitava que outros pressupostos filosóficos fossem negligenciados ou que as análises

não se ativessem aos mesmos. Como o autor descreve, e por isso se vale do termo vítima, era tentador para alguns ignorar pressupostos filosóficos do Behaviorismo por ele defendido, pois a lógica da produção de conhecimento estabelecida na época sinalizava perda de reforçadores para aqueles que a combatessem. Para Holland (1978b) havia pesquisas que por vezes desconsideravam pressupostos centrais no sistema explicativo, como a própria visão de Ser Humano.

A visão de Ser Humano que a teoria propõe é o principal princípio filosófico que Holland (1974/2016, 1975a, 1975b, 1978b) vai defender como contribuição do Behaviorismo Radical para as transformações sociais que diminuiriam a desigualdade e a opressão na sociedade. O autor compara a visão tradicional de Ser Humano na cultura ocidental com a proposta pela Análise do Comportamento (Holland, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1978b). Nessas comparações, em geral, ele defende que a visão tradicional é fonte de contradições e controles aversivos operados por uma parcela da população como forma de dominação e manutenção de privilégio econômico sobre a outra parcela (Holland, 1978b). Além disso, argumenta que a visão proposta pela Análise do Comportamento é uma alternativa que poderia contribuir para a mudança do *status quo*, e seu estudo pode ajudar a revelar as contradições da visão ocidental tradicional de Ser Humano (Holland, 1975a, 1975b, 1978b).

Contingências humanas são amplamente programadas em suas instituições sociais, e são esses sistemas de contingência que determinam seu comportamento, não causas e características internas. Se o povo de uma sociedade é infeliz, se ele é pobre, se ele é privado, então são as contingências incluídas nas instituições, nos sistemas econômicos e no governo que precisam mudar [O autor repete essa mesma última frase em seu artigo de 1978b–p. 170] (Holland, 1975b, p. 3).

Holland (1975a, 1975b, 1978a, 1978b) argumenta que, para a elite de uma sociedade estratificada, é reforçador sustentar uma concepção de Ser Humano na qual as causas do comportamento estejam dentro do indivíduo. Isso, pois se as causas partindo do próprio indivíduo não tiverem relações com seu ambiente ou se, ainda que perceba seu ambiente, as causas sejam primordialmente advindas de seu mundo interno, sem influência do mundo em que está inserido, será o indivíduo o maior – e provavelmente único responsável – por sua fortuna ou tragédia. Como anteriormente apresentado, a visão de Ser Humano do Behaviorismo Radical não atribui as causas do comportamento humano a um mundo interno separado do ambiente e não influenciado por ele, mas sim as relações entre ambiente e organismo.

O mito das causas internas é fomentado devido ao reforçamento provido à elite e devido ao papel do mito na manutenção do sistema vigente. Aqueles no alto da hierarquia de poder são ditos terem ascendido por meio de ótimo mérito pessoal. O rico foi livre para usar seus recursos internos, sua vontade, sua determinação, sua motivação, sua inteligência para alcançar seu alto nível. Causas internas servem como justificção para aqueles que lucram da desigualdade.

Um conjunto especial de causas internas é reservado para os pobres. Eles são ditos serem preguiçosos, sem ambição ou não talentosos. Aqueles que extraem o máximo do sistema social podem achar punitivo verem sua própria boa sorte como resultado de um sistema que explora aqueles abaixo e cria pobreza e infelicidade (Holland, 1978b, p. 170).

Fica clara a relação que o autor estabelece entre justificção da desigualdade e manutenção social de uma visão de Ser Humano, que atribui causas de comportamento ao mundo interno de uma pessoa e desconsidera as relações históricas de reforçamento que os Seres Humanos vivenciam em seu ambiente. Essa prática é defendida na cultura, pois além de mascarar as contingências de controle do comportamento que geram desigualdades na sociedade desculpabiliza as pessoas que se beneficiam da estratificação e desventura das outras. As contingências de culpabilização da vítima e manutenção do mito da causa interna observadas em Holland (1975a, 1975b, 1978a, 1978b) descrevem uma condição em que aqueles que ocupam as altas camadas no sistema concentram maior número de reforçadores, e são constantemente pareados por meio de concepções, como o mito da causa interna, a uma imagem ideologicamente construída de ser humano melhor.

Holland (1975b, 1978b) defende que a visão de Ser Humano do Behaviorismo, como proposto por Skinner, propicia uma ciência que pode ser parte da solução, pois rompe com a concepção tradicional e com o mito das causas internas, e pode levar não só à crítica dessa forma de opressão como promover elucidação de contradições e formas de controle do comportamento que favorecem ou mantêm a desigualdade social. Corretamente orientada, uma pesquisa da Análise do Comportamento se ocuparia dos sistemas de contingências e suas relações com os indivíduos, e não se voltaria a uma pesquisa estrita das características das pessoas sem dar conta da análise das interações com as contingências que as influenciam, descrevendo as formas de controle presentes em seus ambientes sociais. Assim, sendo coerente com seus pressupostos filosóficos, a produção de conhecimento sobre as relações e sistemas de contingências que controlam comportamentos elucidaria esses controles e poderia

fornecer importante contribuição àqueles que buscam alternativas aos sistemas que promovem desigualdade e opressão.

É preciso mudar contingências para mudar comportamento. Se igualdade social é um objetivo, então todas as formas institucionais que mantêm a estratificação devem ser substituídas por formas que garantam igualdade de poder e condição social. Se for para cessar a exploração, formas institucionais que garantam cooperação devem ser desenvolvidas. Assim, a Análise Experimental proporciona suporte racional para o reformador que se propõe a mudar sistemas. (...) Uma análise de contingências demonstra falhas inerentes em um sistema de controle estratificado que, com o tempo, devem levar à mudança do mesmo e a uma maior compreensão de como o Behaviorismo [Radical]²⁶ deveria acelerar esse processo. O Behaviorismo [Radical] será parte da solução (Holland, 1978b, p. 170-171).

O autor defende mudanças em instituições, também consideradas ambientes sociais, que controlam o comportamento humano (Holland, 1978b). Isso implica, em sua perspectiva, não só em desconstruir e combater os modelos vigentes, mas em planejar novos, uma vez que comportamentos são determinados em suas relações com ambientes, uma constatação do Behaviorismo Radical que ele considera em suas propostas. Para acabar com a exploração é preciso, além de combater sistemas opressivos, construir sistemas pautados em outras contingências, como as de colaboração.

Se a Análise Experimental proporciona bases racionais para alguém que busca transformar as formas de controle comportamental na sociedade e se uma Análise do Comportamento coerente com seus pressupostos filosóficos produz conhecimento sobre interações entre os indivíduos e os sistemas de controle comportamental, podendo elucidar falhas e propor alternativas aos sistemas. Então, os estudos da Análise do Comportamento, como propostos por Holland (1975a, 1975b, 1978a, 1978b), estariam de fato implicados com os fenômenos políticos, mas com a necessidade de ter sempre em consideração os dois pressupostos: (1) de que a produção científica não é neutra e por isso o próprio pesquisador precisa também analisar as contingências que envolvem seus comportamentos; e (2) uma Análise do Comportamento não pode perder de vista que parte da concepção de que o comportamento tem origem nas histórias de relação dos organismos com seus ambientes, inclusive sociais, do contrário, além de incoerente com o sistema explicativo, estaria correndo

²⁶Acrescentou-se o termo, pois quando Holland (1978b) afirma, behaviorismo está sempre voltado ao behaviorismo que foi proposto por Skinner e que é denominado Behaviorismo Radical (Skinner 1974).

o risco de favorecer ao *status quo*, e não propiciar novas bases para a compreensão e busca das transformações sociais que nos conduziriam a uma sociedade menos desigual.

3.4- Os diálogos de Holland e a contribuição da Análise do Comportamento com o campo dos estudos políticos

Holland (1974, 1975a, 1976, 1977, 1978b, 1980), em sua produção, dialoga com diferentes autores não só da Análise do Comportamento, como forma de estabelecer uma interface em que pudesse avançar conceitos e propostas do Behaviorismo Radical para compreensão dos fenômenos sociais e políticos. Nesse item abordaremos esses diálogos que Holland (1974, 1975a, 1976, 1977, 1978b, 1980) realiza por meio de citações em seus textos. Dessa forma podemos não só compreender melhor as análises desse autor como também observar, inicialmente, com que teorias e autores a área se propõe a contribuir e pensar alternativas às suas questões.

Para uma melhor análise das interfaces, as citações foram divididas em dois subitens. No primeiro subitem trataremos dos diálogos de Holland (1974, 1975a, 1976, 1977, 1978b) que promoveram a elaboração de conceitos e definições que auxiliam os pesquisadores da Análise do Comportamento no estudo de fenômenos políticos e sociais e que indicam teorias de apoio ao desenvolvimento desse tipo de pesquisa pela área. O segundo subitem se volta às práticas que o autor defende como alternativas e que encontra em outras literaturas, assim possibilitando avanço para o Behaviorismo da época nas análises e intervenções em fenômenos sociais e políticos. Assim, partindo de discussões das dimensões políticas da área para estudos, por meio dos conceitos da área, de fenômenos políticos.

3.4.1- Diálogos teórico-conceituais

Dentre os diálogos que Holland (1974, 1975a, 1976, 1977, 1978b) realiza sobre conceitos e posições teóricas possíveis de estabelecer uma interface com a Análise do Comportamento, podemos ressaltar sua tendência a dialogar com correntes marxistas, sobretudo com autores do *marxismo chinês*²⁷. Em diversos trechos observamos suas tentativas de aproximação e, em alguns textos (Holland, 1975b e 1977), o autor referencia conceitos ou frases de Marx diretamente. Holland (1977) cita trecho de Marx e interpreta como a

²⁷ Termo utilizado pelo próprio Holland em 1975a, p. 94; e 1975b, p. 7.

concepção de Ser Humano presente na obra desse autor pode ser relacionada com a do Behaviorismo Radical (Holland, 1975a, 1975b, 1977).

Compare isso [A proposição de Skinner 1957 em *Verbal Behavior*]²⁸ com a visão de Karl Marx (1800/1961) sobre a relação dos seres humanos com o trabalho. O trabalho é visto como um produto especial dos seres humanos, e mais interessante, os próprios seres humanos são um produto especial de seus trabalhos [labor]. ‘Por assim agindo no mundo externo e o mudando, ele (ou ela) ao mesmo tempo muda a própria natureza dele (ou dela). (p.173) [os três últimos destaques originais de Holland (1977) aqui representados em parênteses estão no texto do autor em colchetes]. Ambos, Skinner e Marx, veem o comportamento como altamente adaptável – altamente maleável pelas circunstâncias – e ambos veem as pessoas como criadores de circunstâncias futuras. (...) Isto não é dizer que Skinner é um Marxista, nem Marx um Skinneriano mas, de outra forma, sugerir que alguém pode ser confortavelmente ambos Behaviorista Radical e um radical político ao olhar para uma sociedade futura ‘mais perfeita’ – do povo, pelo povo e para o povo.

O trecho tem afirmações muito importantes que nos permitem tanto observar possibilidades de interface como estabelecer esse diálogo entre as teorias, mas também observarmos as peculiaridades das interpretações de Holland (1977) sobre a teoria de ambos os autores. Inicialmente, Holland (1977) defende que a proposta interacionista de Ser Humano do Behaviorismo como descrito por Skinner está alinhada com a concepção encontrada nas ideias de Marx (1800/1975) em *O Capital*. Holland (1977) apoia seu argumento na noção de trabalho como relação com o mundo, relação em que o mundo modifica quem o Ser Humano é, mas também, e não podendo ser diferente, é modificado pelo próprio Ser Humano. Interpreta, e se vale dessa noção de trabalho para aproximar os autores por meio da concepção de que o comportamento não é estático, e descreve que essa *maleabilidade* do comportamento pode ser defendida nas obras dos dois autores. Contudo, apesar de muito breve, a análise do autor faz uma ponderação importante. Holland (1977) toma o cuidado de descrever que não é possível reduzir as ideias de um autor à obra do outro, ou vice-versa, mas defende que um

²⁸ Holland (1977) utiliza o seguinte trecho do livro *Verbal Behavior* (Skinner, 1957) para estabelecer a relação: “as pessoas agem no mundo, e o modificam, e em contrapartida são modificadas pelas consequências de suas ações. Certos processos... alteram o comportamento de forma que ele atinge um intercâmbio mais seguro e bem-sucedido com um ambiente particular. Quando um comportamento apropriado tenha se estabelecido, suas consequências trabalham por meio de processo similar para mantê-lo em vigor. Se por uma probabilidade o ambiente mude, velhas formas de comportamento desaparecem, enquanto novas consequências constroem novas (p. 1) (Holland apud Skinner, 1977, p. 311)”

pesquisador analista do comportamento não estaria equivocado se partisse de premissas como as observadas em Marx (1800/1975) para estudar fenômenos políticos e sociais. Isso é importante, pois de fato não parece ser o trabalho de uma interface reduzir conceitos complexos e ignorar problemas epistemológicos ou teóricos, pelo contrário; mas ao sinalizar aproximações de pressupostos filosóficos, o autor sinaliza uma porta de entrada ao pesquisador Behaviorista Radical para o estudo dos fenômenos políticos e sociais. E como ele mesmo faz, por vezes o que a área ainda não desenvolveu, pode encontrar em paralelos e propostas similares que estudam esses fenômenos por maior período de tempo, o que pode economizar além do próprio tempo de pesquisa, tentativas, bem como indicar boas opções de estudo para avanço da área e discussão ampla das questões políticas.

Ainda sobre a proximidade da concepção de Ser Humano do Behaviorismo Radical com a proposta das correntes marxistas, Holland (1975a, 1975b) cita o autor Munro (1973). Holland (1975a, 1975b) descreve Munro como associado ao marxismo chinês e sinaliza como essas propostas também se aproximam da visão de Ser Humano da Análise do Comportamento. Ele ressalta como visões alternativas à concepção ocidental tradicional podem contribuir para uma sociedade menos estratificada e afirma que a visão de Ser Humano do marxismo chinês apresenta um Ser Humano que é mutável, pois os eventos no mundo são fatores que o influenciam.

Um Behaviorista deve se interessar pela China (...). Eles construíram esse novo Ser Humano utilizando uma visão de natureza humana próxima da visão do Behaviorista. (...) Donald Munro (1973, p. 123) descreve, ‘os seres humanos não possuem nenhuma qualidade inata perigosa, e atributos negativos da infância não precisam persistir na vida posteriormente. Portanto, o marxismo chinês não fala sobre impulsos inatos agressivos, diferenças de inteligência imutáveis, motivações egoístas duradouras, ou o complexo de Édipo. Ao contrário, o Ser Humano é representado como a argila, sujeito em qualquer idade a se moldar em quase qualquer forma.’ (...). Esta claramente é uma descrição que direciona o Behaviorista Radical (Holland, 1975a, p. 94).

É preciso fazer a ressalva sobre o trecho que Holland (1975a) escolhe para argumentar sobre a proposta de Munro (1973). Tomada simplesmente pelas três frases que ele cita de Munro (1973), pode ocorrer um equívoco interpretativo de que se estaria propondo uma visão de Ser Humano enquanto tábula rasa, ou seja, que em seu nascimento ele estaria como uma folha em branco e, a partir dele, receberia tudo que lhe comporia como “Ser” de um mundo

externo, autônomo e que não poderia ser alterado pelo Ser Humano. Por isso é importante ressaltar que, mesmo no trecho de Munro (1973), está exposta a afirmação de que as características inatas que não estão presentes nos seres humanos são aquelas adjetivadas como perigosas, indicando que os Seres Humanos podem ter características inatas, mas que é um equívoco assumi-las como determinantes únicas e inalteráveis do comportamento humano ou assumir, *a priori*, que características inatas irremediavelmente nos conduziriam ao ruim ou ao bom. Vale ressaltar que, em trecho seguinte ao que Holland (1975a) cita, Munro (1973) explicita a vantagem que em sua concepção a visão do dito marxismo chinês pode conter: “A crença de que os seres humanos são mutáveis pode servir como um incentivo para criar as condições que podem, de fato, tornar algumas mudanças possíveis” (p. 124). Munro (1973) ainda explicita que essas mudanças podem ou não ser consideradas desejáveis.

Holland (1975a) não considera a visão de ser humano descrita por Munro (1973) igual à proposta pelo Behaviorismo Radical, mas defende que a característica da concepção de que o Ser Humano é influenciado pelo seu meio o caracteriza como mutável. Essa característica é descrita por Munro (1973) como importante para uma sociedade que busca mudanças; e parece ser a isso que Holland (1975a e 1975b) se apoia para defender a proposta do Behaviorismo Radical. Uma visão em que os Seres Humanos mudam conforme se relacionam com o mundo onde vivem é mais propícia, e não contrária a uma proposta de mudança da realidade social de uma pessoa.

Além da interface por meio da visão de Ser Humano, Holland (1975b) busca também estabelecer uma interpretação Behaviorista Radical para o conceito de Marx de alienação. Holland (1975b) relaciona os conceitos de reforçamento intrínseco e extrínseco²⁹ com os esquemas de reforçamento que observava na vida do trabalhador americano de sua época para afirmar que podemos descrever a alienação em termos comportamentais.

Nós, psicólogos, sabemos o valor do reforçamento intrínseco sobre o

²⁹ Reforçamento intrínseco e extrínseco também podem ser descritos na área como natural e arbitrário, respectivamente (Andery e Sérgio, 2007). Um reforçamento ocorre quando a resposta de um organismo altera seu ambiente e essas alterações retroagem, aumentando a probabilidade da resposta voltar a ser emitida. Consequências podem ser consideradas intrínsecas quando essas são produtos diretos, naturais e automáticos do responder, porém quando o reforçamento depende, além da emissão da resposta de uma fonte adicional como de um agente controlador humano, então estamos nos referindo ao reforçamento extrínseco – ver Andery e Sérgio, 2007. Um exemplo citado em Moreira e de Medeiros (2009) é de tocar o violão no próprio quarto. Nesse caso, seria o som que ele produz que reforçaria quem toca (intrínseco), que é diferente de alguém que toque violão e ganhe dinheiro em um bar. Nesse caso, o reforçamento depende da mediação dos seres humanos que disponibilizam o dinheiro como um reforçador para o comportamento de tocar violão.

reforçamento extrínseco; ainda assim, o trabalhador americano deve realizar tarefas segmentadas com pouco valor intrínseco e com somente o fraco contracheque como reforçamento. Isso resulta no que Marx descrevia como a alienação do trabalho na sociedade capitalista. Nos termos comportamentais, tal alienação do trabalho resulta da total confiança no reforçamento extrínseco, um problema evitado pelo sistema Marxista - Chinês por meio da avaliação coletiva do trabalho pelos trabalhadores e do planejamento coletivo das metas individuais e do grupo (Holland, 1975b, p. 9-10).

No trecho acima (Holland, 1975b), por ser dirigido à comunidade de analistas do comportamento, o autor pressupõe que a audiência já conheça as desvantagens e efeitos colaterais do uso do reforçamento extrínseco às quais se refere. Brevemente, os que parecem mais se relacionar com a afirmação de Holland (1975b) são: (a) o fato de que se uma tarefa não é intrinsecamente reforçadora ela precisará de um agente controlador para liberar reforços; e (b) sendo uma atividade mantida apenas por reforçamento extrínseco, ela provavelmente fará com que o responder fique restrito à presença do controlador, uma vez que em outra condição não há motivo para que o responder ocorra, já que diretamente não produz qualquer reforçador. Outra característica que parece estar ressaltada no trecho é que, em geral, esse reforço ocorre de maneira atrasada, ou seja, ocorre no “contracheque” do fim da semana ou mês. Sendo um reforçamento atrasado, implicaria que durante as atividades as pessoas não agissem sob o efeito desse reforçamento que sequer ocorreu, mas sob a contingência coercitiva de talvez não obtê-lo, caso não realize a tarefa. A atividade parece não possuir qualquer sentido inerente; o que a mantém são os reforçadores atrasados e condicionados, não naturais, e de imediato a presença de um controlador que pode punir, cortando até mesmo a possibilidade de ser reforçado no fim da semana. O próprio Skinner (1978, 1986) dialoga com Marx, corroborando o argumento de Holland (1975b).

Mas comportamento é mais benéficamente modelado e mantido pelas suas consequências naturais. O comportamento do trabalhador da linha de produção, que não possui qualquer consequência importante exceto um salário semanal, sofre em comparação ao comportamento do artesão, que é reforçado pelas coisas produzidas. A separação dos trabalhadores dos produtos naturais de seu trabalho era, é claro, o que Marx queria dizer por ‘Alienação’. Existe um efeito similar quando sanções punitivas são delegadas a autoridades, pois reforçadores negativos como multas ou encarceramento alienam cidadãos da censura direta de seus pares (Skinner, 1978, p. 11-12).

Para além da compreensão de que determinados usos do procedimento de reforçamento extrínseco se configuram no processo que ambos (Holland, 1975b; Skinner, 1978, 1986) descrevem como sendo a “Alienação” descrita por Marx, o fim dos trechos também revela uma similaridade de pensamento. Holland (1975b) atribui ao planejamento e avaliação coletiva das atividades uma forma de evitar o problema da alienação, ou seja, defende que o reforçamento direto entre pares pode ser uma alternativa à contingência coercitiva que decorre do uso de reforçamento extrínseco para manutenção dos comportamentos de trabalho. O final do trecho de Skinner (1978) alerta que delegar o controle coercitivo do comportamento às instituições aliena os cidadãos dos efeitos coercitivos que essas medidas produzem nas pessoas. Quando uma pessoa recebe multas ou vai à detenção não nos sentimos implicados no evento, como se não tivéssemos qualquer relação com o fato. Skinner (1978) também parece estar sinalizando favoravelmente à alternativa que Holland (1975b) oferece e descreve, como exemplo, a China de sua época, quando todos avaliam e decidem, observam e são influenciados pelos efeitos que produzem em outros, aumentando a probabilidade de reforçamento entre pares e reaproximando os membros daquele grupo das consequências que produzem naquele ambiente social. De fato, não parece resolver o problema da linha de produção, mas dá uma alternativa ao controle aversivo que se instala no contexto do trabalho a partir do reforço extrínseco.

Ainda associado a um pensamento voltado aos movimentos marxistas em que Holland (1974, 1975a, 1975b, 1977, 1978b) se apoia, observamos uma interface que é central para suas discussões. Holland defende a definição de elite do autor William Domhoff (Holland 1974; 1978b). Podemos considerar esse um conceito central para a análise dos fenômenos políticos realizada por Holland (1974; 1978b) pois, através dele, estabelece a noção e o conceito de classe dominante para a área, além de alertar os pesquisadores para a desigualdade que observava no contexto da época. De acordo com Holland (1974; 1978b), as pesquisas desse autor descrevem as relações entre as pessoas de um grupo social que concentra grande parte da renda e pode definir agendas políticas não só por meio dos cargos ocupados, mas por seu poder de financiamento de campanhas e da mídia.

O psicólogo social William G. Domhoff compilou dados impressionantes que demonstram esse ponto. Em seus livros, *Who Rules America?* e *The Higher Circles*, ele fornece definições operacionais claras dos membros da classe superior, mostrando que ela tem a sua base em corporações norte-americanas, constituindo uma classe governante que as controla por meio de uma posse desproporcional de suas ações, de

uma pesada representação nos conselhos corporativos e de diretores. Além disso, esses mesmos indivíduos estão pesadamente representados nos conselhos de fundações, universidades e principais empresas de comunicações; eles controlam o governo dos Estados Unidos, determinando quais pessoas podem ser indicadas por cada um dos grandes partidos, que obtêm os indispensáveis fundos de campanha exigidos para disputar o cargo. Ademais, os membros da classe superior também estão no controle direto dos principais departamentos e das agências mais cruciais do governo, mediante representações nos diferentes gabinetes, nos Departamentos de Estado, Comércio e Trabalho, e como membros dos círculos privados da maioria dos presidentes. (...). Uma análise das contingências de reforçamento naturais existentes no sistema constitui um exercício interessante o qual, penso eu, é muito valioso e proveitoso para os modificadores de comportamento modernos. Os sistemas de reforçamento dessa sociedade estão baseados principalmente na aquisição de lucro material pessoal e no privilégio e *status* pessoal. Os sistemas de reforçamento tendem a encorajar a competição: obter mais que os vizinhos, conseguir reconhecimento e *status* superior ao dos companheiros, ascender ao nível seguinte na hierarquia da elite. No entanto, é necessário esclarecer que a sociedade está estratificada de forma bastante rígida, mais do que comumente se acredita (Holland, 1974/2016, p. 105-106).

Além do trecho acima, Holland (1978b) cita novamente os dois textos de Domhoff, que utilizou no artigo de 1974/2016: “Domhoff, G. W. *Who Rules America?* Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall, 1967.; e Domhoff, G. W. *The Higher Circles*. New York: Random House, 1970” (Holland, 1974/2016, p. 116 e; 1978b, p. 174). Apesar de muito semelhantes, a comparação dos trechos nos possibilita observar como o autor, quatro anos depois da primeira citação, se vale de dados das pesquisas de Domhoff. O primeiro trecho (Holland, 1974/2016) parece configurar um argumento de autoridade; o autor se vale das pesquisas de Domhoff para afirmar a existência de uma elite que controla politicamente o país e, com isso, busca sinalizar e recomendar o exercício sobre um fenômeno do qual a área deveria se ocupar. O fenômeno em questão são as contingências presentes em uma sociedade que promove a competição em detrimento dos outros, e que não é tão flexível quanto à mobilidade social. Já no trecho abaixo de Holland (1978b), além dessa sinalização observamos uma mudança no texto do autor; em vez de uma recomendação de exercício, Holland (1978b) faz uma crítica direta aos pares.

Domhoff (1967) definiu operacionalmente o pertencimento a uma classe social

superior (que abrange menos da metade de 1% da população). Ao examinar os antecedentes sociais de formuladores de políticas nos negócios e no governo, ele encontrou evidências de que a classe social superior hereditária é também a classe governante. Membros da classe social superior, juntamente com alguns amigos ricos da escola e parceiros de clube, não herdeiros, que ocupam os altos cargos executivos em suas maiores corporações, governam inicialmente por meio do controle direto das maiores corporações tanto por posse (eles mantêm 75% das ações das corporações) e pela significativa representação direta de membros nos conselhos corporativos. Esses conselhos se interligam extensivamente com pessoas ocupando lugares em diversas corporações. (...) A mídia, a televisão, as revistas de grande circulação e os maiores jornais metropolitanos são quase que totalmente pertencentes aos membros da classe dominante e, portanto, influenciadas por seus desejos e dos seus principais patrocinadores, que são (preciso dizer?) as grandes corporações. O poder executivo do governo federal é, da mesma forma, controlado por esse poder da elite. O presidenciável nominado por cada partido deve, ao período da convenção, comandar fundos de campanha suficientes para assegurar sua nomeação. Eu acredito que eventos recentes deixaram claros de onde esses fundos vêm. Após a eleição, os ricos são amplamente recompensados com posições em gabinetes e cargos especiais de conselho. Muito da política pública adotada pelo poder executivo não é formada dentro do governo, mas por comissões de grupos especiais que são dominados pela classe dominante. (...) Desses elevados níveis são formulados os objetivos da nossa sociedade; as metas e valores são estipulados em conformidade com a perspectiva da classe mais alta que, deixe-me acrescentar logo, são governantes benevolentes. Mas qual o nosso reforçamento ao ir de encontro com esses objetivos planejados? Em geral, nosso quinhão na vida é bom. Nós somos muito bem pagos em relação àqueles cujos comportamentos almejamos modificar (Holland, 1978b, p. 169).

Observamos que a concepção de Holland (1974/2016; 1978b) sobre o que é uma classe dominante se mantém muito semelhante nos dois trechos, contudo, no segundo, ele passa a descrever melhor quais as relações entre pessoas que produzem essa classe dominante. Inicialmente, ele fala de herdeiros e seus amigos pessoais não herdeiros. Comenta que os cargos de conselho e diretoria são ocupados pelas mesmas pessoas em diversos momentos e afirma que, no fim, o poder do capital promove o direcionamento da mídia, bem como das políticas públicas, por meio de financiamento de veículos de comunicação e dos candidatos.

Ainda que descrevendo em maiores detalhes o argumento de Domhoff, o cerne das afirmações não é diferente do trecho de 1974/2016. Contudo, as frases que seguem a definição são. Se no primeiro trecho Holland (1974/2016) faz uma recomendação para estudo, no segundo descreve uma circunstância e a crítica; tal mudança parece configurar um novo avanço por meio da interface. Holland (1978b) sinaliza como os acadêmicos de seu contexto histórico, na sua visão, estavam sendo cooptados pelo sistema que ela havia descrito e alertado anteriormente. Para Holland (1978b), os comportamentos de concordar e promover essa forma de planejamento social são, em geral, reforçados pelos benefícios pessoais que uma pessoa que modifica comportamentos possuía em relação às outras, que eram alvos das intervenções. Holland (1978b) explicita comportamentalmente uma contingência social de cooptação dos profissionais e da ciência. Essa concepção de cooptação descrita por Holland (1978b) era importante para argumentação de que a ciência não era neutra e o autor se vale dela para analisar criticamente o que levava profissionais que estudavam o comportamento humano a ignorarem pressupostos filosóficos da Análise do Comportamento e assumirem práticas incoerentes com esses pressupostos (ver item **3.3- Holland e a defesa de princípios filosóficos do Behaviorismo Radical para uma transformação do *status quo***). Holland (1975b e 1978b) afirma que ignorar pressupostos da Análise do Comportamento, como sua própria visão de Ser Humano, é promover a culpabilização da vítima. Esse termo, como descrito no item 3.3 dessa tese, também é central nas discussões de Holland e parte de sua interface com William Ryan (1976).

Ryan (1976) afirma que o livro foi desenvolvido em um período de engajamento com movimentos sociais contra a desigualdade e que até 1970 havia certo otimismo em relação aos avanços que podiam ser observados no contexto. Inicialmente Ryan (1976) analisou o mecanismo de justificar a desigualdade, que depositava as causas nas características dos grupos oprimidos, ao observar o processo de repressão dos movimentos que lutavam por igualdade racial. Contudo, a década de 1970 produziu uma mudança no cenário, ocorrendo o que o autor diz ter sido um contra-ataque aos movimentos de direitos civis (Ryan, 1976). Movimentos que fizeram com que Ryan (1976) estendesse sua análise para outros grupos sociais da época que passou a defender como vítimas do sistema. À época, Ryan (1976) defendia que: “O processo genérico de Culpar a Vítima é aplicado a quase todo problema Americano. Os cuidados de saúde miseráveis do pobre são explicados nas bases de que a vítima não possui motivação e não tem informações de saúde.” (Ryan, 1976, p. 5).

Holland (1975b, 1978b) vai partir dessa concepção observada em Ryan (1976) e

aplicá-la ao contexto da comunidade científica que se dedica ao estudo do comportamento humano em geral. Observa o uso desse tipo de lógica para lidar com pacientes: “[As pessoas] problemáticas são consideradas mal adaptadas, com falhas de personalidade, desmotivadas ou hiperativas. Tudo isso cabe no que Willian Ryan tem descrito como ‘culpar a vítima.’” (Holland, 1975b, p. 2). Mas também defende que o Analista do Comportamento também é uma vítima, uma vez que depende e está preso a contingências de reforçamento negativo que o mantém trabalhando para não perder condições de saúde e confortos de vida.

Capturados nos nossos seguros e benefícios – baixos juros de hipoteca, taxa de seguro de grupo, benefícios de mensalidade para nossas famílias, fundos de aposentadoria – nós levamos uma vida despreocupada porquanto possamos evitar perder isso. Tecnicamente você vai reconhecer isso como uma contingência de reforçamento negativo, mas diferente dos programas de terapia aversiva, essa esQUIVA é de retirada de reforçadores positivos. (Holland, 1978b, p. 169).

Holland (1978b) descreve como os acadêmicos são controlados por meio de reforçamento negativo. Nessa forma de contingência comportamental a ação do organismo retira do ambiente um estímulo aversivo, o que faz com que a probabilidade da emissão da resposta aumente (Moreira e de Medeiros, 2009). Nesse caso, Holland (1978b) afirma que a condição aversiva a ser evitada é a ameaça de perda dos reforçadores positivos que mantinham a vida de um acadêmico, naquele contexto histórico, confortável. Dessa forma, caracteriza o analista do comportamento que trabalha, mesmo que não intencionalmente, em favor da desigualdade social como uma vítima, pois seu próprio comportamento e uso da ciência era fruto de opressão, através de reforço negativo.

Pautado dessas análises críticas, Holland (1974, 1975a, 1976, 1977, 1978b) também pensa alternativas às práticas que observava em vigor. No próprio texto de 1978b o autor propõe que se passe a analisar as contingências de opressão em vigor nas instituições: “Eu sugiro que nós precisamos trabalhar com as pessoas de todas as nossas instituições sociais em analisar as contingências que as oprimem” (Holland, 1978b, p. 172). Também sugere que contingências de reforçamento que promovam a competição e ganho em detrimento dos outros sejam substituídas por contingências que reforcem a colaboração entre as pessoas: “Parece que precisamos evoluir para formas mais coletivas —formas baseadas em cooperação, formas que maximizem reforçamento por ajudar outras pessoas, ao invés de reforçamento à custa dos outros” (Holland, 1978b, p. 172). Além disso, Holland (1978b) sustenta que uma Análise do Comportamento coerente com seus pressupostos filosóficos

levará necessariamente a um conflito com o *status quo*, pois joga luz aos processos comportamentais de controle e opressão e se contrapõe aos modelos dominantes que são reforçados pelo *status quo*.

O próprio uso padrão da “culpabilização à vítima” e causas internas, tem uma explicação comportamental, na medida em que fortalece o *status quo*; embora a ciência do comportamento tenha feito essas causas internas insatisfatórias como explicação do comportamento. Uma disseminação mais ampla dos métodos para análise das contingências de controle pode acelerar a criação de uma sociedade não opressiva, e a eliminação dos problemas sociais pelos quais as próprias vítimas são frequentemente culpadas (Holland, 1978b, p. 173).

As propostas acima descritas são marcas do pensamento do autor (Holland, 1974, 1975a, 1975b, 1974/2016, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980). É importante ressaltar que a partindo de suas análises das dimensões políticas da Análise do Comportamento ele propõe que a comunidade passe a analisar contingências que oprimem as pessoas em todas as instituições, já configurando uma proposta mais voltada a uma Psicologia da Política, do que somente uma política da Psicologia. Partindo dessas concepções, Holland (1975a, 1976, 1977, 1978b, 1980) também busca alternativas de intervenção em interfaces teóricas que contribuam para suas propostas de mudança da aplicação do conhecimento científico na sociedade. No item a seguir serão discutidas essas interlocuções e como Holland (1975a, 1976, 1977, 1978b, 1980) argumenta essas propostas.

3.4.2- Pensando alternativas à prática científica na sociedade e o exercício de coerência de Holland em suas interfaces

Nesse item defenderemos não só que textos de outros autores contribuem com a base conceitual da argumentação de Holland (1975a, 1977, 1978b, 1980) para as propostas de alternativa, mas também que o fazem pensar e propor posturas e princípios que o analista do comportamento deveria assumir para contribuir com essas alternativas e com a construção de uma sociedade menos desigual. Além disso, buscaremos demonstrar que ele guardava coerência em relação aos princípios e práticas que propunha. Sua coerência pode ser observada tanto em intervenções como em sua atividade acadêmica, o que pode ser identificado no seu próprio comportamento de estabelecer interfaces. Começaremos observando as posturas e princípios, pois elas são afirmadas principalmente em textos em que

Holland (1975a, 1978b) busca primeiramente analisar os motivos das críticas ao Behaviorismo. Apesar das discussões da prática do Analista do Comportamento sempre estarem presentes em seus textos, podemos observar a recomendação dessas posturas e princípios, mais claramente definidos, em dois textos do autor: *Behavior modification for prisoners, patients and other people as a prescription for the planned society* (1975a) e *Behaviorism: part of the problem or part of the solution?* (1978).

Holland (1975a) defende três posturas que os Analistas do Comportamento poderiam assumir para contribuir com a construção de uma sociedade menos desigual. Para ele, inicialmente poderíamos percorrer as seguintes alternativas: (a) desenvolver ferramentas ou técnicas comportamentais que estivessem igualmente disponíveis para todos, ao invés de apenas para uma parcela da população – por exemplo, Holland (1975) dialoga diretamente com George Miller (1970) para a afirmação dessa primeira postura: “George Miller sugere que seja dada prioridade a tecnologias intrinsecamente possíveis de serem distribuídas” (Holland, 1975a, p. 81); (b) desenvolver sistemas de contingência que reforcem gerentes pelos ganhos das pessoas cuja administração deles envolve, assim evitando o ganho de um em detrimento dos outros; e por fim, (c) disponibilizar conhecimento para o oprimido e colaborar nas estratégias de contracontrole. (cf. Holland, 1975a, p. 81-83). Já no texto: *Behaviorism: part of the problem or part of the solution?*, Holland (1978b) parece sintetizar essas posturas em dois princípios que deveriam nortear as alternativas promovidas pelo Analista do Comportamento interessado em fenômenos políticos e sociais. Os princípios defendidos no texto de 1978b parecem abranger as três posturas propostas por Holland em 1975a, o que pode indicar um avanço de sua argumentação, já que a trabalhava por três anos, pelo menos.

O primeiro princípio que Holland (1978b) defende é o de promover contingências de colaboração e não de competição entre indivíduos³⁰. Esse princípio parece abranger as duas primeiras posturas do texto de Holland (1975a), – referidas como (a) e (b) no parágrafo anterior – pois uma comunidade científica que tenha como princípio a colaboração provavelmente não imporá restrições ou condições a qualquer parcela da população para a disponibilização dos avanços científicos; bem como não promoveria contingências em que gerentes ganhassem em detrimento de seus subordinados, pois, caso o fizesse, produziria

³⁰O autor exemplifica o princípio com sua forma avaliação dos estudantes: “eles são testados individualmente, mas a nota que recebem é calculada com base na média geral do grupo” (Holland, 1978b, p. 172). A intervenção de Holland (1978b) se baseava no planejamento de atividades e também no cálculo da nota, ele organizava as atividades para serem realizadas em grupo e buscava promover a colaboração no estudo entre os colegas que se preparavam juntos para as avaliações individuais.

justamente os esquemas de competição que visaria combater. O segundo princípio era o de analisar os sistemas político-sociais, sobretudo as contingências de opressão. Para Holland (1978b), essas análises revelariam as contradições dos sistemas de controle encontrados e promovidos nas sociedades ocidentais, o que nos levaria a pensar uma sociedade mais igualitária. Esse segundo princípio, por sua vez, pode abranger a proposta de disponibilizar conhecimento para o oprimido e colaborar nas estratégias de contracontrole que Holland (1975a) defende. Holland (1978b) acreditava que uma Análise do Comportamento comprometida com esses princípios poderia contribuir para a transformação social:

Eu percebo que é pretensioso e precipitado arriscar um palpite sobre a série de experimentos necessários. Contudo, eu penso ser provável que a análise das contingências de controle revelará contradições profundas nos nossos sistemas estratificados e problemas profundos na nossa ideologia do “fazer por si mesmo” e maximizar ganho pessoal. Penso que as análises irão naturalmente nos atrair para uma comunidade de igualdade, com serviço aos outros e responsabilidade pelos outros como princípios norteadores. (...) O monitoramento das contingências em grupos de iguais poderia ser preciso e detalhado. Um grupo que trabalha, vive junto e discute a importância de seu trabalho e vida conjunta, pode detectar os menores progressos em direção ao cumprimento de um objetivo, ou os primeiros sinais de pensamento incorreto, e [pode] prontamente prover o feedback adequado. (Holland, 1978b, p. 173).

No trecho acima Holland (1978b) está defendendo os dois princípios, o de promoção de contingências que reforcem colaboração ao invés de competição, e que se realizem as análises de contingências político-sociais, principalmente as que promoveriam opressão. Apesar de o autor afirmar ser precipitado delinear os experimentos que poderiam corroborar empiricamente essas propostas, ele defende que as análises conduzirão as estratégias para a promoção de ambientes sociais mais igualitários. Essas propostas parecem configurar o que Montero (1991) aponta como uma Psicologia dos fatos políticos. Holland (1978b) defende que para se realizar uma Análise do Comportamento transformadora é preciso estender as análises e intervenções em fenômenos sociopolíticos a um contexto mais amplo, de forma a combater as contingências que fomentam desigualdade. Holland (1978b) critica diretamente as práticas individualistas da sociedade ocidental, e descreve um contexto onde as pessoas poderiam analisar as contingências que mantém seus comportamentos umas com as outras, inclusive sendo capazes de perceber avanços mínimos e problemas em fase inicial, os

primeiros podendo ser fomentados e os últimos corrigidos. Isso condiz com o próprio esforço de Holland (1978b) no planejamento de suas aulas e indica sua preferência pelo planejamento de grupos em que os membros provessem contingências diretamente uns aos outros, o que pode ser relacionado com o *controle face a face*³¹, bem como fossem capazes de analisar e decidir em conjunto os rumos e estratégias das ações, caracterizando um pensamento democrático. Essas defesas de Holland (1975a e 1978b) parecem constituir os pilares da obra e do pensamento do autor, e foram construídos tanto por meio de suas próprias observações e participações em grupos (Holland, 1978a), como também por meio do estudo da obra de outros autores como Schumacher (1973), corroborando os benefícios de interfaces teórico-conceituais entre as áreas.

Em outros textos de Holland (1975a, 1977 e 1980) também se evidenciam as defesas desses princípios e o apoio na produção de outros autores, corroborando essas características de diálogo e de defesa da promoção de cooperação, análise dos sistemas políticos e controle entre pares, como os pilares de seu pensamento. As interfaces que possibilitaram a avaliação e proposição dessas alternativas se referem, principalmente, a modelos econômicos de grupos pequenos e as novas formas de pensar intervenções em escolas e hospitais que estavam surgindo na década de 1970. O trecho abaixo de Holland (1980) é um exemplo dessa preferência do autor por contingências de cooperação, que defende frequentemente em sua obra.

No sistema de educação Chinês não há somente uma abundância de reforçadores, eles estão disponíveis para todos. Esse sistema de educação não serve como um método de rastreamento no qual certos estudantes são selecionados ao final por seu ganho individual à custa da derrota de outros estudantes. Alunos aprendem desde o início que o propósito da educação não é promover suas próprias carreiras, mas ao contrário, torná-los mais capazes de “servir aos outros”. (Holland, 1980, p. 392).

Inicialmente Holland (1980) defende o valor para a Cultura de uma educação que reforce pela cooperação. Também em 1975a Holland demonstra sua preferência por contingências de cooperação. No trecho abaixo, contudo, ele se estende na argumentação em

³¹Podemos encontrar uma definição para controle *face a face* em Skinner (1978). No texto em questão, controle *face a face* pode ser definido como uma contingência em que a consequência do comportamento de uma pessoa é o efeito que ela produziu em outra. Isso implica que os envolvidos na contingência estejam em contato direto com as pessoas a quem o comportamento influencia (cf. Skinner 1978, p. 9). O tema será melhor analisado em item posterior 3.4.2.1 ou 3.4.3

defesa dessa preferência. Holland (1975a) vai ressaltar o que observa como vantagens de uma forma de organização, ou controle comportamental via pares que se conhecem, convivem e podem, portanto, observar e participar cotidianamente das contingências que influenciam uns aos outros:

A descrição de David Ilo (no prelo) de um hospital psiquiátrico na República da China, entretanto, promove um excelente exemplo de contraste. Aqui uma ação em conjunto é feita à doença mental pelo paciente, o grupo do qual ele é membro, e os funcionários, todos trabalhando coletivamente. (...) a ênfase é no coletivo e sinais de individualismo e egoísmo estão repetidamente sendo atacados. O ideal é a preocupação coletiva e mútua. Lá, assim como aqui, o hospital psiquiátrico reflete o restante da sociedade. (...) Dentro ou fora do hospital todos participam da avaliação crítica e autocrítica com seus grupos de pares. O comportamento de todos é avaliado pela própria pessoa e seus pares, assim como o quão bem o seu desempenho vai de encontro com as ideias socialistas de servir ao outro. A avaliação do comportamento de uma pessoa pelos seus pares promove uma avaliação muito sensível das contingências de resposta e reforçamentos potentes. Em contraste, em um sistema estratificado a administração de reforçadores da elite é para ser enganada; e, portanto, as contingências são intrinsecamente avaliadas de forma precária. (Holland, 1975a, p. 92).

O trecho evidencia como Holland (1975a) se vale da contribuição de outros autores para a produção de sua argumentação, mas é importante destacar a confiança que o autor deposita em uma organização social que priorize a colaboração via participação coletiva nas tomadas de decisão e o contato direto entre os pares. O autor destaca os aspectos de auxílio aos outros encontrados no modelo de hospital psiquiátrico por ele analisado e também resalta as características mais democráticas envolvidas naquele modelo de organização social, onde todos participam da decisão e tem seus papéis e suas ações avaliados por si mesmos e pelos seus pares. Para Holland (1975a), a contingência assim estabelecida promove, além de maior sensibilidade do grupo às contingências, reforçadores potentes. Voltando a Holland (1980), também podemos observar que o autor atribuía outra característica a essas contingências de avaliação e tomada de decisão entre os pares, o que tornava essas práticas alternativas mais eficientes em relação às práticas de competição e de ganho em detrimento dos outros:

Esse processo de avaliação crítica e auto avaliação desempenha um papel chave no controle do comportamento, mas seu nome propicia má compreensão. A

primeira participação nessas sessões deixa claro que elas não são repletas de comentários depreciativos e confissões de falha. Ao contrário, elas são mais frequentemente uma oportunidade de reconhecimento das contribuições de uns aos outros, de trocar experiências, de planejar, de resolver problemas, e raramente, e só quando claramente indicado, fornecer uma avaliação negativa. Com ênfase no positivo, as pessoas crescem em dedicação, determinação e competência (Holland, 1980, p. 398).

A característica que podemos observar é a da diminuição da coerção entre os membros do grupo quando Holland (1980) ressalta os efeitos da ênfase no “positivo”³². Essa aposta de Holland (1980) nas avaliações entre pares que “focam no positivo”, no sentido de não recorrerem à coerção como forma de controle social e ter como objetivo o reforçamento de comportamentos em prol do coletivo, estão em concordância com as defesas de Skinner (1971, 1978, 1986 e 1990) das vantagens de uma sociedade menos coercitiva. Podemos entender então que as escolhas de autores que Holland (1975a, 1977 e 1980) faz não parecem ter sido ocasionais, visto que, dentro do que ele observava na produção da Análise do Comportamento, a diminuição da coerção, a cooperação e a participação de todos na elaboração e manutenção das contingências em ambientes sociais eram práticas a serem estudadas e defendidas. De outra forma, parece que o autor buscava sistematicamente conhecer práticas que produzissem novas formas de relações e organizações sociais (cf. Holland 1978a). No contexto norte americano, Holland (1977) diz que uma iniciativa alternativa que estava promovendo contingências nesse sentido poderia ser observada em Schumacher (1973). De acordo com Holland (1977):

A ideia de Schumacher [1973] é auxiliar a pequena escala, nível de indústria de aldeia que serve as necessidades de trabalho das pessoas. Aqui também ele sugere não somente a total participação no trabalho, mas também total participação nas tomadas de decisão (Holland, 1977, p. 317).

A interface de Holland (1977) com Schumacher (1973) nos possibilita observar não só a busca do autor por alternativas, mas como ele em sua produção acadêmica buscava ser coerente com os princípios que defendia. Parece ser mais fácil de compreender os motivos que levaram Holland (1977) a recorrer a Schumacher (1973) como um interlocutor naquele

³²Esse termo não se refere a reforçamento positivo. No contexto do texto, Holland (1980) o descreve mais para indicar que nessas sessões, em geral, ao invés de haver um foco no que as pessoas estão fazendo de errado, há uma tendência em se apresentar os avanços e conquistas das pessoas.

momento histórico se inicialmente observarmos as semelhanças de pensamento entre os autores, pois essa é justamente a tentativa do próprio Holland (1977). Mas em um segundo momento, análises relevantes podem ser obtidas a partir de certas características da interface e das diferenças entre os pressupostos dos autores. Schumacher (1973) se dedica à discussão de temas que estavam em foco na década de 1970, fala da pobreza em países em desenvolvimento, poluição, a capacidade de nos autodestruirmos como espécie, o papel da tecnologia na sociedade, entre outros. Apesar da atualidade de seus questionamentos, o importante aqui é justamente que, como vistos, esses temas preocupavam e faziam parte da argumentação de Holland (1974, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980).

A defesa da participação total, inclusive nas decisões sobre trabalho ou atividades das pessoas em grupos sociais que é frequente em Holland (1974, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980), também aparece nas discussões de Schumacher (1973), como o próprio Holland (1977) ressalta. Entretanto, no caso de Schumacher (1973) essas questões dependeriam do tamanho da empresa ou organização, e se relacionavam com questões como a posse da empresa pela comunidade. Um exemplo de como essa discussão aparece na obra de Schumacher (1973) é justamente o caso de um novo modelo para os padrões da época, que ele apoiava como uma alternativa e que tem seu início descrito da seguinte forma:

O Sr. Bader deu-se conta logo que nenhuma modificação decisiva poderia ser feita sem duas coisas; primeiro, uma transformação na posse — mera participação nos lucros, que ele praticara desde o início mesmo, não bastava; e, segundo, a aceitação voluntária de certas regras que exijam espírito de sacrifício. Para realizar a primeira, fundou a Scott Bader Commonwealth, na qual investiu (em duas etapas: 90% em 1951 e os restantes 10% em 1963) a posse de sua firma, Scott Bader Co. Ltd. Para levar a cabo a segunda, concordou com seus novos sócios, quer dizer os membros da Comunidade, seus ex-empregados, em estabelecer uma constituição não só para definir a distribuição do ‘pacote de poderes’ que estão subentendidos na posse privada, mas igualmente para impor as seguintes restrições à liberdade de ação da firma (Schumacher, 1973, p. 293).

O caso descreve a transição que um empresário promove de uma empresa de propriedade privada para uma com propriedade coletiva, em que os membros da comunidade participaram inclusive da formação de estatuto, distribuição de poderes e restrições às ações da empresa. A situação descrita por Schumacher (1973), guardadas as diferenças que separam as áreas de estudo dos autores, é semelhante às defesas de Holland (1975a, 1977 e 1980)

sobre a participação e tomadas de decisão. Ainda assim elas não são as únicas. Em certos trechos de Schumacher (1973) podemos encontrar semelhanças até maiores, como, por exemplo, o apoio a uma sociedade que planeja o seu futuro. Schumacher (1973) é claro quanto a sua posição nesse mérito:

E qual é a minha tese? Simplesmente, que a nossa tarefa de maior importância consiste em nos desviar de nossa atual rota de colisão. E a quem incumbe essa tarefa? Creio que a todos nós, velhos e jovens, poderosos e desvalidos, ricos e pobres, influentes e insignificantes. (...) cumpre-nos entender perfeitamente o problema e começar a ver a possibilidade de criar um novo estilo de vida, dotado de novos métodos de produção e novos padrões de consumo; um estilo de vida planejado para ser permanente (Schumacher, 1973, p. 19)

O trecho acima não seria inicialmente rejeitado por um analista do comportamento como Holland (1974, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980), e talvez fosse aceito até por Skinner (1977 e 1971). Nesse trecho, Schumacher (1973) destaca a necessidade de mudarmos certas práticas por meio do planejamento da cultura, bem como a necessidade de inclusão de todos os membros da sociedade no processo. Contudo, não encontramos apenas semelhanças nos textos dos autores, por exemplo, o fato de Schumacher (1973) apoiar uma cultura planejada não implica em que ele tenha uma visão de causalidade semelhante a do Behaviorismo Radical.

Diferenças entre pressupostos parecem relevantes para essa interface de Holland (1977) com Schumacher (1973) e suscitam questionamento sobre a escolha desse autor para dialogar. Se aprofundadas, essas diferenças podem auxiliar na compreensão não só de quais variáveis poderiam ter influenciado suas escolhas, mas também de como Holland (1977) foi formando seu argumento em alinhamento com suas propostas de princípios norteadores. Observando esse desenvolvimento é possível compreendermos a estrutura de diálogos que avancem as áreas de estudo, como os de Holland (1974, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980) avançaram.

Um dado que pode ser considerado importante para esclarecer a relação de Holland (1977) com o texto de Schumacher (1973) é o de encontrarmos no texto do próprio Schumacher (1973) referência às “máquinas de ensinar” (p. 69). O termo em questão é comumente usado para se referir ao projeto de instrução programada de Skinner (2003) e de que Holland, também participou. São exemplos dessa colaboração o livro *The Analysis of Behavior: A program for self-instruction* (Holland e Skinner, 1961), e o segundo prefácio do

livro *The Technology of Teaching* (Skinner, 2003b), escrito pelo próprio Holland (2003). O fato de Schumacher (1973) ser um comentador dos impactos da tecnologia e opinar sobre o uso das máquinas de ensinar demonstram que Holland (1977) provavelmente não estava atento só aos seus comentadores, como também se valia dessas discussões para enriquecer seu pensamento e pensar novas possibilidades ao longo de sua obra, a despeito de prováveis divergências. De acordo com Schumacher (1973):

Hoje [1973], sofremos de uma quase universal idolatria do gigantismo. É necessário, por isso, insistir nas virtudes da pequenez — onde esta cabe. (Se existisse uma predominante idolatria da pequenez, independente do assunto ou finalidade, ter-se-ia de procurar exercer influência no sentido oposto.).

A questão de escala pode ser posta sob outra forma: o que é necessário em todas estas questões é discriminar, separar as coisas. Para cada atividade há certa escala apropriada, (...). Tome-se o ensino: escuta-se toda sorte de debates extraordinários acerca da superioridade do ensino mecanizado sobre as demais formas. Bem, discriminemos: o que estamos procurando ensinar? Torna-se, então, imediatamente evidente que certas coisas só podem ser ensinadas em um círculo muito reduzido, ao passo que outras podem obviamente ser ensinadas *enmasse* [destaque do original], pelo ar, pela televisão, pelas máquinas de ensinar, e assim por diante. (...) Qual é a escala apropriada? Depende do que estamos tentando realizar. A questão de escala é extremamente crucial hoje em dia, em assuntos políticos, sociais e econômicos tanto quanto em quase tudo o mais. Qual é, por exemplo, o tamanho apropriado de uma cidade? E também, pode-se indagar qual o tamanho apropriado de um país? Ora, estas são perguntas difíceis e sérias. Não é possível programar um computador e receber a resposta. Os assuntos realmente sérios da vida não podem ser calculados. Não podemos calcular diretamente o que está certo, mas sabemos extremamente bem o que está errado! (...) Tome-se a questão do tamanho duma cidade. Embora não se possa julgar estas coisas com exatidão, creio ser razoavelmente seguro dizer que o limite superior do que é desejável para o tamanho de uma cidade é provavelmente algo da ordem de meio milhão de habitantes. Está bem claro que acima desse tamanho nada é acrescentado às virtudes de uma cidade. Em lugares como Londres, Tóquio ou Nova York, os milhões não aumentam o valor real da cidade, mas meramente criam enormes problemas e geram a degradação humana. (...) As mais belas cidades da história foram muito pequenas, segundo os padrões do século XX

(Schumacher, 1973, p. 68-69).

Inicialmente é preciso destacar que a opinião de Schumacher (1973) sobre as máquinas de ensinar diverge das propostas de instrução programada defendidas pelo Behaviorismo Radical e do objetivo de Skinner (2003b) com as máquinas de ensinar, que inicialmente visavam respeitar o ritmo e o avanço individual de cada estudante e não massificar a educação. Contudo, a percepção de Schumacher (1973) sobre essa possibilidade de uso das máquinas de ensinar parece bem próxima do imaginário público sobre essa tecnologia, pois o clima de crítica à tecnologia como forma de controle humano foi aumentando ao longo da década de 1960 e, a despeito das propostas da instrução programada, as máquinas de ensinar foram associadas ao perigo do controle comportamental mecânico (Rutherford, 2003). Essa concepção de Schumacher (1973) a partir de um senso comum sobre as máquinas de ensinar se enquadraria na terceira categoria de críticas que observamos em Holland (1975a), a qual identifica a preocupação do público em geral de que o controle comportamental poderia limitar a individualidade dos seres humanos³³. Era justamente para combater esses maus entendidos e não motivar críticas por equívoco que Holland (1975a) propunha as três posturas inicialmente citadas neste item. Essas características de pensar novos comportamentos da área diante das críticas, não como forma de resposta direta, mas como possibilidade de avanço tanto para a Análise do Comportamento quanto para a sociedade, pode ser defendida como coerente com seus pressupostos embasados no Behaviorismo Radical de que comportamento é relação. Assim, diferente de simplesmente desqualificar as críticas, culpar o crítico de má intenção ou desconhecimento, aumentando os estímulos aversivos na interação, ele visa compreender o que no ambiente da Análise do Comportamento influenciaria esse tipo de resposta nos críticos. Da mesma forma, também parece se aproximar do que Figueiredo (1991) defende como não concorrência, mas superação e conservação da diversidade. Citar uma semelhança com o pensamento do crítico pode suscitar o leitor ou o próprio crítico a aprofundar a compreensão da possibilidade de diálogo. As máquinas de ensinar não são as únicas divergências que podemos levantar entre os autores. É possível observarmos divergências ainda mais significativas, por serem pressupostos filosóficos centrais nos argumentos dos autores. Uma delas é a própria concepção de mundo presente em trechos no texto de Schumacher (1973):

“O mundo moderno foi moldado por sua metafísica, que deu forma à sua

³³Essa categoria é apresentada no item **3.2. Holland e a politização da Análise do Comportamento** desta tese.

educação, que por sua vez originou sua ciência e tecnologia. Assim, sem retornar à metafísica e à educação, podemos dizer que o homem moderno foi modelado pela tecnologia” (p. 155).

A concepção ou sequência de premissas não parece exprimir uma visão de Ser Humano como a proposta no Behaviorismo Radical. Talvez seja possível estabelecer algum senso de concordância no que diz respeito à aposta na educação e na relação dos Seres Humanos com a tecnologia, mas esses elementos não parecem suficientes, visto que dificilmente qualquer autor que pense no comportamento humano em qualquer área discordaria da importância da educação para a construção do Ser Humano moderno, e de que a tecnologia altera a relação desses seres com seu mundo. A questão que queremos ressaltar é que a concepção de causalidade de Schumacher (1973) parece expressar uma concepção pautada em uma dicotomia, sendo a causa iniciadora metafísica, provavelmente seria independente dos efeitos que produziu. Em outro trecho desse autor há um conceito de materialismo, que também é distinto daquele assumido no Behaviorismo Radical:

O que está bem claro é que um estilo de vida estribado no materialismo, isto é, em permanente e ilimitado expansionismo em um meio-ambiente finito, não pode durar muito, e que sua expectativa de vida é tanto menor quanto mais persegue seus objetivos expansionistas. (Schumacher, 1973, p. 156).

No caso de Schumacher (1973) o uso do termo materialismo parece mais voltado ao apego a bens materiais. Para o Behaviorismo Radical, materialismo é assumido como uma corrente filosófica que propõe um determinado sistema lógico para estudo dos fenômenos sobre os quais pressupõe uma existência material. Se é possível assumir que a Análise do Comportamento possui bases filosóficas no materialismo, podemos defender também que, enquanto corrente filosófica, ele não levaria necessariamente à expansão ilimitada. Pelo contrário, diversos autores da Análise do Comportamento nos chamam a atenção para a necessidade de contermos a degradação dos ambientes e recursos naturais (Skinner, 1971; Segal, 1987; Nevin, 1992).

Pode ter sido uma estratégia de Holland (1977), ao discutir o Behaviorismo e sistemas sociais, citar justamente um autor que divergisse de seus pressupostos; que se embasava em uma visão de Ser Humano diferente e que possivelmente contava com uma leitura divergente de pelo menos uma das bases filosóficas da Análise do Comportamento, no caso o materialismo. Estratégia tanto para estimular críticos a relerem propostas do Behaviorismo Radical, como também para expor o Behaviorismo Radical como uma alternativa que

abrangia propostas de intervenção semelhantes, porém com cuidados e preocupações epistemológicas específicas, procurando expor também as possíveis consequências dessas linhas de raciocínio.

Mesmo que não aceitemos as escolhas de autores como forma estratégica de buscar promover uma nova compreensão nos críticos ou apresentar a Análise do Comportamento como uma alternativa, ainda assim podemos observar que, em suas práticas de exposição acadêmica, Holland (1974/2016, 1974b, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980) busca se manter coerente com os princípios que acreditava que poderiam auxiliar na transformação do *status quo*. Pois o autor busca promover e facilitar o acesso da sociedade aos conhecimentos da Análise do Comportamento, diminuir as práticas aversivas nos diálogos entre diferentes abordagens, focando nas possibilidades de convergência e dando preferência à cooperação e não à disputa entre áreas científicas. Além disso, nessas interfaces estuda sistemas sociais à luz da Análise do Comportamento se aproximando de uma Psicologia da Política, descrevendo estratégias e contingências comportamentais de sistemas políticos diferentes (Holland, 1975a, 1978a, 1980) e alternativos, inclusive dentro do próprio contexto norte americano (Holland, 1977; Schumacher, 1973).

Capítulo 4- Análise da produção de textos das revistas: *Behaviorists for Social Action Journal; Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues*

Holland (1974/2016, 1974b, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980, 2016) realizou um grande esforço para a politização do Behaviorismo Radical e da comunidade de analistas do comportamento, e não esteve sozinho. Nesse capítulo iremos apresentar e analisar os esforços de um grupo de analistas do comportamento, que assim como Holland (1974/2016, 1974b, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980, 2016), também defendem a necessidade de estudos sobre fenômenos sociais e políticos por parte da análise do comportamento. No fim da década de 1970 ocorre o que Lopes e Laurenti (2016) descrevem como um marco na produção da Análise do Comportamento, que passa a contar com um grupo organizado de autores ao invés de esforços isolados, cujas produções demonstram que não era mais possível o pressuposto de neutralidade científica.

Além de Skinner e Holland, outros behavioristas começaram a se preocupar explicitamente com questões políticas. Um marco é a fundação do Behaviorists for Social Action, que passa a publicar um periódico exclusivamente voltado para

questões sociopolíticas, cujos textos apresentam o behaviorismo em um background claramente de esquerda. Todos esses movimentos e textos mostram que já não há mais espaço para a neutralidade, mesmo no contexto do behaviorismo. É preciso posicionar-se politicamente, pois fica claro que se recusar a fazer isso é também uma posição política, e que tornará o behaviorista “parte do problema” (Lopes e Laurenti, 2016, p. 7).

Lopes e Laurenti (2016) afirmam que por meio da produção desses autores é possível observar que, nessa época, parecia claro para a comunidade de Behavioristas Radicais que uma suposta posição de neutralidade já configura em si um posicionamento político. No primeiro número da revista *Behaviorists for Social Action Journal*, é descrito que a organização começou a partir de um simpósio intitulado “Radical Political Behaviorism” (Behaviorists for Social Action, 1978, p. 56), que fez parte da convenção de 1976 da MABA (The Mid-American Association for Behavior Analysis).

Para essa convenção três estudantes de graduação da Western Michigan University organizaram um simpósio intitulado ‘Radical Political Behaviorism’. Eles explanaram sobre o título da seguinte forma: ‘Radical’ significando que o grupo era a favor do planejamento, ‘Political’ indicando uma ênfase nos sistemas que governam pessoas e Behaviorism representando uma abordagem Skinneriana. (Behaviorists for Social Action Journal, 1978, p. 56).

O texto ainda explicita que os três estudantes da Universidade de Western Michigan: “Harry Kant, Marie Greening e Elizabeth de laOssa³⁴” (Behaviorists for Social Action Journal, 1978, p. 56) apresentaram trabalhos de análise de contingências sociopolíticas no simpósio e os professores doutores, “Richard Mallot e James Holland” (Behaviorists for Social Action Journal, 1978, p. 56) participaram como comentadores. À Holland ainda foi atribuído o papel de articulador do início das comunicações entre o grupo formado no simpósio da MABA, 1976, com outro da California State University Sacramento, interessado em fazer uma Análise do Comportamento do Marxismo e Leninismo (Behaviorists for Social Action Journal, 1978). Vale ressaltar que esse último grupo também fora iniciado por alunos.

³⁴De acordo com o artigo, os trabalhos apresentados foram: Harry Kant (...) Análise das contingências operando no sistema econômico dos Estado Unidos (...)[;] Marie Greening (...) Um sistema alternativo baseado em uma ciência skinneriana da ética (...) [e] Elizabeth de laOssa (...) Como o sistema econômico dos Estados Unidos tem afetado os países de terceiro mundo (Behaviorists for Social Action Journal, 1978, p. 56). A última ainda avançou a análise se debruçando sobre algumas práticas de Análise do Comportamento caracterizadas como opressivas, e que estavam ocorrendo na época nos países ditos de terceiro mundo. (Behaviorists for Social Action Journal, 1978).

Eram eles: “Helene Burgess e Bob Jensen” (Behaviorists for Social Action, 1978, p. 56).

Ainda de acordo com o texto, *A History of Behaviorists for Social Action* (1978), publicado no primeiro número da revista, a reunião de 1977 da MABA contou com a presença dos dois grupos que dividiram tarefas. O grupo da Califórnia organizaria um boletim de notícias e o da Universidade de Western Michigan prepararia o simpósio da convenção de 1978. Após alguns meses da convenção de 1977, um encontro de cinco membros da direção e uma semana de estudos, o grupo Radical Political Behaviorism optou por dar início a uma organização mais ampla e assim poder contar com mais behavioristas interessados “em ajudar o maior número de pessoas e prevenir a opressão e a injustiça independente de suas orientações políticas específicas” (Behaviorists for Social Action Journal, 1978, p. 57). Para isso organizaram cartas de convite, que foram distribuídas em duas etapas – a primeira para convidar membros fundadores e a segunda para ampliar os convites – e apresentavam os propósitos da nova organização. Com isso, estava fundada a “Behaviorists for Social Action”³⁵ (Behaviorists for Social Action Journal, 1978, p. 57).

O esforço conjunto que produziu a organização, seu boletim de notícias e uma revista científica denominada *Behaviorists for Social Action Journal* (cf. Morrow, 1978) durante o período de 1978 a 1984, também possibilitou a origem de outras duas revistas que a seguiram: *Behavior Analysis and Social Action* (1987 – 1989) e *Behavior and Social Issues*, que se mantém ativa até hoje e teve início no ano de 1991. Diante desse movimento “marco” (Lopes e Laurenti, 2016, p. 7) na área, torna-se relevante para o estudo da interface e da produção da Análise do Comportamento no campo sociopolítico analisarmos essa produção de pelo menos 39 anos. Para que isso seja possível, textos das três revistas foram selecionados e posteriormente analisados por meio de categorias temáticas.

4.1- Levantamento dos textos que tratam do comportamento político

A seleção de textos conta com duas etapas. A primeira foi a de leitura dos textos das revistas *Behaviorists for Social Action Journal* e *Behavior Analysis and Social Action*. Para essas duas revistas, a opção da leitura integral dos textos se apoia em duas questões principais. A primeira é que ambas as revistas afirmam diretamente estarem voltadas aos estudos políticos, seja em seus editoriais ou em suas páginas de apresentação e anúncios (conforme a

³⁵Importante ressaltar que tanto Skinner quanto Holland assinavam a carta de apresentação da organização na primeira edição da revista. (Behaviorists for Social Action, 1978) (Anexo A).

Tabela 2. Trechos que apresentam as características e objetivos das revistas Behaviorists for Social Action Journal; Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues). A segunda é que parte dos artigos não possuíam resumos, eles eram apresentados sem descrição, o que condiciona a possibilidade de análise à leitura e compreensão dos objetivos e argumentos dos textos. No caso da revista *Behavior and Social Issues*, além de todos os artigos desde 1991 serem publicados com resumos que descrevem temas, objetivos e conclusões, a revista assume um espectro mais amplo. A questão política não fica diretamente explícita nas apresentações ou descrições de foco e escopo da revista, mas ela pode ser considerada um dos objetos de estudo dos autores interessados em publicar na revista (conforme a **Tabela 2. Trechos que apresentam as características e objetivos das revistas Behaviorists for Social Action Journal; Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues**).

Tabela 2. Trechos que apresentam as características e objetivos das revistas Behaviorists for Social Action Journal; Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues

Identificação	Trecho de afirmação
Editorial Behaviorists for Social Action Journal (1978)	A primeira dessas preocupações tem a ver com uma avaliação ética do nosso campo, behaviorismo, de nós mesmos e dos nossos colegas como behavioristas. Em particular, o behaviorismo, precisa olhar para si mesmo e fazer perguntas a respeito do nosso papel no processo sociopolítico que existe no país. Eu acredito que os fundadores da BFSA estão convictos de que nós não somos – e nem podemos ser – partido neutro nesse processo. Buscar neutralidade em face da desenfreada injustiça é meramente uma forma de suportar a injustiça (Morrow, 1978, n.p.).
Propósito da revista Behaviorists for Social Action Journal (1984)	Essa revista funciona como um fórum de discussão de questões éticas, sociais e políticas conforme elas se relacionam ao campo da Análise do Comportamento. A revista serve como um veículo de avaliação crítica, de ambos os efeitos, práticos e teóricos, da Análise do Comportamento, como uma força atual capaz de contribuir com a opressão, assim como com a libertação da humanidade (Behaviorists for Social Action Journal, 1978, n.p.) (Anexo B).
Sessão de Anúncios da Behavior Analysis and Social Action (1986)	Behavior Analysis and Social Action funciona como um fórum de discussão de questões éticas, sociais e políticas conforme elas se relacionam ao campo da Análise do Comportamento. A revista serve como um veículo de avaliação crítica, de ambos os efeitos, práticos e teóricos, da Análise do Comportamento como uma força atual capaz de contribuir com a opressão, assim como com a libertação da humanidade (Behavior Analysis and Social Action,

Tabela 2. Trechos que apresentam as características e objetivos das revistas Behaviorists for Social Action Journal; Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues

Identificação	Trecho de afirmação
	1986) (anexo C).
Behavior and Social Issues (2017) disponível em: http://firstmonday.org/ojs/index.php/bsi (último acesso em 20/01/18)	Afiliada à Behaviorists for Social Responsibility, <i>Behavior and Social Issues</i> é uma revista científica interdisciplinar, revisada por pares, que serve como fonte primária para artigos que avancem a análise do comportamento social humano, particularmente no que se refere à compreensão e influência em problemas sociais significativos. A revista é particularmente interessada em publicar artigos relacionados a questões como justiça social, direitos humanos e sustentabilidade, mas todas as questões sociais graves são de interesse. Artigos considerados para publicação devem ser embasados em Análise do Comportamento e Ciência Comportamental.
Behavior and Social Issues (2017), Focus and Scope, disponível em: http://firstmonday.org/ojs/index.php/bsi/about/editorialPolicies#focusAndScope (último acesso em 20/01/18)	O quadro intelectual primário para Behavior and Social Issues é a Análise do Comportamento e sua subdisciplina de análise cultural, mas as contribuições de pontos de vista contrastantes serão ocasionalmente consideradas se de interesse específico para os analistas do comportamento. Recomendamos que potenciais autores examinem questões recentes para determinar se seu trabalho é apropriado para a revista. As contribuições apropriadas incluem análises teóricas e conceituais, artigos de pesquisa e relatórios breves, diálogos, revisões de pesquisa e revisões de livros. Behavior and Social Issues é um fórum apropriado para o trabalho de acadêmicos experientes no campo, muitos dos quais atuam no conselho editorial, bem como para o trabalho de acadêmicos emergentes, incluindo estudantes que têm interesse nas contribuições de uma Ciência do Comportamento para a construção de culturas de justiça social, direitos humanos e sustentabilidade ambiental.

Conforme as características apresentadas e o volume de publicações observado na *Behavior and Social Issues*, a proposta dessa pesquisa para analisar a produção nessa revista foi a de ler os resumos e identificar os artigos da revista que se voltam à Psicologia Política. Esse procedimento tornou a coleta mais objetiva e possibilitou a classificação dos artigos nas categorias temáticas já estabelecidas pela coleta de dados nas revistas anteriores. Assim, os textos da *Behavior and Social Issues* foram selecionados com base na definição apresentada do escopo da Psicologia Política como: um campo ou subcampo, ainda em construção, oriundo da intersecção da Ciência Política e da Psicologia, que estuda a interação entre os fenômenos psicológicos e políticos com ênfase no comportamento político. Sempre em uma

perspectiva interdisciplinar que favoreça o diálogo e intercâmbio de disciplinas científicas (Deutsch, 1984; Sabucedo, 1996; Dávila et al., 1998; Jost e Sidanius, 2004; Montero, 2009; Schildkraut, 2004). Posteriormente os textos foram classificados em categorias de análise estabelecidas pela coleta nas revistas *Behaviorists for Social Action Journal* e *Behavior Analysis and Social Action*. A partir da leitura dos textos dessas duas revistas foram criadas três categorias iniciais para uma primeira classificação dos artigos.

As categorias foram baseadas no tipo de organização de Montero (1991). Apenas retomando o já exposto no **Capítulo 1- A busca pela definição da Psicologia Política**, a autora, para analisar a produção da Psicologia Política, faz uma organização dos dados baseada no tipo de produção dos textos e estabelece três categorias: “a *política inconsciente*, a *política consciente* e a *psicologia política propriamente dita*” (Montero, 1991, p. 28). Nessa pesquisa não vamos nos valer exatamente das categorias de Montero (1991), como por exemplo, Espinosa et al. (2012) optam para uma análise da Psicologia Política no Peru. Contudo, procuramos nos basear em duas características principais dessa classificação.

A *primeira* característica que procuramos preservar é a de formar categorias a partir dos tipos de pesquisa e não estabelecer períodos de tempo arbitrários para enquadrar a produção. Apesar das categorias de produção também contarem com critérios arbitrários e interpretativos, elas são uma tentativa de analisar o que ocorre no tempo, e evitar o risco de se assumir a passagem do tempo por si como a causa principal das mudanças. Partir das características das pesquisas facilita a observação de diferentes formas de pesquisa que coexistam em um mesmo período, movimentos de retração ou inversão do tipo de produção, além de também facilitar correlações com eventos e contextos históricos que possam ter influenciado uma forma de produção. A *segunda* característica que buscamos preservar foi a de uma classificação que se relacionasse com eventos relevantes para o desenvolvimento da Psicologia Política. Como também demonstrado no **Capítulo 1- A busca pela definição da Psicologia Política**, para que fosse possível uma Psicologia Política, além do estabelecimento da Ciência Política e da Psicologia como disciplinas científicas independentes, foi necessária a compreensão das dimensões políticas das áreas para o desenvolvimento de pesquisas que passassem a estudar questões psicopolíticas em um contexto mais amplo, característica que também podemos observar na produção da Análise do Comportamento sobre fenômenos políticos. Por fim, partir de uma organização semelhante com a de Montero (1991) poderia aproximar o leitor e pesquisador da Psicologia Política que não é analista do comportamento de uma compreensão da contribuição deste campo à sua área de estudo, visto que a autora é

referência na área e sua forma de estudo e organização da história da Psicologia Política também é utilizada por outros autores (Espinosa et al., 2012).

4.2- Categorias iniciais

Buscando atender as duas características citadas no parágrafo acima, após as leituras dos textos das revistas *Behaviorists for Social Action Journal* e *Behavior Analysis and Social Action*, foram estabelecidas inicialmente três categorias: Psicologia Política (PP), Politização (P) e Politização Direta (PD). Os artigos classificados como Psicologia Política contavam com estudos da relação entre fenômenos políticos e comportamento individual, bem como descrito na definição da área de estudo assumida nessa pesquisa (Deutsch, 1984; Sabucedo, 1996; Dávila et al., 1998; Jost e Sidanius, 2004; Montero, 2009; Schildkraut, 2004). Aqueles classificados como Politização continham análises ou estudos que se relacionavam com fenômenos sociopolíticos em amplo espectro, identificando as variáveis políticas como relevantes, porém não se voltavam ao estudo delas explicitamente ou ao comportamento político em si; assim como não davam enfoque à necessidade de conscientização e posicionamento político do analista do comportamento, apesar de em alguns desses estudos essa necessidade poder ser deduzida. Por fim, aqueles classificados em Politização Direta eram textos que se relacionavam com fenômenos sociopolíticos no amplo espectro e não diretamente a um comportamento político. Contudo, faziam referência ou defesa direta da necessidade de conscientização e posicionamento político do analista do comportamento. Nessa terceira categoria também foram incluídos os textos que as três revistas republicavam de outras revistas ou livros. Em geral, esses textos republicados discutiam ou apresentavam análises de outros cientistas sobre as relações da ciência com a política (ex.: Albert Einstein, 1979) e textos de personalidades como, por exemplo, Tunnermann (1987). Apesar de por vezes não estarem em termos comportamentais ou não serem originalmente direcionados a essa comunidade científica, eles foram escolhas dos editores, que não sendo aleatórias, nos indicam que eram utilizados como instrumentos para promoção de conscientização política da comunidade. Na **Tabela 3. Categorias Iniciais** são apresentados três trechos ilustrativos de textos que foram incluídos nas respectivas categorias, sendo um trecho por revista, como forma de exemplificar a categorização.

Tabela 3. Categorias Iniciais

Categoria	Texto	Trecho
Psicologia Política (PP)	B.F. Skinner's Psychology and Revolutionary Politics, The Problem of Authoritarian Tendencies in Revolutionary Movements (Calvert, 1979)	Olhando para a participação política, cientistas políticos têm generalizado que a probabilidade de que um cidadão irá votar está positivamente associada com o grau de eficiência política do cidadão. Também foi encontrado que o grau de eficiência política (por exemplo, a crença de que o governo presta atenção em pessoas como eu) está associada à classe social. Não surpreendentemente a classe alta ter um senso de eficácia maior, as classes mais baixas têm um senso de eficácia menor. Por quê isso ocorre? (...) A análise sugerida por Skinner nos ensina a focar nos eventos ambientais que se seguem. Para o indivíduo da classe baixa, o ato de votar pode não ter qualquer consequência reforçadora. Para as classes mais altas, entretanto, a conexão entre participação e benefícios consequentes é imediata e direta; por exemplo, uma taxa de empréstimo com suporte do governo para recuperar minha empresa em falência, um pequeno músculo militar para proteger investimentos no exterior, nomeação como embaixador, (...) e assim por diante. Quando nós estamos falando em votar, estamos falando de comportamento <i>operante</i> , como oposto ao comportamento <i>respondente</i> (p. 26).
	Personalized Government: A Governmental System Based on Behavior Analysis (Comunidade Los Horcones, 1989)	Uma questão básica que qualquer sociedade precisa enfrentar é como governar para o benefício de todos os seus membros. Este artigo descreve a evolução do governo de Los Horcones desde nosso sistema de planejamento administrativo original, baseado nas sugestões de Skinner em seu romance <i>Walden II</i> , até o nosso sistema atual de governo experimental, resultado final de uma análise do comportamento de diferentes formas de governo (Comunidade Los Horcones, 1989, p. 42).
	Verbal Operants of Corruption: A Study of Avoidance in Corruption Behavior (Agbota et al., 2015)	Esse estudo oferece uma análise das metáforas na linguagem da corrupção com base em contingências de reforçamento positivo e contingências de esquiva. Nossos dados mostram que os envolvidos em práticas de corrupção usam expressões que acentuam esse discreto comportamento, seja exigindo ou oferecendo suborno (Agbota et al., 2015, p.141).

Tabela 3. Categorias Iniciais

Categoria	Texto	Trecho
Politização (P)	Training Undergraduates in Behavioral Therapy and Behavioral Community Psychology (Jason, 1981)	Uma classe de alunos da graduação, matriculados em um programa de estágio de Psicologia, receberam treinamento em Terapia Comportamental e Psicologia Comunitária Comportamental. No início do semestre, cada graduando selecionou e definiu operacionalmente um comportamento para registrar e, finalmente, modificar (por exemplo, estudo, controle de peso, etc.). Depois que os graduandos coletaram uma linha de base e implementaram intervenções em seus projetos de autocontrole, eles começaram a coletar dados sobre um problema da comunidade (por exemplo, vandalismo, riscos ambientais, lixo, desperdício de energia). Os projetos forneceram aos graduandos uma experiência da vida real para entender os processos de realizar mudanças nos níveis individual e comunitário. O mais importante foi a oportunidade oferecida aos graduandos para explorar um modelo conceitual alternativo, a abordagem da Psicologia Comunitária, para ampliar os serviços de saúde mental (Jason, 1981, p. 1).
	Metacontingencies in Walden Two (Glenn, 1986)	(...) A ficção utópica retratada em Walden Two é examinada em termos das metacontingências características daquela cultura. (...) Metacontingências devem ser mediadas por contingências de reforçamento socialmente arranjadas. Tome, por exemplo, os vários comportamentos envolvidos em produzir uma consequência de longo prazo de diminuir a poluição do ar. Engenheiros precisam se engajar nos vários operantes envolvidos em planejar catalisadores; trabalhadores da linha de montagem precisam aprender a construí-los (...), consumidores precisam comprar esses carros e abastecer com gasolina sem chumbo; as pessoas da refinaria precisam desenvolver e usar processos para retirar o chumbo da gasolina. A probabilidade de todos esses operantes ocorrerem sem a aparição de contingências mediadas socialmente parece ser pequena (Glenn, 1986, p. 2-3).
	The Design of Intentional Communities: A	Esse artigo usa o planejamento de comunidades experimentais de Skinner para orientar as interpretações da Análise do Comportamento

Tabela 3. Categorias Iniciais

Categoria	Texto	Trecho
	Recycled Perspective on Sustainable Neighborhoods (Sanguinetti, 2012)	sobre pesquisas não-comportamentais das comunidades intencionais contemporâneas, destacando maneiras pelas quais essas pesquisas sustentam muitas das noções de Skinner de contingências de reforçamento em uma comunidade bem-sucedida. O artigo considera as comunidades intencionais à luz da teoria comportamental mais atual (...). Este artigo sugere um novo conceito (macroshaping), juntamente com conceitos fora do campo (...) que podem ser úteis em uma abordagem comportamental para o planejamento e análise de comunidades intencionais (Sanguinetti, 2012, p. 5).
Politização Direta (PD)	Sociobiology, Science and Human Behavior (Stevens, 1978)	Essas técnicas de modificação do comportamento foram aplicadas com sucesso em diversas comunidades incluindo: terapia individual, esforços de autocontrole, terapia de grupo, famílias com crianças problemáticas, hospitais, escolas, e até comunidades planejadas. O aspecto mais importante da Análise Aplicada do Comportamento é o reconhecimento de que o controle do comportamento reside no meio ambiente, não dentro do indivíduo. Portanto, para melhorar as condições sociais, o ambiente político e econômico em que vivemos deve ser mudado. Essa perspectiva essencialmente revolucionária deve ser tomada se quisermos que nossa sociedade progrida (p. 3).
	Working Class Strategies for World Peace (Ulman, 1986)	Este artigo assume a posição de que o analista do comportamento que propõe programas para eliminar o comportamento de ameaça de guerra (promovendo comportamento de prevenir a guerra) precisa levar em consideração o contexto político global, que, em contrapartida, requer um arcabouço conceitual não-reducionista e com base empírica (materialista). É argumentado que a perspectiva marxista sócio-histórica (materialismo histórico) propicia esse arcabouço. Ele caracteriza o contexto político global como uma luta a nível mundial entre forças da dominação imperialista e forças da revolução socialista. Implícita nesse arcabouço está a necessidade de uma estratégia coerente com a luta de classes para atingir uma

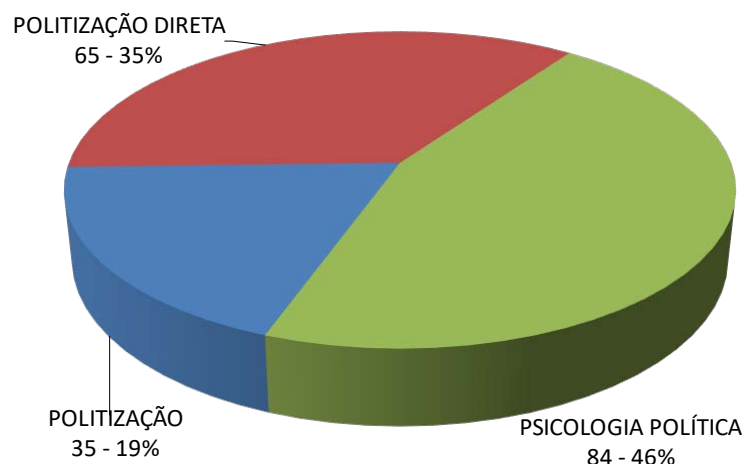
Tabela 3. Categorias Iniciais

Categoria	Texto	Trecho
		justa e duradoura paz mundial (p. 36).
	Editorial: We Are Not Powerless (Mattaini, 2016)	No entanto, eu argumento aqui que as aplicações da ciência da Análise de Sistemas Comportamentais podem suportar desafios efetivos e resistir à injustiça e degradação ambiental. Todas as questões mencionadas apenas resultam das operações de sistemas comportamentais. Os cidadãos, incluindo os analistas de sistemas comportamentais, não são impotentes (por exemplo, Chenoweth & Stephan, 2011; Mattaini, 2013). O desafio imediato é como podemos efetiva e coletivamente mobilizar nossa ciência para ter um impacto significativo (p. 1).

A classificação dos textos nessas três categorias possibilitou uma análise que apresenta a evolução em quantidade de artigos publicados em cada categoria, bem como classificar os estudos realizados de acordo com sua proposta metodológica. O período analisado vai de 1978 a 2017, da primeira edição da *Behaviorists for Social Action Journal*, à última edição da *Behavior and Social Issues* (até o momento do término desta pesquisa), passando pela produção da *Behavior Analysis and Social Action*. Os dados são representados em gráficos para análise e compreensão.

O primeiro gráfico (**Gráfico-1: Distribuição por Objeto**) apresenta um panorama geral da publicação no período de 1978 a 2017. Nesse gráfico são apresentados os números totais de artigos selecionados e a representação em porcentagem da distribuição de artigos nas três categorias iniciais. As porcentagens obtidas descrevem, respectivamente: Psicologia Política, 46% dos artigos; Politização, 19%; Politização Direta, 35%.

Gráfico-1: DISTRIBUIÇÃO POR OBJETO

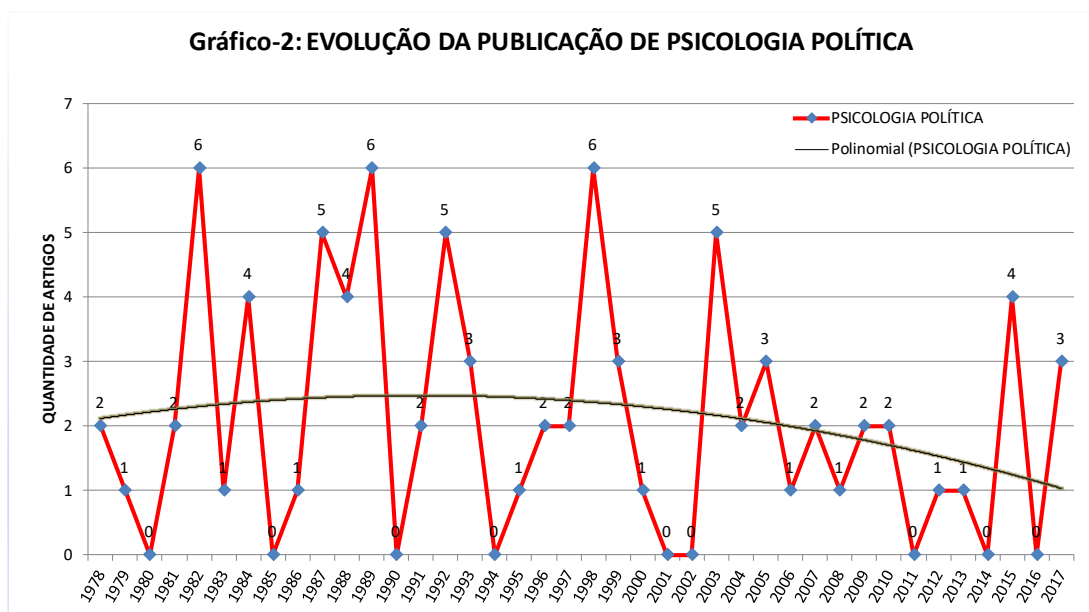


O **Gráfico-1: Distribuição por Objeto** demonstra que, no âmbito dos artigos que se voltam aos fenômenos sociopolíticos, quase a metade (46%) pode ser relacionada com a Psicologia Política. Valendo ressaltar que os artigos classificados nas categorias Politização e Politização Direta podem ser considerados importantes, pois denotam os movimentos de conscientização das dimensões políticas da área, considerados por Montero (1991) como fatores que contribuem para o desenvolvimento do interesse e busca por objetos de estudo da Psicologia Política. Contudo, se tomarmos o número geral de artigos nas revistas, podemos observar outro cenário.

Se considerarmos todos os artigos presentes nas revistas analisadas, podemos levantar um total de quatrocentos e oitenta e uma publicações (481). Diante desse total de artigos, a representação de artigos selecionados nessa pesquisa representaria 38,25% das publicações, ou seja, 38,25% de todos os artigos das revistas podem ser relacionados a fenômenos políticos. Se tomarmos por base somente os artigos da categoria Psicologia Política, considerando o total de publicações nas revistas, o número cai para 17,46%, que seriam relacionados diretamente à Psicologia Política. Se considerarmos um universo de 481 artigos publicados ao longo de 39 anos, oitenta e quatro artigos não são a maioria, mas podem indicar um esforço de parte dos analistas do comportamento em estudar questões da Psicologia Política. Considerando as demais pesquisas que se voltam aos fenômenos políticos, podemos dizer que para uma parte dessa comunidade esse é um tema relevante de estudo. Podemos considerar também que esses autores que publicavam artigos voltados aos fenômenos sociopolíticos nesses espaços de divulgação, realizavam um esforço não só de afirmação da necessidade de conscientização política, como também buscavam avançar o conhecimento na

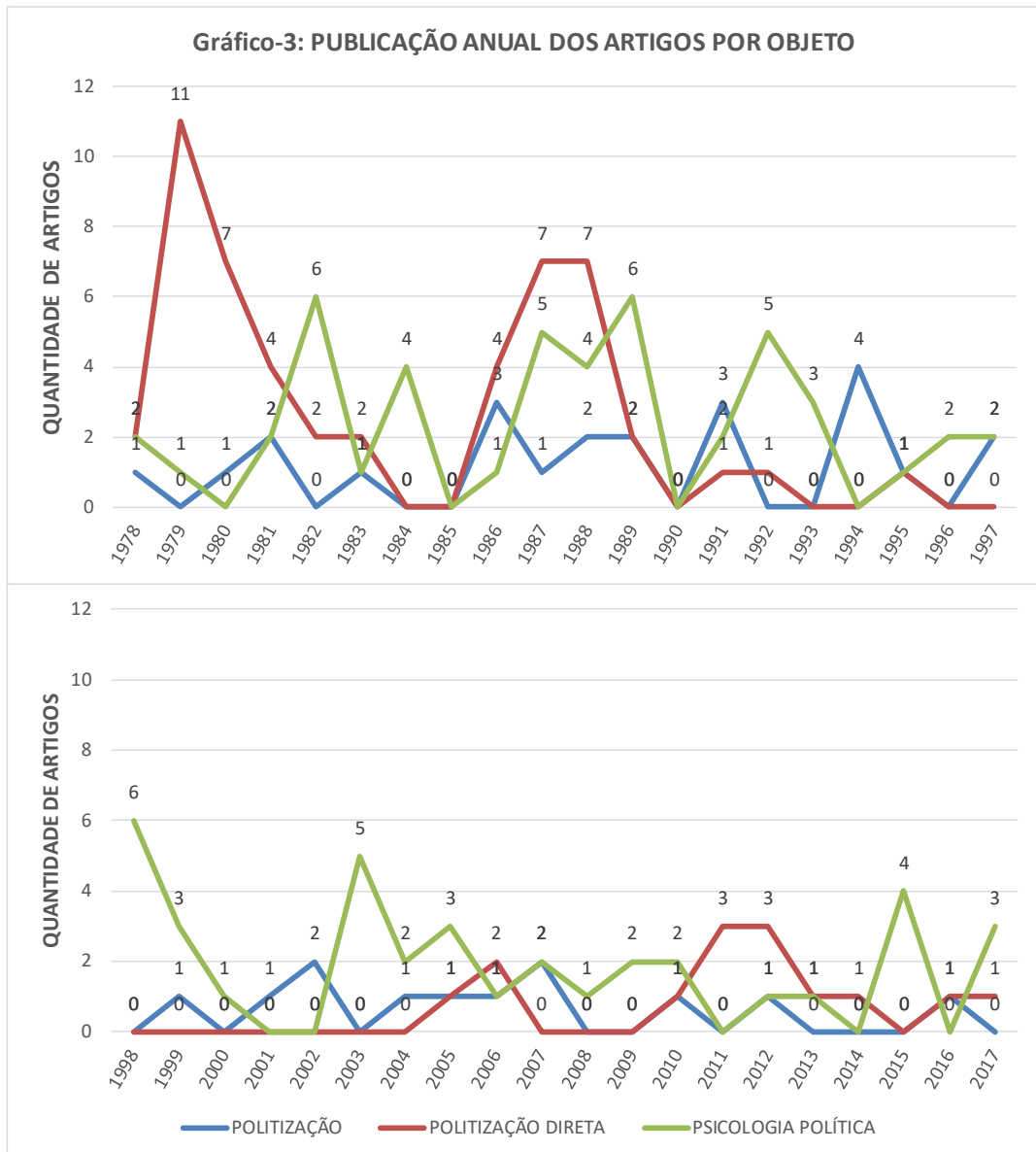
área, visto que estavam discutindo as dimensões políticas da Análise do Comportamento e produzindo novas pesquisas. Observar que dentro dessas revistas há espaço para pesquisas que se voltam aos fenômenos políticos possibilita defendermos a ideia do reconhecimento por parte da comunidade de analistas do comportamento, da importância de promover conscientização política e avançar o conhecimento da área sobre esses fenômenos como uma forma de promover a mudança de nossa realidade. Contudo, apesar dos números totais, se observarmos as publicações ano a ano é possível notar uma oscilação na produção.

No **Gráfico-2: Evolução da Publicação de Psicologia Política**, podemos acompanhar a oscilação da produção de textos dentro do escopo da Psicologia Política durante o período de 1978 a 2017. São marcas dessa oscilação principalmente as produções dos anos 1980, 1981, 1982 e 1983. De 1980 para 1981 a produção salta de nenhuma publicação para três, e no ano seguinte dobra para seis. Contudo, em 1983 o número cai para apenas um texto. Contribui para a oscilação o fato da ausência de publicação da revista nos anos em que ela muda de nome. Em 1985 não há publicação nenhuma, para em 1986 as publicações voltarem já com a revista sendo chamada de *Behavior Analysis and Social Action*, sendo que nesse primeiro ano apenas um artigo publicado pode ser considerado como um estudo de Psicologia Política. O número de pesquisas avança até 1989, um ano antes de uma nova mudança de nome. Em 1990 também ocorre um hiato na produção, que retorna como *Behavior and Social Issues* em 1991.



O **Gráfico-2: Evolução da Publicação de Psicologia Política**, nos apresenta um panorama em que podemos dizer que há uma parte dos analistas do comportamento

interessada no estudo de questões sociopolíticas. Entretanto, isso não implicou, pelo menos até agora, no desenvolvimento de um programa de estudos sistemáticos de temas da Psicologia Política na Análise do Comportamento. Por meio dessa pesquisa, consideradas suas limitações, como ter analisado a produção de apenas essas três revistas, o que observamos é uma diminuição recente na tendência de pesquisas que podem ser relacionadas com a Psicologia Política. Oscilação semelhante à observada na produção de artigos classificados como pertencentes a estudos da Psicologia Política também pode ser observada na categoria Politização Direta. No **Gráfico-3: Publicação Anual dos Artigos por Objeto**, podemos observar a distribuição das publicações nas três categorias iniciais de análise ao longo dos 40 anos. Nesse gráfico ficam claras algumas tendências de publicação e queda em anos específicos.



Observamos que nos primeiros quatro anos de publicação a quantidade de textos classificados como *Política Direta*, que defendiam a necessidade de conscientização e posicionamento político da comunidade de analistas do comportamento, tem uma forte alta, com destaque para o ano de 1979, em que dez entre doze artigos publicados na revista se voltavam à política direta do analista do comportamento. O fato pode ser explicado por pelo menos dois fatores. O primeiro seria a necessidade de afirmação e estabelecimento da revista; parece coerente que uma revista que se volte às discussões políticas estude e defenda a importância do conhecimento e atividade na área. O segundo fator pode ser justamente o contexto sociopolítico que impulsionou os autores da área a formar grupos de discussão e criar as revistas, agindo como motivador das publicações. Lembrando que o final da década de 1970 e início da década de 1980 foi um período de acirramento da rivalidade da Guerra Fria, o que, além de incitar discussões, também provocava reflexão sobre nossas organizações sociais, que apontavam a eminência de uma guerra nuclear. Além disso, observamos um aumento gradual nos textos que podem ser classificados como estudos de Psicologia Política a partir de 1980. O aumento pode ser efeito das discussões e conscientização da área, o que leva os autores a pensarem formas de atuação e, possivelmente, por isso passam a desenvolver pesquisas que possibilitem a atuação do analista do comportamento em fenômenos sociopolíticos.

Observamos um novo aumento de artigos de *Política Direta* e Psicologia Política da metade para o fim da década de 1980. Coincidindo com o governo Gorbachev (1985-1991), mas, sobretudo com a crise econômica e os eventos que culminariam no fim de regimes comunistas em diversos países como “Hungria, Romênia, República Democrática Alemã” (Hobsbawm, 1995, p. 471) entre outros, e por fim com a derrocada do regime na URSS (Hobsbawm, 1995). É notória a quantidade de artigos que poderiam ser considerados como estudos de Psicologia Política nesse período. Em 1988 o número de publicações atinge sete artigos nessa categoria, sendo que no ano anterior haviam sido cinco artigos e no seguinte seriam seis, a maior sequência em três anos consecutivos. É justamente em 1989 que ocorrem os desligamentos de estados do leste europeu da URSS. No ano de 1989, dois artigos, Rakos (1989b) e Ulman (1989) se dedicam a discutir diretamente as crises observadas no regime socialista. Além destes, Los Horcones (1989) defendem que princípios da Análise do Comportamento sejam considerados em uma tentativa de construção de uma sociedade menos desigual, e Peck (1989) discute questões ligadas à ameaça nuclear que, de certa forma, se relacionava com a crise no regime soviético. A correlação entre eventos sociopolíticos da

época, o aumento do número de artigos e os temas dos artigos publicados nos permite defender que a comunidade de analistas do comportamento estava atenta às demandas de um mundo que discutia suas bases políticas; e já debatidas as necessidades de posicionamento em anos anteriores, buscava desenvolver conhecimento para contribuir com formas de solução dos conflitos e riscos observados nas crises enfrentadas no período.

Outros dois períodos também são exemplos da sensibilidade dos analistas do comportamento aos contextos políticos que os cercavam. Podemos citar o período de 1996 a 1998, relacionado às reformas do *welfarestate*, que corta direitos ou benefícios, a depender da visão política, para diminuir as contas do Estado americano, por meio de lei em 1996 (Orloff, 2002). O contexto dessas reformas se reflete em cinco dos sete artigos do segundo número do volume oito da *Behavior and Social Issues*; eles se dedicam diretamente as implicações das reformas (Nevin, 1998; Malott, 1998a, 1998b; Mattaini, 1998 e Ruiz, 1998). E outra curva semelhante na produção é no período de 2001 a 2003, tendo como contexto os atentados terroristas e as consequentes formas de lidar com o ocorrido, esses trágicos acontecimentos levam a revista a publicar uma edição especial em 2003 sobre o “terrorismo e violência coletiva” (*Behavior and Social Issues*, volume 12, n. 2).

Outro dado interessante é que, apesar das questões serem relacionadas majoritariamente ao contexto norte americano, existem publicações, sobretudo mais recentemente, que se relacionam com o contexto brasileiro, seja pelo objeto da pesquisa, ou pelos autores(as) serem brasileiros(as). São alguns exemplos: Ulman (2006), que analisa uma passeata no Brasil; Todorov (2005), que analisa, à luz das metacontingências, casos de adolescentes de Brasília que haviam recebido penas de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente; o mesmo autor em 2010 discute questões do aquecimento global com a perspectiva da Análise do Comportamento (Todorov, 2010). Em 2017 temos três pesquisas diretamente relacionadas ao contexto brasileiro e que foram consideradas dentro da categoria Psicologia Política: Guerin e Ortolan (2017), que ao estudar a violência doméstica vão afirmar a necessidade da consideração de questões em amplo espectro, como a política; Baia et al. (2017), que buscam por meio da Análise do Comportamento reconstruir a etnogênese dos Tapuios do Carretão, comunidade do centro-oeste do Brasil; e Fava e Vasconcelos (2017) analisam as metacontingências na lei do Bolsa Família.

Em âmbito geral, os dados nos permitem afirmar que, se por um lado, apesar dos esforços de uma parte da comunidade, um programa sistemático de estudo de fenômenos políticos não pode ser observado na produção, por outro as questões políticas nunca deixaram

de ser consideradas na área, ainda que em pouca quantidade. De forma constante, ainda que pequena em números totais, a produção de pesquisas voltadas aos fenômenos políticos parece ter se dado sempre relacionada ao contexto e eventos políticos que ocorriam e permeavam a produção. Podemos dizer então que parte dos analistas do comportamento estão sensíveis às questões políticas, às dimensões políticas da Análise do Comportamento, e procuram produzir conhecimento sobre os comportamentos políticos e como indivíduos e contexto sociopolítico se influenciam mutuamente.

4.3- Categorias temáticas

Após a classificação nas categorias iniciais, uma segunda classificação dos dados dos textos foi feita com o objetivo de mapear as formas de estudo utilizadas pelos autores. Assim, conforme os artigos foram lidos, categorias baseadas nos métodos e objetivos de pesquisa foram criadas e os artigos analisados classificados nessas categorias. Com essa sistematização foram estabelecidas oito categorias. Na **Tabela 4. Critérios de Classificação das Categorias**, são apresentadas as categorias e os critérios de inclusão dos textos em cada uma delas.

Tabela 4. Critérios de Classificação das Categorias	
Categoria	Critérios
Análise de Caso	O texto discute e analisa eventos sociopolíticos por meio dos conceitos da Análise do Comportamento.
Análise e Participação	O texto é uma pesquisa em que o analista do comportamento (pesquisador) participa do fenômeno sociopolítico que analisa. E realiza a análise por meio dos conceitos da Análise do Comportamento.
Experimento Sociopolítico	O texto é uma pesquisa que produz um experimento voltado ao estudo do comportamento político individual ou em grupos.
Experimento Sociopolítico e Participação	O texto é uma pesquisa em que o analista do comportamento (pesquisador) produz uma intervenção em um fenômeno sociopolítico e participa do experimento como ator sociopolítico.
Filosófico epistemológico	O texto discute as implicações políticas de teorias e interfaces teóricas.
Republicação/Manifesto	O texto é uma republicação de pesquisa ou discussão teórica de autores de outras áreas da ciência ou

Tabela 4. Critérios de Classificação das Categorias

Categoria	Critérios
	manifestos políticos.
Revisões de Livros e Artigos	O texto é uma revisão de livros ou artigos voltados aos fenômenos sociopolíticos.
Teórico Conceitual	O texto propõe o Behaviorismo Radical como possível solução para questões políticas; e/ou discute divergências entre analistas do comportamento sobre a Análise do Comportamento ser uma possibilidade de solução para questões políticas.

Ao decorrer da classificação uma dificuldade foi encontrada. Por vezes, alguns artigos, a depender da interpretação, pareciam pertencer a mais de uma categoria, pois uma parte do texto era dedicada à defesa do Behaviorismo Radical e da Análise do Comportamento como possível solução para questões políticas – teórico conceitual – e em partes posteriores apresentava análises de eventos sociopolíticos à luz dos conceitos da Análise do Comportamento – análise de caso. Nesses casos, os artigos eram classificados na categoria Análise de Caso, pois outros artigos faziam a defesa do Behaviorismo Radical e da Análise do Comportamento como ferramentas para solução de questões sociopolíticas, mas não analisavam um evento sociopolítico específico. Algumas vezes o critério foi mais complexo, caso o texto realizasse uma análise se pautando nos princípios da Análise do Comportamento, assumindo que já havia conhecimento científico suficiente na área para interpretação e estudo do fenômeno, era considerado na categoria Análise de Caso (ex.: Janssen, 1986). De outra forma, se o texto propôs que a Análise do Comportamento precisava se debruçar sobre a questão, e então produzir o conhecimento e os conceitos que viriam a permitir a análise e o estudo do fenômeno ou evento sociopolítico, então o artigo era classificado como Teórico Conceitual (ex.: Murphy, 1986). É preciso considerar que essas categorias são arbitrárias, os autores dos textos em si não se valiam delas. Contudo, o esforço de agrupar os textos em categorias que sinalizem os procedimentos nos textos objetiva, ainda que não de forma ideal, possibilitar uma apresentação de formas de estudo da Análise do Comportamento, por vezes próximas das de outras áreas que se dedicam à Psicologia Política. Na **Tabela 5. Exemplos de Pesquisa por Categoria**, são apresentadas as categorias com trechos que exemplificam quais pesquisas foram classificadas como pertencentes a determinada categoria.

Tabela 5. Exemplos de Pesquisas por Categoria

Categoria	Pesquisa	Trecho
Análise de Caso	Three Metacontingencies in the Pre-perestroika Soviet Union (Lamal, 1991)	São descritas três metacontingências na União Soviética e alguns de seus problemas associados. As metacontingências são: (1) controle centralizado da economia; (2) aumento da produção como principal objetivo, (3) manutenção do poder e privilégio pela nomenclatura (p. 75)
Análise e Participação	To Cuba with the Venceremos Brigade (Holland, 1978a)	A Brigada Venceremos era idealmente adequada ao meu interesse especial de aprender em primeira mão sobre o sistema de mudança de comportamento Cubano. Era perfeito para o aprendizado de como a pessoa socialista é criada como resultado de libertar a sociedade dos males endêmicos da sociedade capitalista (p. 21)
Experimento sociopolítico	Stimulus Equivalence and Social Categorization in Northern Ireland (McGlinchey e Keenan, 1997)	Os sujeitos incluíram 28 crianças da escola primária que eram selecionadas randomicamente de duas escolas, uma Católica e outra Protestante. (...) dois sujeitos de 12 anos junto com 6 adultos (cinco Católicos e três Protestantes) também foram selecionados (...) O procedimento experimental começou com um conjunto de instruções seguidas de um procedimento de discriminação condicional em que foram ensinadas quatro discriminações condicionais para os sujeitos. Em seguida, os sujeitos receberam um teste de equivalência padrão. Dando continuidade, novos testes de equivalência foram aplicados, incluíram estímulos arbitrários e não arbitrários. Esses testes incluíram os estímulos de comparação que não estavam entre os estímulos apresentados durante o treinamento de discriminação condicional. (p. 116)
Experimento sociopolítico e participação	Pilot Walden Two Experiments: Beginnings of a Planned Society (Comunidade Los Horcones, 1997)	Los Horcones é o ambiente de um experimento piloto Walden Two, onde os membros trabalham para obter dados sobre comportamentos relevantes para o planejamento cultural, incluindo comportamentos: cooperativo e competitivo; agressivo e pacífico; compartilhando e possessivo; igualitários e discriminatórios. (Horcones, dezembro 1978-1). Desta forma, dados experimentais estão disponíveis para o desenvolvimento da comunidade e para iniciar outros experimentos baseados em Walden Two em outros lugares.

Tabela 5. Exemplos de Pesquisas por Categoria

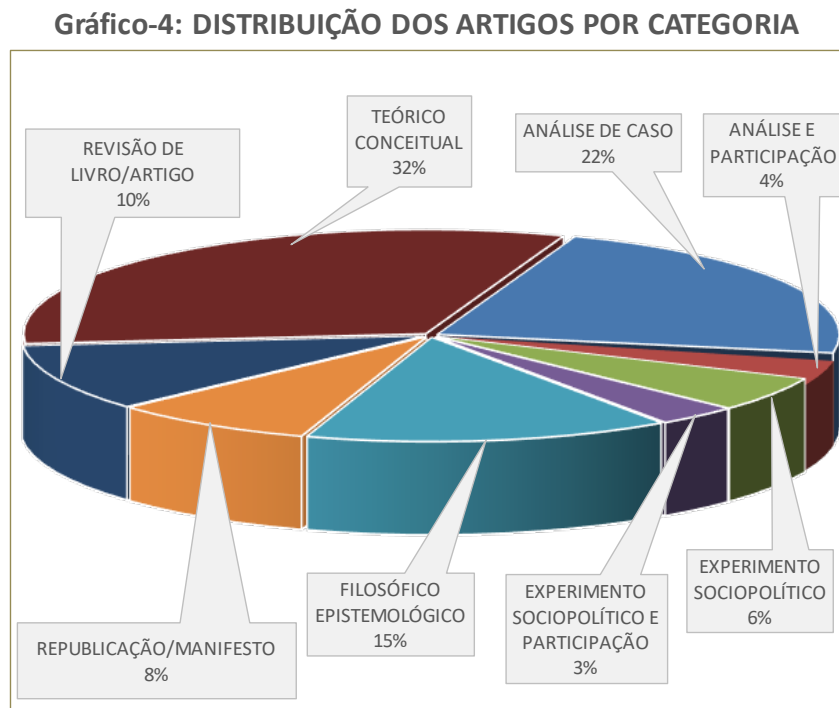
Categoria	Pesquisa	Trecho
		(p. 26)
Filosófico Epistemológico	Toward Cooperative Behavior Between Pragmatic Behaviorists and Marxist Behaviorists: Philosophical Action Considerations (Rakos, 1980)	Os behavioristas interessados em promover mudança social provavelmente se identificam principalmente com uma das duas filosofias de ação social amplamente definidas, denominadas o pragmatismo (reforma liberal, democrática) ou o marxismo / socialismo. Este artigo avança dois argumentos: (1) O behaviorismo é compatível com muitos aspectos significativos das duas abordagens filosóficas e pode servir como a "filosofia guarda-chuva", e (2) para os behavioristas, o foco nas diferenças reais entre as filosofias frequentemente não é justificado por motivos empíricos. Finalmente, são oferecidas sugestões concretas para o comportamento cooperativo entre behavioristas pragmáticos e behavioristas marxistas. (p. 10)
Republicação/ Manifesto (Manifesto)	Advocating for Activism (Benson, 2017)	Através da minha experiência no Havaí com o Comitê Legislativo da HABA, vi como os analistas de comportamento podem desempenhar um papel na formulação de políticas quando nos organizamos dentro de nossa própria profissão e setores, o que é exatamente o que fizemos através da a legislação de segurança do autismo e o licenciamento [do profissional] (...) Nossas contribuições políticas para a legislação de segurança do autismo (...) são evidências do impacto que podemos ter nos resultados legislativos. É essa crença que guia meu trabalho hoje. (p. 189)
Republicação/ Manifesto (Republicação)	Why Socialism? (Einstein, 1979, original publicado em 1949)	Inúmeras vezes têm afirmado há algum tempo que a sociedade humana está passando por uma crise, que sua estabilidade foi gravemente rompida. É característico de tal situação que os indivíduos se sintam indiferentes ou mesmo hostis em relação ao grupo, pequeno ou grande, ao qual pertencem. Para ilustrar o meu argumento, deixe-me registrar aqui uma experiência pessoal. Recentemente discuti, com um homem inteligente e bem-disposto, a ameaça de outra guerra, que na minha opinião prejudicaria seriamente a existência da humanidade, e observei que apenas uma organização supranacional ofereceria proteção

Tabela 5. Exemplos de Pesquisas por Categoria

Categoria	Pesquisa	Trecho
		contra esse perigo. (p. 44)
Revisão de Livro/Artigo	Twenty Years Later, Commentary on Skinner's "Why We Are Not Acting to Save the World" (Rumph et al, 2005)	“Why We Are Not Acting to Save the World” de Skinner, foi apresentado a Associação Americana de Psicologia em agosto de 1982. Mais tarde, foi publicado em uma coleção de artigos "Upon Further Reflection" (1987). Este artigo é importante para os analistas de comportamento, porque ele nos pede para além das nossas aspirações de ajudar as pessoas a viver vidas melhores e mais produtivas, a aplicar a análise do comportamento aos problemas que colocam em perigo a própria existência da espécie humana e das culturas que a humanidade produziu. (p. 1)
Teórico Conceitual	On Armament Traps and How to Get Out of Them: Lessons from Research on Doves (Nevin e Fuld, 1993)	Os organismos geralmente escolhem recompensas pequenas, mas imediatas, em detrimento a recompensas grandes, mas atrasadas, a longo prazo. Quando nações optam por obter vantagens relativas imediatas sobre um oponente, mesmo que o desarmamento possa levar a grandes benefícios, atrasados para ambas as partes, podemos compreender o comportamento delas sob essa perspectiva. A pesquisa comportamental com pombos e seres humanos sugere que os efeitos da armadilha de pequenas recompensas imediatas podem ser evitados, organizando atrasos antes da escolha crítica, ou fornecendo uma resposta de compromisso que impede a tentação pela pequena recompensa imediata. Outros métodos que demonstraram ser efetivos incluem sinalizar a disponibilidade da grande recompensa durante o atraso e recompensar o comportamento alternativo compatível com as escolhas da grande recompensa atrasada. São sugeridas aplicações dessas descobertas experimentais para o comportamento das nações e são propostas estratégias para atuação para o bem comum a longo prazo e para evitar as armadilhas de armamento (p. 63)

A partir da classificação dos textos nas categorias apresentadas nas **Tabelas 4. Critérios de Classificação das Categorias** e **5. Exemplos de Pesquisa por Categoria**, foi

possível observar uma distribuição da produção, apresentada no **Gráfico-4: Distribuição dos Artigos por Categoria**.

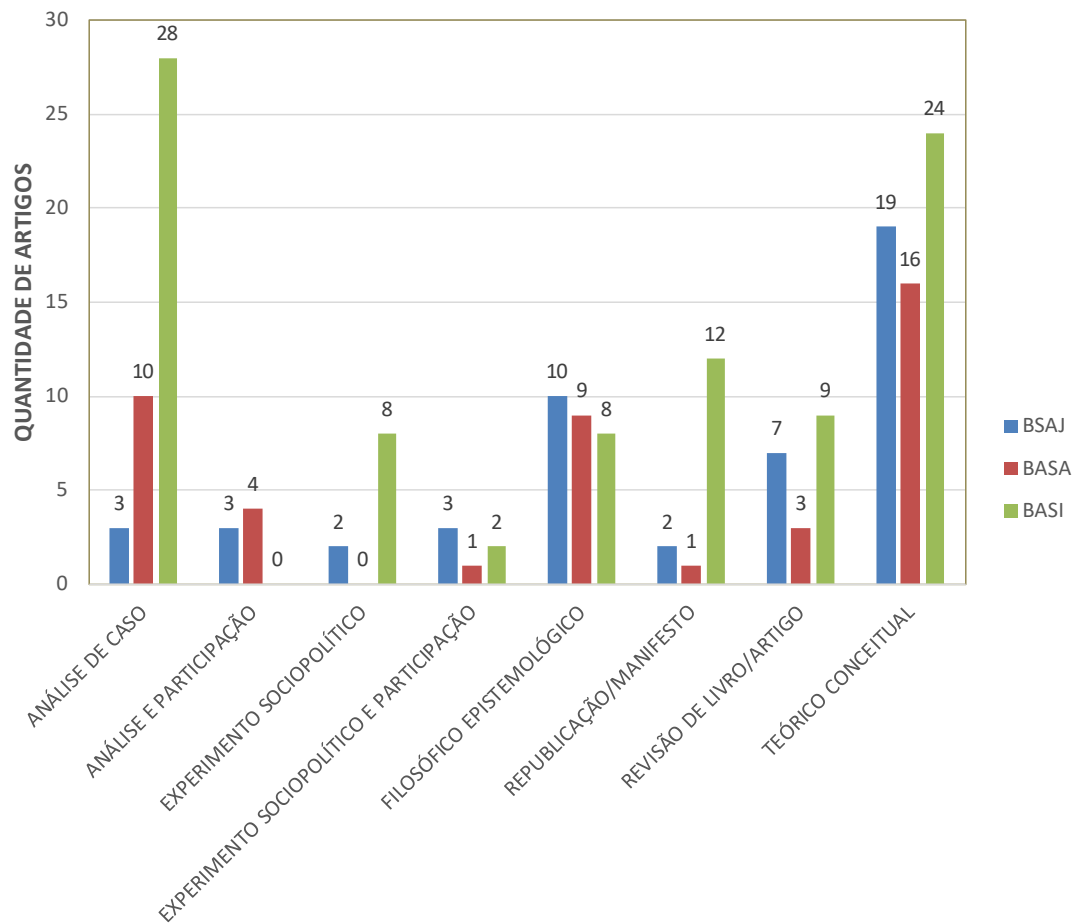


O **Gráfico-4: Distribuição dos Artigos por Categoria** nos permite observar um cenário em que a maior parte da produção se concentra nas categorias Teórico Conceitual, Análise de Caso e Filosófico Epistemológico. A concentração de estudos nas categorias Teórico Conceitual e Filosófico Epistemológico pode indicar um exercício dos autores da área em pensar possibilidades e a relevância do estudo dos fenômenos políticos, ainda que também indiquem não haver um programa de pesquisa pronto na Análise do Comportamento para estudar esses fenômenos. A segunda maior concentração de estudos, na categoria Análise de Caso, parece ser um reflexo da já abordada sensibilidade de parte da comunidade de analistas do comportamento em relação aos seus contextos sociopolíticos, o que impulsionaria uma produção de análises de eventos e fenômenos políticos por meio dos casos observados em seus cotidianos.

Outros dados também podem complementar essa observação e chamam a atenção no **Gráfico-5: Distribuição dos Artigos por Revista e Categoria**. Nesse gráfico, são apresentados os números de publicações em cada uma das categorias, de acordo com as revistas *Behaviorists for Social Action Journal (BSAJ)*, *Behavior Analysis and Social Action*

(BASA) e *Behavior and Social Issues* (BASI). No **Gráfico-5: Distribuição dos Artigos por Revista e Categoria**, podemos observar na soma de todos os artigos uma maior incidência de artigos teóricos conceituais em todas as fases da produção da comunidade de analistas do comportamento. Contudo, na *Behavior and Social Issues* (BASI), atual fase da revista, o número de artigos classificados como Análise de Caso supera o de artigos classificados na categoria Teórico Conceitual.

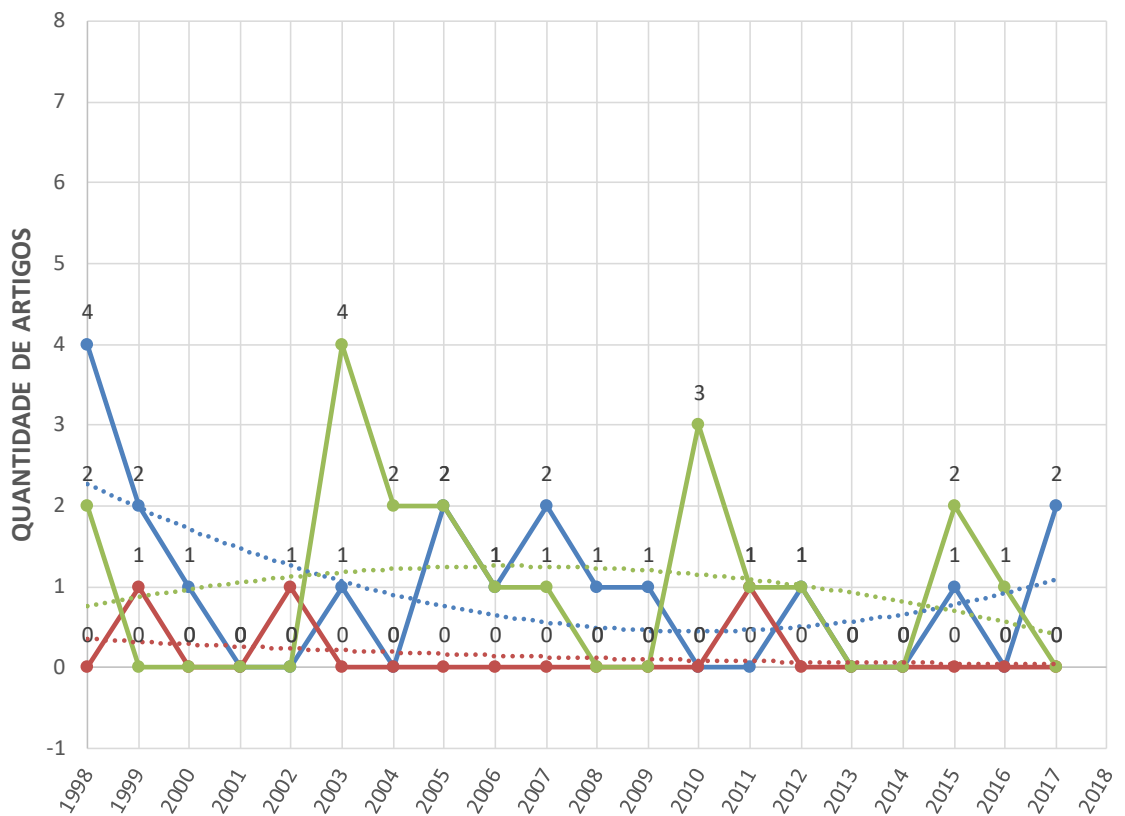
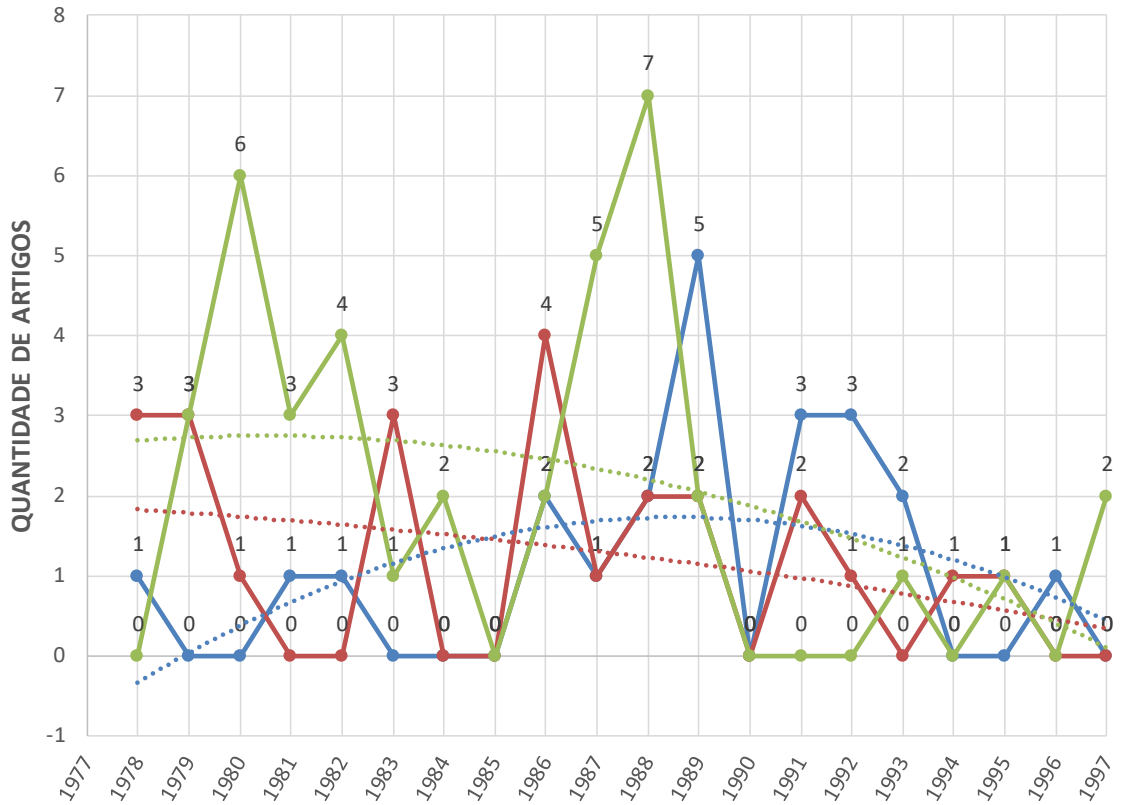
Gráfico-5: DISTRIBUIÇÃO DOS ARTIGOS POR REVISTA E CATEGORIA



A comparação dos dados dessas duas categorias (Análise de Caso e Teórico Conceitual) pode indicar um dado importante. Inicialmente eles podem indicar uma tendência de inversão na produção, mas um olhar mais detalhado revela a construção de um equilíbrio na preferência dos autores para produzirem esses tipos de artigos. Pois se as pesquisas classificadas na categoria Teórico Conceitual iniciam com uma diferença de 16 artigos contra 3 da categoria Análise de Caso na *Behaviorist for Social Action Journal*, essa diferença diminui durante as publicações da *Behavior Analysis and Social Action* para seis artigos, e no

início da terceira fase da revista ocorre a inversão da quantidade de produção. Na *Behavior and Social Issues*, a categoria Teórico Conceitual passa a contar com 24 artigos no total, dois a menos que a categoria Análise de Caso. Lembrando que a principal diferença entre os artigos da categoria Análise de Caso era justamente o critério de uso de conceitos para análise de eventos políticos específicos, como é o caso das pesquisas que analisam os impactos da reforma do *welfarestate* (Nevin, 1998; Malott, 1998a, 1998b; Mattaini, 1998 e Ruiz, 1998) e não apenas a defesa de que princípios e conceitos da Análise do Comportamento poderiam ser utilizados em estudos sobre fenômenos políticos. Outra organização do mesmo dado pode deixar mais claro o movimento de tendência de equilíbrio das categorias ao longo das diferentes fases da revista.

Gráfico-6: PUBLICAÇÃO ANUAL DE ARTIGOS POR CATEGORIA



- Análise de Caso
- Filosófico epistemológico
- Teórico Conceitual
- Polinomial (Análise de Caso)
- Polinomial (Filosófico epistemológico)
- Polinomial (Teórico Conceitual)

No **Gráfico-6: Publicação Anual de Artigos por Categoria**, as três categorias com maior número de artigos são comparadas. Nesse gráfico é possível observar mais claramente a inversão e posterior equilíbrio do enfoque da produção em análise de fenômenos políticos específicos. Observamos que, a partir do ano de 1991, há a inversão entre a quantidade de artigos que podem ser classificados como Teórico Conceituais e Análise de Caso e depois um revezamento na liderança por quantidade de artigos ao longo dos anos. A correlação dos dados nos permite fortalecer a hipótese de que inicialmente o esforço da comunidade na revista era defender e afirmar a Análise do Comportamento como uma alternativa aos demais sistemas explicativos de fenômenos sociopolíticos e que, ao longo da produção, as discussões foram produzindo algum efeito em parte da comunidade, que passa a analisar com mais frequência eventos políticos específicos de seus ambientes sociais. Corroborando a hipótese de que se por um lado não podemos afirmar a existência de um programa sistemático de pesquisas voltados diretamente à fenômenos políticos, por outro uma parte da área sempre esteve atenta às possibilidades da Análise do Comportamento como ferramenta para compreensão e intervenção nas realidades sociopolíticas da comunidade.

Capítulo 5- A Análise do Comportamento enquanto uma abordagem possível para a Psicologia Política: Considerações Finais

A Análise da produção de parte da comunidade de analistas do comportamento sobre fenômenos políticos nos permite afirmar o reconhecimento da importância dos estudos, tanto das dimensões políticas da Análise do Comportamento, quanto de fenômenos políticos em outros contextos e o próprio comportamento político. Apesar de não ser uma produção muito extensa e não ser possível afirmar que existe um programa sistemático de estudos sobre Psicologia Política na abordagem da Análise do Comportamento, sua comunidade parece estar frequentemente sensível aos eventos sociopolíticos que a permeiam, produzindo e aplicando conceitos dessa abordagem na tentativa de compreensão e intervenção nesses contextos. Dentro desse panorama, duas considerações parecem importantes. A primeira diz respeito ao desenvolvimento do interesse de analistas do comportamento pelo estudo de fenômenos políticos e o desenvolvimento da própria Psicologia Política. E a segunda pauta sobre a definição de comportamento político, para a qual a Análise do Comportamento pode contribuir e apresentar uma visão alternativa.

5.1- O desenvolvimento do interesse de analistas do comportamento pelo estudo de fenômenos políticos e o desenvolvimento da própria Psicologia Política.

Como apresentado no início desta tese (**Capítulo 1- A busca pela definição da Psicologia Política**), o desenvolvimento da Psicologia Política tem um período de formalização reconhecido no final da década de 1970 (Montero, 1991; Garzón, 1993; Montero e Dorna, 1993; Jiménez, 1996; Sabucedo, 1996; Dávila et al., 1998; Schildkraut, 2004; Espinosa et al., 2012; Mota Botello, 2012; Rosa e da Silva, 2012). No mesmo momento em que observamos uma organização e consolidação do interesse de uma parte da comunidade dos analistas do comportamento no estudo de fenômenos políticos (Behaviorists for Social Action Journal, 1978; Lopes e Laurenti, 2016; Luke et al., 2017). Se o início da publicação da *Behaviorists for Social Action Journal*, em 1978, foi uma marca de consolidação do interesse de parte da comunidade dos analistas do comportamento em questões políticas, a fundação da Sociedade Intencional de Psicologia Política em 1978 é assumida como a data da formalização da Psicologia Política. Para além de uma coincidência de datas, a forma como se desenvolvem esses interesses de estudo, tanto dentro da Análise do Comportamento quanto na Psicologia Política, são semelhantes.

De acordo com Montero (1991), e como também exposto no **Capítulo 1- A busca pela definição da Psicologia Política**, para que fosse possível o desenvolvimento da Psicologia Política, foram necessários, além da consolidação da Psicologia e das Ciências Políticas enquanto disciplinas independentes, movimentos de conscientização e debates das dimensões políticas das próprias áreas. Para usar os termos de Martin-Baró (1991), é a partir da “Política da Psicologia” (p. 207) que se torna possível uma “Psicologia da Política” (p. 206-207). Da mesma forma, se nos atentarmos aos dados obtidos a partir das categorizações da produção realizadas nessa pesquisa, sobretudo no **Gráfico-3: Publicação Anual dos Artigos por Objeto**, podemos observar que inicialmente as discussões se concentraram na necessidade de conscientização e posicionamento político do analista do comportamento (categoria Politização Direta), e posteriormente houve um aumento de pesquisas voltadas a temas e objetos próprios da Psicologia Política. O mesmo movimento pode ser observado na obra de Holland (1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a, 1978b, 1980) aqui analisada (**Capítulo 3- A revolução de Holland: o Behaviorismo Radical aplicado à política**). O autor inicia suas discussões dentro das dimensões e implicações políticas da Análise do Comportamento e avança, inclusive por meio de interfaces com outros autores, em análises de fenômenos políticos (Holland 1971, 1974/2016, 1975a, 1975b, 1976, 1977, 1978a,

1978b, 1980). Contudo, Montero (1991) aponta uma dificuldade nessa forma de desenvolvimento do interesse dos pesquisadores e a consolidação da Psicologia Política.

Montero (1991) vai afirmar que o momento de discussão das dimensões políticas da Psicologia é importante para o desenvolvimento de uma Psicologia Política autônoma, mas envolve riscos. Segundo a autora, nessa fase as discussões podem levar à estagnação dos programas de pesquisa devido à concentração das discussões no fazer da Psicologia, mas não em uma Psicologia da Política. Sobre esse momento da produção e desenvolvimento da Psicologia Política afirma Montero (1991):

Assim, o trabalho do psicólogo pode ser em função de uma causa ou linha política, ou de uma teoria política (nesse sentido o marxismo tem sido particularmente influente). Mas ao mesmo tempo, se introduz um novo elemento que pode gerar uma grande confusão no campo ao derivar [a teoria] de tal forma que o seu objeto [objeto da psicologia política] não chega a se constituir. Referimo-nos aos trabalhos que fazem a crítica epistemológica da Psicologia enquanto uma ciência a serviço de certos interesses e produto de um determinado sistema social. Definem-se neles o caráter político que podem ter as formas de fazer política, mas não se trata de Psicologia Política (...) (p. 30).

Montero (1991) explicita que as discussões em torno das dimensões políticas podem levar o campo a não consolidar objetos específicos da Psicologia Política. A razão para isso se dá à medida em que as pesquisas em Psicologia derivam das discussões das teorias políticas, nas quais estão embasadas, mas não avançam em temas ou objetos da relação entre indivíduo e fenômeno político em outros contextos. Esse conflito ressaltado por Montero (1991) com risco de estagnação na produção de pesquisas relacionadas a Psicologia Política, também pode ser observado, guardadas suas peculiaridades, na Análise do Comportamento.

Esse questionamento sobre a relação da produção com as teorias políticas nas quais se embasa ou está alinhada, também é observado na produção da Análise do Comportamento. Um período em que as discussões ficam mais evidentes é o de 1988 e 1989. Nesses dois anos da produção observamos uma sequência de textos e respostas que discutem se a Análise do Comportamento está alinhada ao socialismo ou ao capitalismo (Rakos, 1988a, 1988b, 1989b; Morrow, 1988; Ulman 1988, 1989). Nessa discussão temos Rakos (1988a, 1988b e 1989) mais alinhado ao capitalismo: “Minhas análises, admitidamente rudimentares, sugerem que o

capitalismo parece ser bastante consistente com a teoria comportamental, pois as contingências que ele especifica permitem seres humanos adquirirem reforçadores através do desenvolvimento de opções comportamentais expandidas, sustentadas pelo avanço tecnológico” (Rakos, 1988a, p. 22). E Morrow (1988) e Ulman (1988, 1989), mais alinhados ao socialismo, como exemplificam os trechos de Morrow (1988): “Eu continuo a ser otimista, eu acredito que o socialismo vai aprender a manejar melhor contingências de forma não aversiva (...) O Socialismo permanece historicamente jovem, menos de 70 anos. Não vamos desconsidera-lo já” (Morrow, 1988, p. 24). E de Ulman (1988):

Eu considero o capitalismo como uma cultura mundial evoluída em declínio e os atuais Estados trabalhistas como o primeiro passo para a construção de uma cultura mundial comunista (...) Rakos conclui que o capitalismo é consistente com a natureza humana (princípios de comportamento), enquanto o socialismo não é. Sua posição antissocialista me levou a oferecer uma resposta baseada em uma análise materialista da cultura que, ao mesmo tempo, é consistente com a seleção do modo causal por consequências (Skinner, 1981) (Ulman, 1988, p. 25).

Os autores não só afirmam suas concepções, como comentam e criticam as dos outros. As discussões envolvem críticas severas de ambos os lados e parecem possibilitar uma hipótese de correlação com alguns dados levantados nesta pesquisa, sobretudo se levarmos em conta os riscos salientados por Montero (1991), no período em que as áreas se encontram nessas discussões de suas dimensões políticas. Apenas para exemplificar as críticas, seguem trechos de Rakos (1988b) em seus comentários sobre os textos de Morrow (1988) e Ulman (1988) e de Ulman (1989) em resposta:

Essa questão requer – e irá receber – uma análise mais ampla. Entretanto, no meio tempo, é importante reconhecer que meu argumento não pretende ser antissocialista. Eu estou simplesmente afirmando que nós devemos empregar análises científicas ao invés de políticas, uma vez que a longo prazo, uma sociedade mais justa dependerá mais de empirismo do que de ideologia (Rakos, 1988b, p. 32).

A visão equivocada de ciência de Rakos é paralela à sua concepção mal informada de socialismo - ou mais exatamente, de socialismo informado pela ideologia burguesa. Além disso, eu argumentaria que esses erros estão intimamente ligados, que sua falsa concepção de ciência e socialismo vem de uma vida de

exposição à cultura capitalista (Ulman, 1989, p. 31)

Definir a qual corrente político-econômica a Análise do Comportamento deveria se alinhar não é o objetivo da atual pesquisa. Mas parece relevante observar que, posteriormente a essas discussões, as produções tanto da categoria Psicologia Política quanto a Politização Direta, iniciam tendências de queda (ver **Gráfico-3: Publicação Anual dos Artigos por Objeto**). A categoria Psicologia Política só volta a contar com o mesmo número de publicações de 1989 no ano de 1998, relacionado às questões da reforma do *welfarestate* (Nevin, 1998; Malott, 1998a, 1998b; Mattaini, 1998 e Ruiz, 1998), mas não se sustenta em anos posteriores. Isso pode indicar que área passou pelas dificuldades assinaladas por Montero (1991) à época das discussões sobre suas dimensões políticas. Não é possível afirmar as causas da tendência de queda, e seria um equívoco argumentar que as discussões foram o principal motivo da tendência de queda nas publicações relacionadas à Psicologia Política. Mas estabelecer essa correlação como hipótese poderia indicar a possibilidade de investigações de futuras pesquisas, que certamente contribuiriam com o avanço da área.

Além disso, as publicações enfrentaram outras dificuldades, também observadas na Psicologia Política. Depois de 1989 a revista muda de nome novamente (ver **Capítulo 4- Análise da produção de textos das revistas: Behaviorists for Social Action Journal; Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues**). Como observamos no editorial de Rakos (1989a):

A maioria dos leitores da BASA sabe que este é uma espécie de último volume nosso. Após meses de negociações com uma fusão corporativa, Behaviorists for Social Action, a editora da BASA, concordou em transferir a revista para o Cambridge Center for Behavioral Studies. Nos termos do acordo, a BASA deixará de existir, e uma nova revista, Behavior and Social Issues, começará a ser publicada em 1990, com muitos dos editores da BASA no leme (Rakos, 1989a, p. 3).

A mudança descrita por Rakos (1989a) parece estar principalmente relacionada com motivos administrativos e provavelmente financeiros. Entretanto, o próprio editorial revela que as dificuldades enfrentadas pela revista, que Martin-Baró (1991) afirmaria estarem implícitas à Psicologia Política, seriam as dificuldades relacionadas ao contexto político em que a produção está inserida. No editorial, Rakos (1989a) afirma:

Mudança, a despeito das possibilidades animadoras, também é um tempo para reflexão. Eu estou desapontado que a BASA não possa mais construir um caminho independente, mas orgulhoso do que conquistamos contra algumas duras possibilidades. Em particular, nós nunca nos recuperamos do incidente de lançamento de tortas em uma convenção da ABA no início dos anos oitenta. Muitos aliados potenciais assumiram que nós pertencíamos à extrema esquerda violenta do espectro político e nos evitaram como a praga. Por outro lado nós sobrevivemos, e até crescemos, durante a era Reagan, que certamente será lembrada na história com uma mistura curiosa de horror, humor e descrença (Rakos, 1989a, p. 3).

Fica claro no trecho acima que a comunidade enfrentou oposição política direta, com manifestações que podem ser consideradas até contundentes. E podemos defender como realmente um fato positivo a revista e a organização ter sobrevivido a esse contexto e crescido durante a década. Oposição que, podemos observar, o próprio Holland também enfrentou. Ainda assim, a mudança de nome e sede da revista parece vir acompanhada com uma mudança em sua definição. Conforme foi possível observar no **Capítulo 4- Análise da produção de textos das revistas: Behaviorists for Social Action; Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues** (ver **Tabela 2. Trechos que apresentam as características e objetivos das revistas Behaviorists for Social Action Journal; Behavior Analysis and Social Action e Behavior and Social Issues**), o termo política não passa a estar mais citado explicitamente na definição e escopo da revista. De certa forma, seus temas estão muito ligados à política, de outra, o fato da produção de pesquisas voltadas aos temas e objetos da Psicologia Política não terem um espaço específico faz com que, se partirmos dos pressupostos de autonomia da Psicologia Política, como Montero e Dorna (1993), não possamos afirmar que a Análise do Comportamento possui um programa definido de estudo da Psicologia Política. Ou, no mínimo, o fato de não possuir um local específico de publicação dificulta a localização das pesquisas por pesquisadores de outras áreas interessados nos mesmos temas, como é comum na Psicologia Política (Sabucedo, 1996). Mas mesmo sem podermos afirmar categoricamente a existência de um programa de estudos sobre fenômenos políticos na Análise do Comportamento, foi possível observar também o interesse e a sensibilidade de uma parte da comunidade à essas questões, bem como seus esforços de estudo. Mesmo Montero e Dorna (1993), autores da Psicologia Política, ao estudar seu desenvolvimento, reconheceram na proposta da Comunidade Los Horcones (1989) uma pesquisa da Análise do Comportamento com características relevantes para esse subcampo em

formação:

É necessário mencionar também a experiência de Los Horcones, um experimento de governo planejado a partir da perspectiva comportamental, realizado em Hermosillo, México. E que constitui uma forma única de intervenção PsicoPolítica, digna de um estudo detalhado (Comunidade Los Horcones, 1990) (Montero e Dorna, 1993, p. 11)

A pesquisa citada por Montero e Dorna (1993), (Comunidade Los Horcones, 1990. *Personocracia: una forma de gobierno basada en la ciencia del análisis de la conducta. Revista latinoamericana de psicología*, 22(1), 111-13) apesar de não publicada diretamente nas revistas analisadas, é muito semelhante a uma publicação da própria Comunidade Los Horcones (1989) (Comunidade Los Horcones (1989) *Personalized Government: A Governmental System based on Behavior Analysis. Behavior Analysis and Social Action*, v. 7, n. 2 p. 42-47). As pesquisas iniciam de forma diferente, pois são destinadas a públicos diferentes, mas passam a ser muito semelhantes quando começam a descrever as tentativas de formas de governo experimentadas e estudadas na comunidade. Ambos os artigos descrevem que as formas de governo praticadas foram, respectivamente: “Governo do Planejador-administrador; Democracia direta e Sistema Personalizado de Governo” (Comunidade Los Horcones, 1989, p. 43-44) e “Governo de planejadores-administradores (...) Democracia e (...) Personocracia: Governo personalizado” (Comunidade Los Horcones, 1990, p. 115-120).

Os estudos da Comunidade Los Horcones (1982, 1989, 1990) são exemplos dos esforços de parte da comunidade dos analistas do comportamento em não só estudar, mas também transformar a realidade por meio dos conceitos da Análise do Comportamento. Eles descrevem cursos de ações, programas e formas de registrar mudanças em uma pequena comunidade experimental. Além desses, outros autores (Holland, 1978a, 1978b; Nevin, 1984, 1998; Visser, 1996; Malott, 1998a, 1998b; Mattaini, 1998, Ruiz, 1998; Todorov, 2005, 2010; Ulman, 2006; Guerin e Ortolan, 2017; Baia et al., 2017; Fava e Vasconcelos, 2017) em suas produções para uma análise de fenômenos políticos via Análise do Comportamento nos possibilitam observar algumas características dessa abordagem de estudo de comportamentos políticos que merecem ser consideradas.

5.2- A concepção de comportamento político da Análise do Comportamento para uma Psicologia Política

Levando em consideração os esforços e sensibilidade de uma parte da comunidade de analistas do comportamento em relação às questões e fenômenos sociopolíticos, uma característica da abordagem que parece ser importante de ser considerada para essa interface é sua concepção de estudo do comportamento. Ela pode ser uma alternativa aos conflitos de definição do conceito de comportamento político, como apresentados por Martin-Baró (1991). E em geral, as concepções de comportamento político se organizavam em três possibilidades: (a) de definição nos “marcos” do Estado (Martin-Baró, 1991, p. 577) - os comportamentos ocorriam nos limites do Estado, e nesse aspecto havia a vantagem do comportamento poder ser objetivamente definido, mas em contrapartida poderiam ser limitados em excesso os fenômenos a serem estudados; (b) possibilidades de definições por meio de “relações de poder” (Martin-Baró, 1991, p. 577) - o que poderia abarcar uma ampla gama de fenômenos, mas também promover uma descaracterização da especificidade da dimensão política do comportamento, já que grande parte dos comportamentos humanos envolve relações de poder; e (c) possibilidade definida pelo “impacto” que gerava na “ordem social” (Martin-Baró, 1991, p. 578) - mas com os desafios de avaliar e definir impactos de forma satisfatória (ver item: **1.3 A dimensão política da definição de comportamento político**).

Como exposto em itens anteriores (**2.1.1- O Behaviorismo Radical e sua visão de Comportamento**), a Análise do Comportamento assume o comportamento como o seu objeto de estudo por meio de uma perspectiva interacionista. O Comportamento na visão Behaviorista Radical descreve relações mutáveis. Retomando uma citação anterior, Skinner (1987) explica que “o que chamamos como comportamento evoluiu com um conjunto de funções que promovem o intercâmbio entre organismo e ambiente” (Skinner, 1987, p. 501). Essa afirmação do autor é importante, pois afirma o caráter relacional do comportamento (Sério, Micheletto e Andery, 2007) e joga luz sobre o modelo causal desse objeto de estudo. O modelo de causalidade proposto por Skinner (1981) é o de seleção por consequências (Skinner, 1981; Matos, 1999; Sério; Micheletto e Andery, 2007). De acordo com esse modelo o comportamento humano é resultado de três processos de variação e seleção que podem ser descritos, guardadas suas particularidades, em: (1) A evolução da espécie, (2) A história ambiental de cada organismo – condicionamento operante, e (3) A evolução das culturas em que esses organismos existem. Assim, buscar definir as causas de um comportamento seria buscar descrever essas interações numa perspectiva skinneriana, de acordo com Matos (1999):

causa é sinônimo de função (...) que é sinônimo de relações funcionais.

Ao analisarem fenômenos políticos, os analistas do comportamento partem desses mesmos pressupostos e buscam descrever relações funcionais que definem comportamentos políticos (Holland 1978a, 1978b; Nevin, 1984 e Visser, 1996). Um exemplo desse tipo de abordagem de um comportamento político pode ser encontrado em Visser (1996). Ao estudar e tentar propor formas de analisar o comportamento de votar à luz da Análise do Comportamento, Visser (1996) vai afirmar:

Uma Análise Comportamental (Radical) [Análise do Comportamento] do comportamento de voto começa com a observação de que o votar em determinado partido é uma resposta operante. Não é uma resposta reflexa a um estímulo eliciador, mas ao contrário, uma resposta emitida de tempo em tempo pela pessoa que vota (em condições de estímulo específicas). Dessa forma, o comportamento de votar está sob a influência de contingências de reforçamento, definidas como as inter-relações entre: a ocasião na qual a resposta ocorre, a própria resposta, e as consequências reforçadoras (Visser, 1996, p. 25).

Considerar o comportamento político de votar como um comportamento operante, mantido por contingências de reforçamento, é afirmar que esse comportamento influencia e sofre influências em/de seu ambiente (para maior esclarecimento sobre a noção de comportamento, ver item **2.1.1 O Behaviorismo Radical e sua visão de Comportamento**). Para Visser (1996), os períodos de eleição oferecem uma série de estímulos discriminativos para o comportamento de quem vota, e o votar em si não é reforçado apenas pelas mudanças no ambiente que as ações do candidato ou partido eleito vão provocar, ou não. O ato de votar pode sofrer influência das mudanças ambientais que ele mesmo produz em contingências mais próximas do ato de votar em si. Mudanças que podem reforçar ou punir o votar, alterando as probabilidades de voto no candidato A ou no candidato B. Para Visser (1996):

As consequências do comportamento de votar são aplicadas pela comunidade verbal do eleitor, ou seja, por aquelas pessoas socialmente próximas o suficiente para reforçar ou punir o comportamento de votar sem um atraso significativo (por exemplo, família, amigos, colegas, colegas de trabalho, trabalhadores de campanha, vizinhos, etc.). Além das influências mais próximas, contingências de reforço podem surgir a partir de fontes sociais mais afastadas. Pode-se pensar em "climas" dominantes ou modas na opinião pública, tornadas relevantes para o eleitor individual através dos

meios de comunicação de massa. Esses climas especificam probabilidades de reforço social ou desaprovação entre (certos segmentos identificáveis da) a massa pública (Noelle-Neumann, 1984). (Visser, 1996, p. 25).

O que Visser (1996) salienta, e que pode ser importante a ser considerado, é que o comportamento de votar é mantido por suas consequências no ambiente social. Isso significa que existem possibilidades das mais diversas que podem influenciar o ato de uma pessoa votar, e todas bastante singulares ao contexto de vida da pessoa em questão. As consequências do votar podem ser fornecidas por pessoas próximas, como por meio de comentários sobre “que tipo de gente é” o Ser Humano que vota em determinado candidato, mas também podem ser fornecidas pela ampla divulgação e sinalização de perda de reforçadores sociais para quem votar em determinado candidato. Visser (1996) busca descrever quais as prováveis relações entre o ato de votar e as alterações ambientais que ele poderia produzir, assim procura realizar uma análise funcional do comportamento de votar.

Quando afirmamos a concepção de estudo do comportamento da Análise do Comportamento como uma possibilidade e alternativa para definição e estudo do comportamento político, não estamos propondo que ela seja a única resposta para todas as questões da Psicologia Política. Na verdade, estamos argumentando haver uma possibilidade de realizar análises para questões da Psicologia Política de forma satisfatória por meio da Análise do Comportamento. Não seria a única forma, mas seria também uma abordagem capaz de se debruçar sobre esses fenômenos e contribuir com os avanços dos estudos. Assumir o estudo do comportamento político através da Análise do Comportamento é uma alternativa às possibilidades descritas por Martin-Baró (1991), pois o comportamento político no contexto dessa abordagem seria assumido pela sua função. Caracterizar-se-ia um estudo de Psicologia Política na abordagem da Análise do Comportamento aquele que buscasse compreender e descrever as funções políticas dos comportamentos. Comportamentos que podem ser desde o comprar blusas, até fazer uma passeata com faixas contra uma liderança política específica. Pois o ato de comprar blusas pode ser político se a função de comprar for, por exemplo, boicotar determinada marca ou confecção, que se vale de trabalho escravo no país, ou se a função do comportamento for reduzir a arrecadação do governo via imposto sobre aquele tipo de bem de consumo.

Contudo, mesmo definindo comportamento político por meio de sua função, pode ficar pouco claro o que seria a função política de um comportamento sem definir o que a

política é no contexto comportamental. Para isso, podemos retomar as discussões de agências de controle (ver item **2.2.1- Sobre a Ciência e o Comportamento Humano em Skinner**), de fato essas discussões não são questão fechada na Análise do Comportamento, mas descrevem um bom ponto de início. Se assumirmos a definição de política a partir de Furtado (1964), como um “(...) - instrumento que a própria sociedade utiliza para autodisciplinar-se - cabendo-lhe o monopólio de uso da força em nome da coletividade como um todo” (p. 40), poderíamos relacioná-la com o que Skinner (1953) defende serem agências controladoras, que justamente compõe formas do grupo exercer controle sobre o comportamento de seus membros e indivíduos. Assim estabelecendo, ainda que inicialmente um diálogo entre as áreas. De acordo com Skinner (1953): “(...) Agências controladoras manipulam conjuntos particulares de variáveis. Essas agências são geralmente mais bem organizadas que o grupo como um todo, e frequentemente operam com maior sucesso” (p. 363). A discussão de agências controladoras parece se relacionar ainda mais com esse conceito de Furtado (1964) quando Skinner (1953) passa a descrever o que seria a agência controladora governo:

Talvez o mais óbvio tipo de agência empenhada no controle do comportamento humano seja o governo. Os estudos tradicionais de ciência política lidam com a história e as propriedades dos governos, com vários tipos de estrutura governamental, e com as teorias e princípios que têm sido oferecidos para justificar as práticas governamentais. (...) Estritamente definido, o governo é uso do poder para punir (Skinner, 1953, p. 365).

A definição parece bastante próxima, mas é preciso salientar uma característica importante na definição de Skinner (1953). Na definição de governo enquanto uma agência de controle, Skinner (1953) se vale de termos como vários tipos de estruturas governamentais e práticas governamentais. O autor parece assumir que, enquanto agência de controle, o que se chama de governo muda ao longo da história. Sendo que é justamente o estudo da Ciência Política que se dedica a essas questões de diferentes propriedades, estruturas e práticas governamentais. Em trechos posteriores, Skinner (1953) também procura descrever outras técnicas de controle comportamental que podem ser observadas na agência governo, não a limitando ao uso da punição como restrição da liberdade ou castigo físico. Ainda que explicita que os governos se afastaram muito pouco das técnicas coercitivas, ele cita como uma alternativa, por exemplo, o controle econômico através de subsídios (cf. Skinner, 1953, p. 376-377). Novamente, a questão para o analista do comportamento parecem ser as relações funcionais, pois diante desse contexto de agências de controle governamental, Skinner (1953)

vai defender que: “Aqui a nossa principal preocupação serão os processos comportamentais através dos quais o governo exerce controle. Temos que examinar o comportamento resultante no governo e o efeito desse comportamento que explica porque a agência continua a controlar” (p. 365).

Diante de uma agência de controle como um governo, o analista do comportamento então não se aterá, por exemplo, à estrutura da organização somente, mas às relações funcionais entre a agência denominada governo e os comportamentos que se relacionam com ela e que a mantém. A partir dessas concepções, podemos defender que uma pesquisa da Análise do Comportamento sobre comportamento político buscaria compreender e descrever as relações funcionais entre os organismos e agências de controle, como a agência governo, enquanto prática de controle comportamental. Como mencionado anteriormente, afirmar as possibilidades da Análise do Comportamento não é defender que sejam suas concepções as correções necessárias às pesquisas da Psicologia Política, mas argumentar ser a Análise do Comportamento uma abordagem que também pode pensar as questões políticas de forma transformadora, se preocupar com as relações entre fenômenos políticos e comportamento individual e produzir pesquisas que avancem na área e contribuam para a Psicologia Política.

Referências Bibliográficas.

Abib, J. A. D. (1999). Behaviorismo radical e discurso pós-moderno. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 15(3), 237-247.

Abib, J. A. D. (2001). Teoria moral de Skinner e desenvolvimento humano. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14(1), 107-117.

Abib, J. A. D. (2016). Cenário de uma revolução psicológica. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 27-39.

Andery, M. A., & Sério, T. M. (2007). Reforçamento extrínseco e intrínseco. *Comportamento e Causalidade*, p.10.

Andery, M. A., Micheletto, N., & Sério, T. M. (2004). Publicações de BF Skinner: de 1930 a 2004. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 6(1), 93-134.

Audi, R. (1976). BF Skinner on freedom, dignity, and the explanation of behavior. *Behaviorism*, 4(2), 163-186.

Azrin, N. (1978). Toward a solution: A critique. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 175-175.

Baert, P. (1997). Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 12(35). p.1-13.

Baia, F. H., Neves, S. M. M., dos Reis Almeida Filho, J. C., de Melo Junior, I. F., Souza, A. C. G., & Lemes, I. G. (2017). Ethnogenesis of a brazilian indigenous community, a behavior analytic interpretation: ethnogenesis of the tapuios do carretão. *Behavior and Social Issues*, 26, 51-66.

Behaviorists for Social Action, (1978). A History of Behaviorists for Social Action. *Behaviorists for Social Action Journal*, vol. 1, n.1, p. 56-57.

Behaviorists for Social Action, (1984). Statement of Purpose. *Behaviorists for Social Action Journal*, vol. 4, n.2, n.p.

Birnbrauer, J. S. (1978). Better living through behaviorism. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 176.

Bizzo, N. M. V. (1991). Ensino de evolução e história do darwinismo (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).

Bogo, C., & Laurenti, C. (2012). Análisis Del Comportamiento Y Sociedad:

Implicaciones Para Una Ciencia De Los Valores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(4), 956-971.

Bonavides, P. (1976). *Ciência política*. São Paulo: Forense.

Burgess, H. (1978). Bakke: The Newest Racist Attack. *Behaviorists for Social Action Journal*, 1(1), 16-20.

Calvert, J. W. (1979). BF Skinner's Psychology and Revolutionary Politics, The Problem of Authoritarian Tendencies in Revolutionary Movements. *Behaviorists for Social Action Journal*, 2(1), 25-31.

Carrara, K. (2016). Ecos da “revolução de Holland” na contemporaneidade: práticas culturais, ética e compromisso social. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18. 84-94.

Comunidade Los Horcones. (1982). Pilot Walden Two experiments: Beginnings of a planned society. *Behaviorists for Social Action Journal*, 3(2), p. 25-29.

Comunidade Los Horcones. (1990). Personocracia: una forma de gobierno basada en la ciencia del análisis de la conducta. *Revista latinoamericana de psicología*, 22(1), p. 111-13.

Comunidade Los Horcones (1989) Personalized Government: A Governmental System based on Behavior Analysis. *Behavior Analysis and Social Action*, v. 7, n2 p.42-47.

Dávila, J. M.; Fouce, J. G; Gutiérrez, A; Dela Cruz, L. e Martín, E. (1998). La psicología política contemporánea. *Psicologia Política*, n.17, p.21-43.

das Neves Bodart, C. (2014). Teoria da Escolha Racional e Capital Social: aproximações produtivas na compreensão de dilemas da ação coletiva?. *Revista Alabastro*, 2(4), 51-64.

Dittrich, A. (2004). Behaviorismo Radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social (vol. I) (Doctoral dissertation, Universidade Federal de São Carlos).

Dittrich, A. (2008). O problema da “justificação racional de valores” na filosofia moral skinneriana. *Revista Psicolog*, 1(1), 21-6.

Dittrich, A., & Abib, J. A. D. (2004). O sistema ético skinneriano e consequências para a prática dos analistas do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), 427-433.

Einstein, Albert. (1979). Why Socialism?. *Behaviorists for Social Action Journal*,

(2)1, 44-46

Espinosa, A., María Cueto, R., & Schmitz, M. (2012). De uma psicologia social dos fenômenos políticos ao desenvolvimento de uma psicologia política no Peru. *Revista Psicologia Política*, 12(25), 465-479.

Fava, V. M. D., & Vasconcelos, L. A. (2017). Behavior of Programa Bolsa Família beneficiaries: a behavior analytic perspective on fulfillment of education and health conditionalities. *Behavior and Social Issues*, 26, 156-171.

Ferejohn, J. & Pasquino, P. (2001). A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(45), p. 5-24.

Fernandes, D. M. (2015). Uma breve conversa com James Holland. *Comporte-se*. Recuperado de <http://comportese.com/2015/06/breve-conversa-com-jamesholland/>

Fernandes, D. M., & Rezende, J. V. D. (2016). Da denúncia ao compromisso: servirão os princípios revolucionários para os comportamentalistas? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18. 40-51.

Fernandes-Jesus, M., Ferreira, P. D., & Menezes, I. (2012). Psicologia Política em Portugal: a importância de cruzar fronteiras. *Revista Psicologia Política*, 12(25), 509-530.

Furtado, C. (1964). *Dialética do desenvolvimento* (Vol. 2). Rio de Janeiro. Editora Fundo de Cultura.

Garzón, A. (1993). Psicología política en España. *Boletín de psicología*, 39, 35-65.

Gianfaldoni, M. H. T. A. (2005). *A educação como prática cultural ética: uma leitura possível das propostas de BF Skinner*. Tese de doutorado.

Goldiamond, I. (1978). The Professional as a Double Agent. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 178-184.

González, M. N. (1986). Nota sobre el Darwinismo social. *Anuario de Filosofía del Derecho*, (3), 479-500.

Guerin, B., & de Oliveira Ortolan, M. (2017). Analyzing Domestic Violence Behaviors in their Contexts: Violence as a Continuation of Social Strategies by other Means. *Behavior and Social Issues*, 26, 5-26.

Hobsbawm, E. (1995). *A Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Holland (2003) Prefácio. In Skinner, B. F. (2003). *The Technology of Teaching*. BF Skinner Foundation.

Holland, J. (1976). Ethical Considerations in Behavior Modification. *Journal of Humanistic Psychology*.

Holland, J. G. (1974b). Political implications of applying behavioral psychology. *Control of Human Behavior: Behavior Modification in Education*, 413-419.

Holland, J. G. (1975a). Behavior modification for prisoners, patients, and other people as a prescription for the planned society. *Mexican Journal Analysis of Behavior*, 1(1), 81-95

Holland, J. G. (1975b, Abril). Behaviorism for a Revolutionary Society. *Convention of the Eastern Psychological Association*. New York City, NY, USA.

Holland, J. G. (1977). Behaviorism and the Social System. In N. Datan & H. W. Reese (Eds.), *Lifespan Developmental Psychology: Dialectical Perspectives on Experimental Research* (pp. 311–316). New York: Academic Press

Holland, J. G. (1978a). To Cuba with the Venceremos Brigade. *Behaviorists for Social Action Journal*, 1(1), 21-28.

Holland, J. G. (1978b). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution?. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174.

Holland, J. G. (1978c). Toward a solution: A rejoinder. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 185.

Holland, J. G. (1980). Alternative social systems: An analysis of behavior change in China and Cuba. *Behavioral Community Psychology*, 380-408.

Holland, J. G. (2016). Behavior Analysis and Positive Human Values. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18.

Jensen, R. G. (1978). Behaviorism, Black Intelligence, and Backward Ideology. *Behaviorists for Social Action Journal*, 1(1), 5-15.

Jensen, R. G. (1986). Bombs and missiles: Reinforcers for the few. *Behavior Analysis and Social Action*, 5(1, 2), 25-29.

Jiménez Burillo, F. (1996): Psicología política. En J. L. Alvaro - A. Garrido - J. R. Torregrosa (Eds.) (1996): *Psicología social aplicada*. Madrid: Mc. Graw-Hill. Madrid (p. 219 - 253).

- Jost, J. T., & Sidanius, J. (Eds.). (2004). *Political psychology: Key readings*. Psychology Press
- Kaplan, A. (1979). Political Action and the Act of Knowing: An Invited Address Presented at the First Annual Meeting of ISPP, September 1978. *Political Psychology*, 1(1), 58-68.
- Kessler, S. J., McKenna, W., & Graham, R. (1979). The Effect of Generic Masculine Language on Gender Imaging, Interest, and Recall. *Behaviorists for Social Action Journal*, 2(1), 1-2.
- Kolbe, W. (1978) B.F. Skinner's Radical Behaviorism: Logical Positivism or Dialectical Materialism? *Behaviorists for Social Action Journal*, 1(1), 29-55.
- Leugi, G. B., & Guerin, B. (2016). Para desencadear uma revolução social analistas do comportamento devem abraçar o conhecimento comunitário. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18. 73-83.
- Lopes, C. E., & Laurenti, C. (2016). Da neutralidade a política. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18. 6-10.
- Los Horcones. (1989) Personalized Government: A Governmental System Based on Behavior Analysis. *Behavior Analysis and Social Action*, 7(1, 2), 42-47.
- Malott, R. W. (1998a). Performance management and welfare reform: The three-contingency model of performance management applied to welfare reform. *Behavior and Social Issues*, 8(2), 109-139.
- Malott, R. W. (1998b). A Reply to Reforming Welfare Reform. *Behavior and Social Issues*, 8(2), 149-152.
- Martín-Baró, Ignacio. (1988). *Procesos psíquicos y poder*. San Salvador: Mimeo.
- Martín-Baró, Ignacio. (1991). El método en psicología política (2013, Fernando Lacerda, trad.). O Método em Psicologia Política. *Psicologia Política*, 13(28), 575- 592.
- Marx, K. (1975). *O Capital: Livro I, vol. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Mattaini, M. A. (1998). Reforming welfare reform. *Behavior and Social Issues*, 8(2), 141-148.
- Meireles, F. (2012). Teoria da escolha racional: limites e alcances explicativos. *Caos-Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. 22, p 52-61.

Micheletto, N. (1999). Bases filosóficas do behaviorismo radical. *Sobre Comportamento e Cognição*, 1, 29-44.

Micheletto, N., & Sérgio, T. M. D. A. P. (1993). Homem: objeto ou sujeito para Skinner?. *Temas em Psicologia*, 1(2), 11-21.

Mcguire, W. J. (2004) The Poly-Psi Relationship: Three Phases of a long Affair. (in) Jost, J. T., & Sidanius, J. (Eds.). (2004). *Political psychology: Key readings*. Psychology Press. (p. 26-38).

Miller, G. A. (1970). Assessment of psychotechnology. *American Psychologist*, 25(11), 991.

Montero, M. (1991). Una orientación para la psicología política en América Latina. *Psicología política*, 3, 27-43.

Montero, M. (2009). Para que psicología política?. *Revista psicología política*, 9(18), 199-213.

Montero, M., & Dorna, A. (1993). La psicología política: una disciplina en la encrucijada. *Revista latinoamericana de psicología*, 25(1).

Moreira, M. B., & de Medeiros, C. A. (2009). *Princípios Básicos de Análise do Comportamento*. São Paulo, Artmed.

Morrow, Josef, E. (1978), Editorial. *Behaviorists for Social Action Journal*, vol. 1, n. 1, n.p.

Mota Botello, G. A. (2012). Psicologia Política no México: aportes curriculares para um campo de formação profissional. *Revista Psicologia Política*, 12(25), 481-507.

Munro, D. J. (1973). Man, state, and school. *Proceedings of the Academy of Political Science*, 31(1), 121-143.

Murphy, C. M. (1986). Contingencies to prevent catastrophe: Behavioral psychology and the anti-nuclear arms movement. *Behavior Analysis and Social Action*, 5(1, 2), 30-35.

Nevin, J. A. (1992). B. F. Skinner: On behalf of the future. *Behavior and Social Issues*, 2(1), 83-88.).

Nevin, J. A. (1998). Contingencies of welfare reform. *Behavior and Social Issues*, 8(2), p.101-108.

Nicolaus, R. H. (1979). Humanitarianism, Science, and BF Skinner (Part 1 e 2).

Behaviorists for Social Action Journal, 2(1), 3-24.

Orloff, A. S. (2002). Explaining US welfare reform: power, gender, race and the US policy legacy. *Critical Social Policy*, 22(1), 96-118.

Peck, C. (1989). Identifying and Treating Maladaptive Responses to the Nuclear Threat. *Behavior Analysis and Social Action*, 7(1, 2), 16-22.

Rakos, R. F. (1989). Socialism, behavioral theory, and the egalitarian society. *Behavior Analysis and Social Action*, 7(1, 2), 23-29.

Reis, F. W. (2009). Identidade, política e a teoria da escolha racional. In Mercado e Utopia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. pp. 60-83. Disponível em <http://books.scielo.org>.

Ribeiro, M. A. (2009) Psicologia e gestão de pessoas: reflexões críticas a partir da prática construída. In: RIBEIRO, M. A. *Psicologia e Gestão de Pessoas: Reflexões Críticas e Temas Afins* (ética, competência e carreira). 19-75, São Paulo: Vetor.

Rodrigues, M. (2006). Behaviorismo: mitos, discordâncias, conceitos e preconceitos. *Educere et Educare*, 1(2).

Rosa, L., & Silva, A. S. (2012). A Psicologia Política: um breve olhar sobre as Américas. Marco Antonio Bettini de Almeida; Alessandro Soares da Silva & Felipe Corrêa Pedro. *Psicologia Política: Debates e Embates de um Campo Interdisciplinar*. São Paulo, SP: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP. Recuperado de http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf.

Ruiz, M. R. (1998). Women and Welfare Reform: How Well Can We Fare Without Education?. *Behavior and Social Issues*, 8(2), 153-158.

Rutherford, A. (2003). BF Skinner's technology of behavior in American life: From consumer culture to counterculture. *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 39(1), 1-23.

Ryan, W. (1976). *Blaming the Victim* (Vol. 226). Vintage.

Sá, C. P. D. (2016). JG Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18. 52-60.

Sabucedo, José Manuel Cameselle. (1996). *Psicologia Política*. Madrid: Sintesis.

Santos, E. A. P. D., Garbelotti, C. D. S., & Lopes, C. E. (2016). O impacto da proposta

política de Holland na literatura especializada brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 61-72.

Sartori, Giovanni. (1997) *A Política: Lógica e Método nas Ciências Sociais* (2ª Ed.) Brasília. Editora Universidade de Brasília.

Schultz, D. P., & Schultz, S. E. (2005). *História da Psicologia Moderna*. São Paulo, Thomson.

Segal, E. F. (1987). Walden Two: The morality of anarchy. *The Behavior Analyst*, 10(2), 147-160.

Sério, T. M. A. (1999). Por que sou behaviorista radical. *Sobre o Comportamento e Cognição*, 1, 68-75.

Sério, T. M. A. P. (1999). A concepção de homem e a busca de autoconhecimento: onde está o problema. *Comportamento e Cognição*, 1, 206-212.

Sério, T. M., Micheletto, N., & Andery, M. A. (2007). Definição de comportamento. *Comportamento e Causalidade*, 1.

Schmitter, P. C. (1965). Reflexões sobre o conceito de política. *Revista de Direito Público e Ciência Política*, v.8, n. 2, p. 45-60.

Sidman, M. (2003). Introduction: Terrorism as behavior. *Behavior and Social Issues*, 12(2), 83.

Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Knof.

Skinner, B. F. (1973). *O Mito da Liberdade* (L. Goulart & MLF Goulart, trads.). São Paulo: Bloch. (Originalmente publicado em 1971).

Skinner, B. F. (1975). Comment on Watt's "B. F. Skinner and the technological control of social behavior". *The American Political Science Review*, 69, 228-229.

Skinner, B. F. (1977). *Walden II: Uma Sociedade do Futuro* (R. Moreno & N. R. Saraiva, Trads.). EPU.

Skinner, B. F. (1978). *Reflections on Behaviorism and Society*. NJ, Prentice-Hall.

Skinner, B. F. (1986). What is wrong with daily life in the western world? *American Psychologist*, 41.5: 568-574.

Skinner, B. F. (1990). The non-punitive society. *Japanese Journal of Behavior*

Analysis, 5, 98-106.

Skinner, B. F. (2003). *Ciência e Comportamento Humano* (Vol. 10). São Paulo: Martins Fontes.

Skinner, B. F. (2003b). *The technology of teaching*. BF Skinner Foundation.

Soares, F. L. (1978). *Introdução à política* (Vol. 1). Lisboa: Editorial Escol.

Stevens, V. J. (2017). Sociobiology, Science and Human Behavior. *Behaviorists for Social Action Journal*, 1(1), 1-4.

Strauss, A., & Waizbort, R. (2008). Sob o signo de Darwin? Sobre o mau uso de uma quimera. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(68), 125-134.

Theophanous, A. C. (1975). In defense of self-determination: a critique of B. F. Skinner. *Behaviorism*, 3(1), 97-115.

Tourinho, E. Z. (1999). Privacidade, comportamento e o conceito de ambiente interno. *Sobre Comportamento e Cognição*, 1, 217-229.

Tourinho, E. Z. (2006). Relações comportamentais como objeto da Psicologia: algumas implicações. *Interação em Psicologia*, 10(1), 1-8.

Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e Relações Comportamentais*. São Paulo: Paradigma.

Tunnermann, C. (1987). Literacy Crusade of Nicaragua. *Behavior Analysis and Social Action*, 6(1), 18-22.

Ulman, J. D. (1989). Beyond the carrot and the stick: A behavioral rejoinder to Rakos. *Behavior Analysis and Social Action*, 7(1, 2), 30-34.

Anexos.

Anexo A:

BEHAVIORISTS FOR SOCIAL ACTION
 Special Interest Group of MABA
 Attn: Elizabeth de la Ossa, Corresponding Secretary
 Psychology Department
 Western Michigan University
 Kalamazoo, Michigan 49008

Dear Friend,

An organization, *Behaviorists for Social Action*, has recently been formed to involve those committed to an operant analysis of behavior against social injustice. We will unite with those in education, health care, and social services in their efforts to serve the people. Our involvement also includes efforts to combat racism, sexism, ageism, unemployment, unsafe working conditions, economic exploitation of wage and salary earners, and the threat of war.

We seek to infuse these activities with a scientific analysis of individual behavior — both practical and theoretical — which, when coupled with a scientific analysis of society, can lay the basis for a just society, eventually to be free of the abuses that characterize the present one.

In addition, we resist the application of science and technology, including behavioral science, when used to worsen social injustices. We do, however, defend the operant analysis of behavior against undue attack.

We stand with the working people and their allies in resisting the forces that decrease our standard of living and quality of life. We think it is possible for us to help by adding our skills as behavior analysts.

To achieve this goal we urge the foundation of local groups of *Behaviorists for Social Action* whose members will:

1. Recruit and involve other persons committed to the science of behavior in *Behaviorists for Social Action*.
2. Join people in the struggle against social injustice, particularly in the fields of education, health care, and social services.
3. Contribute to the establishment and maintenance of a national journal serving to coordinate, describe, and theoretically advance social action.

The undersigned think that the formation of *Behaviorists for Social Action* is an important development and invite you to join us.

- Victor A. Arredondo, West Virginia University
- Chris Bender, Our School, Sacramento
- Helene Burgess, California State University, Sacramento
- Charlotte Cook, California State University, Sacramento
- Jorge deHaro, Western Michigan University
- Elizabeth de la Ossa, Western Michigan University
- James A. Dinsmoor, Indiana University
- W.F. Epling, University of Alberta
- Barbara Fulton-Arnold, Western Michigan University
- Gary G. Grant, Western Michigan University
- Earlene R. Gant, Catholic Family Services, Kalamazoo
- Marie Greening, Western Michigan University
- Steven C. Hayes, University of North Carolina
- John Hatton, Western Michigan University
- James G. Holland, University of Pittsburgh
- Dan E. Hursh, West Virginia University
- William Kolbe, University of Nevada, Reno
- Robert G. Jensen, California State University, Sacramento
- Hilary Karp, University of Houston
- Harry M. Kent, Western Michigan University
- LuAnn Kuder, Brookline, Massachusetts
- Albert Kushlick, Health Care Evaluation Research Team, Winchester, England
- Stephen LeDoux, Gippsland Institute, Australia
- Kay Malott, Western Michigan University
- Richard W. Malott, Western Michigan University
- Hal Markowitz, Oregon Zoological Research Center
- Pamela Meadowcraft, West Virginia University
- Dianne Mears, Chicago, Illinois
- Gerald C. Mertens, St. Cloud State College
- Nathan Miron, Sonoma State Hospital
- Joseph E. Morrow, California State University, Sacramento
- Saranne Oberman, University of Kansas
- Joseph Pear, University of Manitoba
- Emilio Ribes, Universidad Nacional Autonoma de Mexico
- Dianne Roelandt, Yamhill, Oregon
- Simma Siskind, Sonoma State Hospital
- B.F. Skinner, Harvard University
- Victor J. Stevens, Oregon Zoological Research Institute
- Catarina Soares, Lisbon, Portugal
- Greg Stikeleather, Northeastern University
- Dorothy Tenrov, University of Bridgeport
- Jerry Ulman, Ball State University
- Susan Wiltse, Behaviordelia
- Alexander Zissu, Kalamazoo Valley Community College

Fill in below. / Cut along heavy black line. / Return to BFSAs.

- ___ 1. I would like to be a member of *Behaviorists for Social Action* and receive the Journal. (Total cost: \$5. Please enclose payment.)
- ___ 2. I would like to receive the Journal only. (Total cost: \$5. Please enclose payment.)
- ___ 3. I would like to contribute additional money to the activities of the *Behaviorists for Social Action*. (Please indicate amount, and enclose payment.)
- ___ 4. Institutional Price \$10.00.

NAME _____
 ADDRESS _____

 ZIP CODE _____

Anexo B

Behaviorists for Social Action Journal

This journal functions as a forum for the discussion of ethical, social, and political issues as they relate to the field of behavior analysis. The journal serves as a vehicle for the critical appraisal of the effects, both practical and theoretical, of behavior analysis as an actual or potential force capable of contributing to the oppression as well as the liberation of humanity.

Any person who agrees with our *Statement of Purpose* may become a member of BFSFA by paying an annual membership fee of \$3.00. To support BFSFA as the only organization of behaviorists specifically committed to the struggle against social injustice, sustaining Membership with an annual fee of \$25.00 has been established. Membership, subscriptions, change of address, and other business correspondence should be addressed to:

Jerry Ulman
BFSFA Secretary - Treasurer
Department of Special Education
Ball State University
Muncie, Ind. 47306

*Payment to be in U.S. monies

Anexo C

Announcements

Behavior Analysis and Social Action functions as a forum for the discussion of ethical, social, and political issues as they relate to the field of behavior analysis. It serves as a vehicle for the critical appraisal of the effects, both practical and theoretical, of behavior analysis as an actual or potential force capable of contributing to the oppression as well as the liberation of humanity.

BASA is the official journal of Behaviorists for Social Action, a special interest group of the Association for Behavior Analysis. As such, we are mandated to print the following:

"The Association for Behavior Analysis recognizes and encourages expression of the diverse interests of its members, some of whom have organized themselves into different special interest groups. *Behavior Analysis and Social Action* is published by one of these interest groups, Behaviorists for Social Action." The ideas expressed in this publication do not represent the opinions or beliefs of the Association as a whole.

Requests for information concerning membership in BFAA and subscriptions to BASA should be addressed to:

Jerry Ulman
BFAA Secretary-Treasurer
Department of Special Education
Ball State University
Muncie, Indiana 47306

BASA is one of 380 national social justice publications included in the 1982 edition of the *U.S. Progressive Periodicals Directory*. The *Directory* provides current information for each of the social change publications it lists, including address, phone number, editor, publishers, date founded, frequency, and subscription costs. Its listings are grouped in categories such as civil liberties, cultural, environmental, health, international concerns, labor, peace, and religious. Examples of other publications included in the listing are *El Salvador Alert*, *Nutrition Action*, and *Solidarity*. The *Directory* is intended to facilitate communication among individuals and publications active in social change, and may be ordered for \$4.00 (including postage; \$2.50 for five or more copies) from:

Progressive Education
Box 120574
Nashville, TN 37212

BFAA Statement of Purpose

Behaviorists for Social Action is an international organization committed to the application of behavior analysis in the struggle against social injustice. We unite with those in education, health care, and social services in their efforts to serve the people. Our involvement also includes efforts to combat racism, sexism, ageism, unemployment, unsafe working conditions, economic exploitation of wage and salary earners, and the threat of war.

We seek to infuse these activities with a scientific analysis of individual behavior — both practical and theoretical — which, when coupled with a scientific analysis of society, can lay the base for a just society, eventually to be free of the abuses that characterize the present one.

Furthermore, we oppose the applications of science and technology, including behavior analysis, which exacerbate social inequities and oppression. At the same time, we defend the operant analysis of behavior against undue attack.

We are politically heterogeneous, encompassing the numerous diverse perspectives that are committed to progressive social change. We firmly believe that the breadth of viewpoints represented in BFAA is the foundation of our strength and a source of exciting intellectual vitality.